

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO BOSCO OLIVEIRA BORGES

**QUANDO CURITIBA PERDEU A CABEÇA: UMA ETNOGRAFIA DA  
CONTROVÉRSIA EM TORNO DA “GUERRA DO PENTE”**

CURITIBA  
2014

JOÃO BOSCO OLIVEIRA BORGES

**QUANDO CURITIBA PERDEU A CABEÇA: UMA ETNOGRAFIA DA  
CONTROVÉRSIA EM TORNO DA “GUERRA DO PENTE”**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná,

Orientadora: Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua.

CURITIBA  
2014


### PARECER DA BANCA EXAMINADORA


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **João Bosco Oliveira Borges**, intitulada: "*Quando Curitiba perdeu a cabeça: uma etnografia da controvérsia em torno da 'Guerra do Pente'*" após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APPROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em Antropologia Social**.

Considerações adicionais da Banca Examinadora:

*Ao destacar a qualidade da pesquisa e do texto, a coerência da abordagem metodológica e a consistência da análise, a banca recomenda a publicação do trabalho.*

Curitiba, 26 de setembro de 2014.

  
Prof. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Fernando Rabossi  
1º Examinador

  
Prof. Dr. João Frederico Rickli  
2º Examinador

## AGRADECIMENTOS

A todos os interlocutores cujas trajetórias e experiências ajudaram a compor o conjunto de ideias que se tornou esta dissertação, especialmente ao senhor Fouad Omary.

À minha orientadora Ciméa Barbato Bevilaqua por seu apoio, seus *insights* valiosos, sua disponibilidade e dedicação.

À minha esposa, meus pais, meu irmão e todos os familiares mais próximos que compartilharam comigo, de um modo ou de outro, desta experiência.

Aos professores João Rickli e Lorenzo Macagno pela leitura cuidadosa em ocasião da banca de qualificação e também ao professor Fernando Rabossi por ter aceitado participar da banca de defesa.

Aos queridos companheiros do mestrado, especialmente aqueles que ingressaram comigo no programa no início de 2012 e os colegas do Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa com suas críticas, comentários e considerações.

Aos professores do PPGAS – Edilene Cofaci de Lima, Laura Pérez Gil, Marcos Silva da Silveira, Liliana Porto, Lorenzo Macagno e, evidentemente, minha orientadora Ciméa Barbato Bevilaqua – com quem eu tive a oportunidade de aprender ao longo destes últimos anos.

Ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cuja bolsa de estudos permitiu que eu me concentrasse tanto na pesquisa, quanto na minha formação acadêmica.

A todos os colegas e professores que deram sua contribuição para o trabalho na forma de comentários, observações e críticas durante os eventos que participei ao longo deste processo.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é acompanhar e descrever o fluxo de versões referentes a um caso de violência coletiva que ocorreu na cidade de Curitiba, Paraná no final do ano de 1959 e que ficou conhecido como a “Guerra do Pente” – devido ao fato de o conflito ter se iniciado durante a compra de um pequeno artigo deste tipo na loja de um imigrante de origem árabe localizada no centro da cidade. Desde o momento de sua deflagração, esses incidentes vêm mobilizando uma série de agentes que estão – ou ao menos, estiveram em algum ponto do passado – engajados em tentativas de estabilizá-los. Como veremos nas próximas páginas, estes atos de estabilização envolvem, acima de tudo, processos de “contextualização”. Essa atividade de colocar as coisas em determinados contextos, que forma o que eu, seguindo Bruno Latour, denomino de uma “controvérsia”, por sua vez, tem um papel importante não apenas na constituição dos próprios incidentes, mas também de determinados atores (pessoas e coletivos) envolvidos neles. O texto é dividido em quatro partes: na introdução, eu discuto questões teóricas e metodológicas concernentes à pesquisa e ao trabalho de campo; no primeiro capítulo, eu trato do cenário onde os conflitos originalmente se desenvolveram; o segundo, por sua vez, traz uma descrição da própria controvérsia como um movimento de interpretações ou versões expandidas no tempo; e finalmente, o terceiro explora a complexidade de um dos vários contextos apresentados no capítulo anterior, que se refere à produção de um determinado tipo de imigrante e o papel dos estereótipos, assim como de outros elementos recorrentemente associados a eles, nesse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência coletiva; controvérsia; contextos; conflito; estereótipos.

## **ABSTRACT**

This dissertation's goal is to follow and describe the flux of versions pertaining to a case of collective violence that took place in the city of Curitiba, Paraná in the end of the year 1959 and became known as the "Comb War" – due to the fact that the conflict started during the purchase by a customer of a small article of this kind in a store owned by an arab immigrant located downtown. Since its emergence, these incidents have been mobilizing a whole range of actors who have either been or, at least, were at one point, engaged in attempts to stabilize them. As we will see in the following pages, these acts of stabilization encompass, above all, processes of "contextualization". This activity of putting things into contexts, that form what I, following Bruno Latour, call a "controversy", in turn, plays an important role in the constitution not only of the incidents themselves, but also of certain actors (persons and collectives) involved in them. The text is divided in four parts: in the introduction, I discuss both theoretical and methodological matters related to the research and the fieldwork; in the first chapter, I talk about the scenario where the conflicts originally developed; the second one, then, brings a description of the controversy itself as a movement of interpretations or versions expanded over time; and finally, the third one delves into the complexity of one of the various contexts that are presented in the previous chapter, which refers to the production of a specific kind of immigrant and the role played by stereotypes, as well as other elements recurrently associated with them, in this process.

**KEY-WORDS:** Collective violence; controversy; contexts; conflict; stereotypes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	O cenário do programa <i>As Chaves do Paraíso</i> .....	17
Figura 2 -	Primeira parte da reportagem da revista <i>Panorama</i> .....	35
Figura 3 -	Segunda parte da reportagem da revista <i>Panorama</i> .....	36
Figura 4 -	Terceira parte da reportagem da revista <i>Panorama</i> .....	37
Figura 5 -	A região central de Curitiba a partir de um mapa de 1950 .....	40
Figura 6 -	Ilustração das Praças Generoso Marques e Tiradentes .....	41
Figura 7 -	A frente do “Bazar Centenário” .....	42
Figura 8 -	Capa do <i>Diário do Paraná</i> de 09/12/1959 .....	62
Figura 9 -	Ambulante e carrinho de frutas .....	102
Figura 10 -	Foto publicada na revista <i>O Cruzeiro</i> de 26/12/1959 .....	104

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1. SOBRE A CONTROVÉRSIA .....	11
2. OS DOIS TIPOS DE APRENDIZADO NO CAMPO .....	13
3. A ENTRADA NO CAMPO E NO FLUXO DE INTERPRETAÇÕES .....	15
4. ALGUMAS QUESTÕES ADICIONAIS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO .....	22
5. SOBRE A ESTRUTURA DO TEXTO .....	23
<b>CAPÍTULO 1 – O CENÁRIO</b> .....	26
1. ENCONTRANDO O “ÚLTIMO REMANESCENTE” OU SOBRE A QUESTÃO DAS CONEXÕES .....	27
2. OUTRAS CENTRALIDADES, OUTROS PROJETOS .....	29
3. A PRAÇA E O CENTRO DA CIDADE EM 1959.....	34
4. A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO ÉTNICO .....	45
5. OS FLUXOS NAS RELAÇÕES DE COMPRA E VENDA .....	51
<b>CAPÍTULO 2 – A CONTROVÉRSIA EM TORNO DOS INCIDENTES</b> .....	59
1. “NO CALOR DOS ACONTECIMENTOS” .....	61
2. O CASO AO LONGO DO TEMPO .....	73
<b>2.1. Os materiais de cunho memorialista</b> .....	75
<b>2.2. O filme</b> .....	78
<b>2.3. Os depoimentos</b> .....	79
3. JUSTAPONDO COMPOSIÇÕES .....	83
4. A CONTROVÉRSIA COMO UM DESENNOLAR E A NOÇÃO DE CONTEXTO.....	93
<b>CAPÍTULO 3 – ESTEREÓTIPOS, CONFLITOS E INTENÇÕES</b> .....	100
1. O ALFAIATE, O CARRO DE FRUTAS, O TERNO E A HISTÓRIA DOS SAPATOS .....	101
2. SOBRE A CATEGORIA “ESTEREÓTIPO” .....	105
3. A HISTORICIDADE DE UM ESTEREÓTIPO E AS ESPECIFICIDADES DE UM ESPAÇO IDENTITÁRIO .....	108
4. LIDANDO COM ESTEREÓTIPOS .....	112
5. A NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO .....	117

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

Curitiba, 08 de dezembro de 1959. Numa das épocas do ano de maior movimento no comércio por conta das compras de natal, uma briga iniciada em uma loja entre um comerciante de origem libanesa e um cliente se amplia, com o envolvimento de outras pessoas, transformando-se em uma série de incidentes de violência coletiva. Após a intervenção do exército e quase três dias de conflitos que contrastavam com a ideia de um “espírito natalino”, o saldo era o seguinte: mais de 120 estabelecimentos comerciais do centro da cidade destruídos – muitos dos quais de propriedade de sírios e libaneses.

Desde sua ocorrência, esse caso que ficou conhecido como a “Guerra do Pente” – em decorrência de o conflito inicial ter derivado de uma polêmica em torno da emissão de uma nota fiscal referente à compra de um pequeno artigo: um pente – tem mobilizado uma série de atores, que buscam, de vários modos, dar conta do que teria ocorrido naqueles dias. A presente dissertação tem como objeto justamente essas narrativas produzidas ao longo do tempo sobre o assunto. O objetivo é compreender como elas emergem, quem as produz, que elementos mobilizam, como circulam e se disseminam, como se esgotam ou se fortalecem, como modulam e/ou impõem limites a narrativas futuras, e, ao mesmo tempo como, nesse movimento, constituem pessoas e coisas, espaços e tempos.

Na primeira parte desta introdução, eu tratarei a respeito da forma como eu concebo os episódios de violência ocorridos no final dos anos 1950, a partir da noção de “controvérsia” e de outras questões teórico-metodológicas. Em seguida, discutirei algumas questões relacionadas às especificidades do trabalho de campo, sobretudo, os dois tipos de aprendizado com os quais me deparei durante essa experiência. Num terceiro momento, discorrerei mais especificamente sobre a entrada no campo e aquilo que eu chamo do fluxo de interpretações. Finalmente, será apresentada a estrutura dos capítulos que formam esta dissertação.

## 1. SOBRE A CONTROVÉRSIA

O meu intuito neste trabalho não é descrever um conjunto regular (e, portanto, invariável ou fixo) de acontecimentos que se tornou conhecido como “Guerra do Pente”, o que implicaria, aliás, pressupor que há “de fato” um conjunto delimitado/delimitável de acontecimentos preexistente às suas diversas interpretações ou independente delas – i.e., que todas as narrativas se referem a uma mesma “coisa”. Em vez disso, concebo o caso como um objeto fundamentalmente instável, algo que pode ser descrito ou caracterizado tanto como uma reunião de temas, definições, ideias, metáforas, etc. mobilizados por determinados atores, quanto como uma oportunidade para abordar certas questões ou noções de cunho mais teórico.

Como uma espécie de *leitmotiv*, a “Guerra do Pente” me possibilita, por um lado, tratar de uma série de tópicos relacionados, por exemplo, aos conflitos no âmbito das relações no mercado ou à questão das identidades – mais especificamente, à produção de um determinado tipo de imigrante – a partir do uso de estereótipos e outros processos que serão descritos oportunamente<sup>1</sup>. Por outro lado, o contato com as diversas versões/interpretações produzidas sobre o tema me levou a percorrer o caminho contrário e repensar entidades teóricas ou conceitos como “contexto”, “evento”, etc.

A minha proposta originalmente era interpretar esses episódios a partir de um referencial teórico que previa a utilização da noção de “ritual” como uma estratégia analítica (PEIRANO, 2001). Tratar o caso como um ritual – mesmo partindo de uma definição menos rígida e mais “etnográfica”<sup>2</sup> desse conceito, como defende Mariza Peirano – acarretaria, contudo, uma análise dos próprios acontecimentos supostamente já ‘recortados em termos etnográficos’ e, portanto, relativamente estáveis (i.e., a distinção entre “acontecimento” e “interpretação” estaria sendo tomada como premissa ou mesmo sendo acentuada nessa perspectiva). A adoção, todavia, de uma abordagem mais atenta à variedade de “estabilizações” – como eu

---

<sup>1</sup> A vantagem principal da noção de *leitmotiv* (ou motivo condutor) é, justamente, sua capacidade de reunir, de uma maneira específica, vários entes.

<sup>2</sup> De acordo com Peirano, se existe uma coerência na vida social então o tipo de análise aplicada aos rituais também serve para tratar de eventos. Para a autora, “rituais” ou “eventos especiais” devem “ser demarcados em termos etnográficos e sua definição só pode ser relativa...” (PEIRANO, 2001, p. 8-9). Ela cita a obra de Stanley Tambiah (1996) sobre *riots* ocorridos no Sul da Ásia – com a qual eu dialogarei em alguns momentos da dissertação – como um exemplo de trabalho nesta perspectiva (PEIRANO, 2001, pp. 29-35).

prefiro denominá-las – que surgiram ao longo do tempo e que tratavam dos acontecimentos de várias formas – acentuando, por exemplo, certos elementos em detrimento de outros –, implica desfazer, ou ao menos não tomar como premissa, essa diferença/distância entre “fato” e “interpretação”.

O contato com as proposições teóricas apresentadas por Bruno Latour em *Reagregando o social* (2012) foi, nesse sentido, fundamental. Conceber esse caso específico de violência coletiva como uma “controvérsia” que envolve uma proliferação, ao longo do tempo, de definições, interpretações, atores, etc., é uma forma de iniciar, como diria Latour, *in media res*, ou seja, no meio das coisas. Esta perspectiva me ajudou a dar conta de uma multiplicidade de definições sem que fosse necessário escolher entre uma e outra e também a lidar com o desenvolvimento de uma questão no tempo<sup>3</sup>. Progressivamente, a busca pelo que “realmente aconteceu” ia sendo substituída pela consideração das várias maneiras pelas quais “o que pode ter acontecido” foi imaginado e organizado em narrativas. O ato de estabilizar as coisas passava a ser, então, algo que os outros faziam e que, justamente por isso, demandava a minha atenção.

Na medida em que eu colhia depoimentos e/ou realizava entrevistas – durante a experiência de campo – e especialmente depois, quando as escutava, no processo de transcrição do material –, eu ia percebendo que diferentemente dos materiais escritos com os quais eu havia começado a trabalhar (os jornais e artigos produzidos ao longo do tempo sobre o evento), essa coleção era muito menos pontual e mais irregular em relação ao seu conteúdo. Enquanto alguns interlocutores falavam mais sobre a “Guerra do Pente”, outros se dedicavam a reconstruir a cidade naquela época ou a discorrer a respeito de suas trajetórias. Eu, aliás, imaginando que isso pudesse auxiliar no processo de contextualização das falas, sempre os incentivava a falar sobre suas histórias de vida. De todo modo, a marca deste

---

<sup>3</sup> O título escolhido para a dissertação, “Quando Curitiba perdeu a cabeça”, alude à relação de contiguidade que liga este trabalho às outras versões sobre o caso – me refiro, por exemplo, a algumas manchetes de reportagens como “Pente faz Curitiba perder a cabeça” ou “O dia em que Curitiba explodiu”. Ele funciona como uma espécie de reconhecimento desse movimento que mobiliza determinados atores e invoca certas metáforas, imagens, etc. Um pequeno episódio vivido por mim durante a pesquisa é capaz de ilustrar bem a questão: já na fase final da escrita do texto final, descobri que o título selecionado originalmente para a dissertação – “O dia em que Curitiba perdeu a cabeça” – já havia sido utilizado numa reportagem sobre a “Guerra do Pente”. Disponível em: <http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=399>. Acesso em: 07/07/2014. Depois de algum desapontamento, percebi que aquilo não era simplesmente uma infeliz coincidência. De certo modo, é possível afirmar que é justamente desse tipo de processo que estas páginas procuram tratar.

conjunto era o seu caráter desigual e heteróclito.

Ao trabalhar com os diferentes textos, eu me deparava principalmente com categorias que se opunham e que pareciam fazer parte de contextos de significado distintos que poderiam ser comparados ou justapostos. As entrevistas, em compensação, exigiam um tipo de tratamento muito menos formal e mais atento para os usos cotidianos dos signos. As reflexões de Michael Herzfeld (2008) sobre a “poética social”, presentes em *Intimidade Cultural*, por exemplo, me ajudaram a realizar uma necessária transição das categorias para as práticas, sobretudo, no que se refere à questão dos usos de formas de essencialismo – como os estereótipos – no âmbito das interações<sup>4</sup>. É importante ressaltar que os estereótipos apareceram como elementos recorrentes desde quando iniciei a pesquisa. Eles estão presentes, de formas mais ou menos explícitas, tanto nos textos dos jornais sobre a “Guerra do Pente”, quanto nas falas enunciadas pelas pessoas com as quais conversei.

## 2. OS DOIS TIPOS DE APRENDIZADO NO CAMPO

Em uma das minhas várias idas à mesquita da cidade de Curitiba, resolvi levar algumas imagens de jornais antigos que cobriram o conflito. Estas reportagens produzidas há mais de 50 anos traziam, entre outras coisas, estereótipos a respeito dos imigrantes árabes (chamados por vezes de “turcos” ou “sírios”) e referências à atitude “selvagem” de um comerciante – na realidade, de origem libanesa – que teria surrado um consumidor em seu estabelecimento, causando a fúria dos “populares” que se encontravam perto do local. Fazia algum tempo desde a minha última conversa com o senhor Fouad<sup>5</sup> – um dos meus interlocutores mais importantes – e a minha esperança inicial era que este material funcionasse como uma espécie de instrumento que de alguma maneira o motivasse a falar, fazendo com que ele se lembrasse de coisas que teria vivido naqueles dias violentos de dezembro de 1959. Não demoraria muito, todavia, para que esta minha estratégia se apresentasse um fracasso.

Assim que nos cumprimentamos, Fouad pegou rapidamente os papéis da

---

<sup>4</sup> A “poética social” é, aliás, definida pelo autor “como a análise do essencialismo na vida cotidiana” (HERZFELD, 2008, p. 54).

<sup>5</sup> Utilizo ao longo do texto o nome real dos interlocutores com os quais conversei. Alguns desses nomes – especialmente os que aparecerão no capítulo 2 –, aliás, já foram divulgados em matérias de jornal e em outros materiais produzidos sobre o tema ao longo do tempo.

minha mão e me apresentou a seu filho, Gamal. Enquanto ele olhava as fotos, eu travava uma conversa com Gamal que me perguntava se eu estaria interessado em participar de um programa de televisão voltado para a comunidade muçulmana de Curitiba para apresentar meu trabalho sobre a “Guerra do Pente”. Suponho que ele tenha ficado sabendo a respeito da minha pesquisa através de seu pai. Eu respondi que sim e passei-lhe o meu contato telefônico.

Num determinado ponto durante o nosso diálogo, Fouad me devolveu as cópias dos jornais. Referindo-se aos acontecimentos narrados nas reportagens, ele disse, deixando transparecer certo desinteresse: “É isso mesmo. Foi assim.” Diante de tal reação, não pude deixar de pensar que nada daquilo que eu havia planejado estava funcionando. Afinal de contas, era como se o meu interlocutor não tivesse aceitado participar do “jogo” que eu havia proposto.

Logo em seguida, entretanto, algo aconteceu que mudaria o tom do nosso encontro, provocando uma reação que aquelas cópias que eu havia trazido tinham sido incapazes de suscitar. O filho, Gamal, me perguntou o que eu achava que teria causado a “Guerra do Pente”. Ou seja, o que poderia ter levado um mero conflito entre um comerciante e um freguês – algo que pode ser uma ocorrência mais ou menos cotidiana no âmbito do comércio – a se converter num caso de violência coletiva de grandes proporções que só seria controlado três dias depois, com a participação das forças armadas e a instauração de uma espécie de estado de sítio na cidade.

Antes que eu pudesse responder algo, Fouad tomou a palavra e declarou: “foi racismo!” Imagino que, naquele momento, tenha passado pela sua cabeça a ideia de que a sua experiência de testemunha ocular da história era qualitativamente e/ou hierarquicamente superior à interpretação de um jovem pesquisador. De todo modo, na sequência, ele apontaria vários casos de conflito que ele tinha vivido no comércio. Tratarei, mais adiante (capítulo 3), acerca dos seus significados dessas situações que poderiam ter causado, segundo ele, outras “Guerras do Pente” e que, interessantemente, apontavam para um processo de aprendizagem pelo qual ele havia passado tanto como imigrante, quanto como comerciante.

Por ora, eu gostaria apenas de assinalar que a minha experiência de campo – e certamente isso não vale só para mim – foi marcada por vários episódios como este, quando o mero fato de estar “no mundo” me possibilitou também passar por uma espécie de aprendizado. Os encontros que eu tive com as pessoas foram

marcados por um alto grau de imprevisibilidade e aprender a lidar com tudo isso que não poderia ser planejado passou a ser imperativo. No fim das contas, estes contatos acabaram resultando em fragmentos<sup>6</sup> valiosos. Algumas dessas experiências às quais eu fui exposto transformar-se-iam, posteriormente, em dados, ideias ou *insights* que informariam uma reflexão a respeito do tema investigado, não meramente *por meio de*, mas, sobretudo, juntamente *com* os meus interlocutores.

### 3. A ENTRADA NO CAMPO E NO FLUXO DE INTERPRETAÇÕES

Alguns dias depois do meu contato inicial com Gamal recebi uma ligação de Omar – o apresentador do programa *As chaves do paraíso*, voltado para a comunidade muçulmana de Curitiba. Ele me perguntou se eu estaria interessado em participar de uma gravação a ser realizada dali a alguns dias. Respondi que seria um prazer, mas o adverti que minha pesquisa de mestrado ainda estava em seu início. Conforme expliquei a ele, eu já havia feito minha monografia de graduação sobre o tema no campo da história, iniciando uma reflexão a partir das notícias de jornal a respeito do caso (BORGES, 2010). Ele disse que não havia problemas e que eu poderia apresentar o assunto, falando sobre estas descobertas iniciais e tratando acerca de como teria surgido o meu interesse pela temática.

No dia da gravação, eu estava preocupado, principalmente, por não poder mencionar as minhas reflexões mais recentes sobre os vários tipos de materiais escritos sobre a temática ao longo das décadas (seja nos jornais ou em capítulos de livros de cunho memorialista sobre a história de cidade). Eu concebia estas várias formas de interpretação encontradas sobre este caso de violência coletiva como diferentes formas de estabilização do vivido. A ideia de apresentar a “Guerra do Pente” como uma controvérsia que tem, ao longo do tempo, mobilizado uma série de pessoas, textos, cenas, versões, etc., contudo, não parecia muito viável naquele ambiente. Em todo caso, olhando retrospectivamente, eu diria que o meu incômodo maior naquele momento estava relacionado ao fato de eu estar sendo colocado na posição de alguém que precisava estabilizar algo por meio de uma narrativa (ou uma espécie de julgamento), algo que até então eu só observava os meus sujeitos de

---

<sup>6</sup> Em sua etnografia realizada em um vilarejo da ilha de Córsega (CANDEA, 2010, p. 13) e intitulada *Corsican Fragments*, o antropólogo Matei Candea refletiu acerca desse sentimento experimentado pelo pesquisador durante o trabalho de campo de que ele está entrando em contato, sobretudo, com fragmentos da intimidade daqueles com os quais se relaciona.

pesquisa (mais próximos da posição de objetos neste caso) fazerem. Tratava-se, portanto, de algo que, até aquele momento, só acontecia com os outros.

Ao chegar ao estúdio, fui apresentado a Omar, um homem careca de cerca de quarenta anos que usava uma barba bem feita e um terno e que foi bastante cordial comigo. Não mencionei isso para ele naquela oportunidade, mas Omar havia sido a pessoa que, algum tempo antes, possibilitara a minha entrada no campo. Ainda na época em que eu preparava o meu pré-projeto entrei em contato com uma dissertação que havia sido escrita por ele (no âmbito do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná) e que tratava a respeito da comunidade muçulmana de Curitiba (NASSER, 2006). Mesmo sem conhecê-lo, consegui o seu contato telefônico e ele me passou então o número de Fouad, alguém que ele disse que provavelmente poderia me ajudar. Posteriormente, aquele senhor que ele havia indicado se tornaria um dos interlocutores mais regulares e importantes da pesquisa.

Enquanto eu esperava o início da entrevista, recebi de Omar um papel que trazia as questões que ele me perguntaria durante o programa. Fiquei sabendo ainda que o apresentador havia chamado o senhor Fouad para participar da entrevista. Conversamos brevemente, pois ele estava ocupado com a montagem do cenário do programa. Três painéis com fotos de lugares sagrados como Meca foram trazidos para dentro da sala a fim de compor o fundo da cena onde em breve estariam os três participantes da entrevista. Para completar o ambiente, um grande tapete oriental foi estendido sob as três cadeiras onde ficaríamos sentados.

Fouad chegou logo em seguida e, alguns minutos depois, estávamos sentados frente a frente com o entrevistador (FIGURA 1).

FIGURA 1 – O CENÁRIO DO PROGRAMA AS CHAVES DO PARAÍSO



Da esquerda para a direita – Omar, Fouad e o pesquisador (eu) no cenário do programa *As chaves do paraíso*.

“Em nome de Deus, o clementíssimo, o misericordiosíssimo.” Esta frase dita primeiro em árabe e depois em português por Omar após a vinheta de abertura anunciava o início de *As chaves do paraíso*. Depois dela, o apresentador enfatizou o objetivo do programa que era transmitido por um canal de televisão comunitário da cidade de Curitiba: trazer ao público “informações sobre a última religião revelada, a última religião revelada”. Ele lembrou então que aquele era, de acordo com o calendário islâmico, o dia 26 de jumada Al-Ula do ano de 1434<sup>7</sup>, fez uma breve saudação à audiência e citou uma festa de casamento que havia ocorrido recentemente no âmbito da comunidade muçulmana de Curitiba, antes de apresentar o tópico que seria discutido naquele episódio.

“Talvez você mais jovem não tenha ouvido nem falar deste evento, um evento que ocorreu nos idos da década de 1950 [...]”, prosseguiu Omar. Ele mencionou o conflito entre o comerciante e o cliente, em seguida, e a existência naquela época de uma campanha de arrecadação de impostos que procurava estimular os cidadãos a pedir notas fiscais referentes à compra de produtos no comércio<sup>8</sup>. Omar completou

<sup>7</sup> O programa foi ao ar no dia 28 de março de 2013.

<sup>8</sup> Omar se referia aqui à campanha “Seu talão vale um milhão” que incentivava a população a pedir

ainda que, até onde ele sabia através das referências que havia encontrado, os conflitos da “Guerra do Pente” não teriam se restringido ao comércio de sírios e libaneses, atingindo também estabelecimentos de alemães, italianos e brasileiros.

Na sequência, Fouad e eu fomos apresentados, de certa forma, como duas autoridades do assunto a respeito do qual deveríamos tratar. Autoridades, sem dúvida, com especialidades diferentes: um, como alguém que se interessava pelo vivido e que se aproximava dele por meio de métodos e respaldado por teorias; o outro, como o sujeito da experiência, um agente que trazia nas marcas de sua trajetória o impacto das experiências vividas – segundo as palavras de Omar, “um personagem que viveu na pele essa situação” e que, ao mesmo tempo, era “um membro da comunidade árabe-muçulmana de Curitiba”<sup>9</sup>.

O entrevistador pediu para que eu apresentasse o tema, sobretudo, para os telespectadores mais jovens que possivelmente nunca tinham ouvido falar de tais acontecimentos. Eu confirmei que, de acordo com os registros produzidos em dezembro de 1959, tudo teria se iniciado a partir de um conflito, ocorrido na loja de um árabe que se localizava na Praça Tiradentes (centro da cidade), decorrente de uma controvérsia em torno da emissão da nota fiscal referente à compra de um pente. Destaquei ainda que as versões, sobretudo, dos jornais (que serão apresentadas no capítulo 2) apontavam o comerciante como o culpado por aquela situação. Descrevi então algumas cenas de violência narradas por estes periódicos – que envolviam ataques violentos a comerciantes e até tentativas de linchamento – e concluí minha fala com uma referência ao fato de o caso de violência coletiva só ter sido controlado no terceiro dia após a entrada nas ruas do centro das forças armadas.

Omar voltou-se posteriormente para Fouad e o indagou a respeito de suas lembranças sobre o caso. O entrevistado respondeu que tinha um estabelecimento comercial localizado numa rua muito próxima à Praça Tiradentes. Segundo ele: “eu também fui atingido, mas não fui saqueado... Eles tentaram invadir... [mas] nós fechamos a loja.” Fouad lembrou ainda que a multidão que se reunira em frente a sua loja, na primeira noite dos ataques, só se desfez depois que foram ouvidos tiros

---

notas fiscais relativas às compras no comércio. Estas notas poderiam posteriormente ser trocadas por cupons para concorrer ao prêmio de um milhão de cruzeiros.

<sup>9</sup> Posso adiantar que Fouad possui uma posição de prestígio na comunidade muçulmana, o que é atestado, entre outras coisas, pela sua presença constante na mesquita e pela posição de seu filho como vice-presidente e porta-voz da Sociedade Beneficente Muçulmana.

de um revólver e completou: “Eu e meu tio estávamos lá”. Retomarei esse episódio que Fouad me relatou numa outra oportunidade com mais detalhes.

De qualquer modo, assim como Gamal, o apresentador do programa observou que aquela reação violenta que envolveu e mobilizou um grande número de participantes parecia um tanto exagerada, afinal de contas, tratava-se inicialmente de um conflito interpessoal. Ele me questionou então acerca da existência de algum tipo de tensão latente naquela sociedade que, segundo ele, se transformava rapidamente<sup>10</sup>. Destaquei que durante a minha pesquisa de graduação eu havia encontrado outros casos de violência que haviam ocorrido tanto na cidade, quanto em outras cidades do estado e do país na mesma década. Em seguida, apontei alguns temas muito recorrentes nos jornais da época como as discussões sobre a corrupção na política do estado e o problema da alta inflação, mesmo sabendo que havia um sentido de arbitrariedade naquela minha resposta do qual eu não podia escapar durante a entrevista. Seria impossível, devido ao formato do programa e suas restrições de tempo, por exemplo, detalhar ou explorar a série de atores, ideias e coisas mobilizadas pelos atores nas diversas versões produzidas sobre o caso.

Omar então indagou Fouad a respeito da ênfase no “elemento árabe” nas referências sobre a “Guerra do Pente”: “Você concorda com esta ideia? Você sentiu isso quando estourou o conflito?”. O entrevistado respondeu da seguinte forma: “Concordo sim [...] O árabe era uma pessoa diferente assim. Ela chamava a atenção, uma raça diferente, uma raça indefesa. [...] Isso carregou mais assim contra eles [os árabes]. Eram discriminados.” Na sequência, Omar se volta para mim para perguntar se eu havia encontrado esse elemento “racial”, levantado por Fouad, nas discussões da época sobre o caso. Eu afirmei que havia me deparado tanto nos periódicos da época, quanto em algumas falas de interlocutores, com muitas referências à figura do “turco” e a uma série de estereótipos que eram utilizados para tratar desse tipo específico de imigrante. Isso parecia merecer uma reflexão e era algo que a pesquisa – então em andamento – procuraria discutir.

A entrevista, portanto, se desenvolveu basicamente da forma como procurei descrevê-la: na maioria das vezes, eu era chamado a falar primeiro e, em seguida,

---

<sup>10</sup> Omar mencionou o seguinte a esse respeito: “... A sociedade paranaense, especialmente a curitibana da década de 1950, se transformava a passos largos. A década de 1950 é a década em que há a inauguração de grandes monumentos que estão até hoje na cidade: o Teatro Guaíra, nós temos a Biblioteca Pública do Paraná, o Centro Cívico...”.

falava o senhor Fouad. Refletindo retrospectivamente, parece que eu servia como uma espécie de canal ou conduto para a experiência pessoal dele. Eu era convocado a dar o meu veredicto a respeito dos assuntos tratados – naquele ambiente não seria possível esperar algo diferente – e ele trazia o concreto, a experiência que não podia estar presente, por exemplo, nos textos e reportagens dos jornais que trataram deste evento de violência coletiva. Seguindo essa lógica, eu poderia me imaginar, portanto, como uma espécie de mediador capaz de modular as experiências de um sujeito, e Fouad como a âncora que permitia sustentar meus pressupostos na esfera do concreto.

Existe, entretanto, ao menos uma outra possibilidade plausível de leitura ou compreensão para aquela dinâmica na qual estávamos envolvidos. No final das contas, quem tinha a última palavra era ele (Fouad) e não eu. Aderindo a esta segunda alternativa de interpretação, é possível supor que a vantagem que ele desfrutava, enquanto sujeito da experiência, sobre o pesquisador, se ancorava no fato de ele poder figurar a transparência entre a narrativa da realidade e a própria realidade.

Num determinado ponto mais próximo do final do programa, Omar me questionou – conforme ele havia mencionado em nosso primeiro contato telefônico – a respeito do meu interesse sobre o tema. A pergunta me obrigara, nos dias que antecederam a entrevista, a organizar a minha trajetória retrospectivamente. Minha resposta foi o resultado da articulação de pontos da minha vida – como, por exemplo, a minha experiência de juventude vivendo entre imigrantes nos EUA –, com os meus interesses no âmbito acadêmico – sejam as leituras sobre a revolta popular ou sobre os micro eventos tratados por autores como Robert Darnton (1986) e Clifford Geertz (1989), que tanto me chamaram a atenção quando cursei a disciplina de antropologia ainda no primeiro ano de graduação em História. Ilusão biográfica, como diria Pierre Bourdieu (1998)? Provavelmente, mas talvez isto deva ser mais adequadamente percebido como o resultado de um esforço positivo no sentido de dar inteligibilidade às coisas<sup>11</sup>. Iniciativas como esta – tanto a minha, quanto a das pessoas cujas trajetórias ajudam a compor um complexo mosaico de

---

<sup>11</sup> Num artigo sobre o estudo de trajetórias de vida no âmbito das Ciências Sociais, Paulo Guérios menciona as críticas feitas pela socióloga Nathalie Heinich (2010) à perspectiva objetivista de Bourdieu em relação à “história de vida” – que acaba desqualificando “tanto o método como seu objeto [...]” (GUÉRIOS, 2011, p. 11). Dentre elas, está a desconsideração “do esforço de constituição de um relato coerente por parte do sujeito que fala” (GUÉRIOS, 2011, p. 12).

experiências que é um relato etnográfico – merecem ser analisadas e, sobretudo, levadas a sério.

Quando perguntado, em seguida, a respeito do meu veredicto antropológico sobre a “Guerra do Pente”, eu, evitando partir direto para uma explicação – algo que, no dizer de Latour (2012), interrompe a descrição – ressaltei novamente a recorrência nos jornais antigos dos estereótipos em relação aos sírios e libaneses. Dentre outras coisas, eles eram apresentados nesses textos, como oportunistas contumazes. Isso levou Omar a falar sobre a maneira como a mídia brasileira, dos dias de hoje, trata por vezes dos árabes muçulmanos e como eles são ligados recorrentemente à ideia do terrorismo. Ele mencionou, mais especificamente, um episódio envolvendo uma grande quantidade de armas, supostamente vista por um brasileiro nos fundos de um restaurante árabe na região da Tríplice Fronteira, que havia sido divulgado recentemente numa revista de grande circulação no país.

O apresentador, na sequência voltou-se para Fouad e o questionou a respeito das imagens que eram utilizadas para se referir aos árabes e se ele acreditava que a situação havia mudado com o tempo. O entrevistado falou brevemente a respeito do êxito comercial dos imigrantes árabes na região central de Curitiba na época da “Guerra do Pente”. Ele citou especialmente o espaço em torno da Praça Tiradentes, que será retomado no capítulo 1, e completou que, em sua opinião, aquele conflito tinha funcionado como uma forma de “vingança” em relação a esse sucesso nos negócios.

A última pergunta feita por Omar no âmbito daquela entrevista seria a seguinte: que herança ou legado os incidentes de 1959 teriam deixado para as relações entre os grupos – ele parecia se referir, nesse caso, às relações entre os árabes e os brasileiros – na cidade de Curitiba? Esse ponto da entrevista e a resposta dada por Fouad – que, *grosso modo*, se referia à participação de imigrantes ou descendentes de sírios e libaneses em outros espaços e esferas como, por exemplo, a política – também serão recuperados mais adiante.

De qualquer modo, olhando para trás com um distanciamento um pouco maior, pude perceber que aquele havia sido o momento da minha entrada no fluxo de interpretações sobre o caso. Isso não havia ocorrido anteriormente, apesar de eu ter iniciado minha pesquisa na graduação do curso de História, a meu ver, devido ao fato da monografia ser um tipo de material que normalmente é lido apenas por algumas pessoas – o orientador, os membros da banca e, no máximo, um parente

ou amigo com muita boa vontade e/ou tempo livre. Em outras palavras, no contexto da primeira pesquisa, eu ainda não fazia parte daquela controvérsia. Minha participação no programa marcava, todavia, o momento a partir do qual eu era capaz de agir naquele movimento de interpretações.

Já no final da entrevista, aquele senhor – Fouad – tornou público o fato de que estaria sempre disposto a me ajudar com a pesquisa e Omar pediu para que eu retornasse para uma outra entrevista assim que concluísse a dissertação. Posso afirmar que ambas as atitudes me conferiam não apenas existência enquanto agente naquele contexto, mas também alguma legitimidade. Não pude deixar de lembrar a famosa cena relatada por Geertz (1989) no seu clássico texto sobre a briga de galos em Bali. De certa forma, era como se eu tivesse, no episódio da entrevista, corrido para o mesmo lado que os sujeitos da pesquisa. Regressarei a esse ponto mais adiante nesta introdução.

#### 4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

Muitas vezes no caso de pesquisas realizadas no ambiente urbano, conforme salientaram João de Pina-Cabral e Antónia Pedroso de Lima (2005), não há a possibilidade de o pesquisador viver por um período mais longo com os interlocutores, o que lhe permitiria, por exemplo, observar de forma mais continuada seus comportamentos ou mesmo, situar mais facilmente as falas num contexto intersubjetivo mais amplo. Apesar do meu trabalho de campo ter sido marcado, sobretudo, pela realização de entrevistas e a coleta de relatos e histórias, foi possível e necessário manter com algumas pessoas, uma relação mais próxima. Esses contatos mais aproximados foram valiosos, devido a sua qualidade diferencial e ao fato de haver uma vontade ou um interesse do “outro lado” de participar desse projeto.

Eu poderia apontar Fouad como um exemplo de um ator com o qual eu tive a oportunidade de desenvolver um contato mais próximo e regular. Isto se deve, sobretudo, a sua disponibilidade e interesse em contar histórias. Muitas vezes durante a pesquisa eu passava algum tempo sem vê-lo na mesquita – que era o local onde eu conseguia mais facilmente encontrá-lo no dia-a-dia – e isto sempre me causava preocupação. Por várias vezes, como, aliás, o episódio das fotos que narrei anteriormente é capaz de atestar, tornava-se mais difícil retomar determinado

assunto depois que um espaço de tempo maior havia se passado. Ao longo de toda a pesquisa, foi ficando muito evidente para mim a ideia de que as relações no campo estão, efetivamente, sempre em negociação e que nunca são conquistadas de uma vez por todas como o célebre caso da briga de galos, relatado por Geertz, parece sugerir<sup>12</sup>.

Num determinado momento durante uma de nossas conversas na mesquita, Fouad, depois de responder várias perguntas motivadas pelo interesse de um pesquisador, olhou para mim e com o rosto sério me perguntou afinal quanto eu lhe pagaria por aquelas entrevistas. Ele colocou a mão no bolso da minha camisa, como que procurando por algum dinheiro escondido. Pego um pouco de surpresa, respondi que eu não tinha dinheiro e que ganhava muito mal. Depois de algum tempo, ele abriu um sorriso e me perguntou: “você sabe que eu estou brincando, né?” Aliviado, respondi que sim.

Mais tarde, depois de pensar a respeito da situação, percebi que se por um lado, ela indicava uma aproximação entre pesquisador e pesquisado, por outro, apresentava um desafio. Parecia que Fouad se utilizava de algum modo de um estereótipo que no Brasil está muito ligado à figura do “turco”. Isto era difícil de compreender, justamente porque ele já havia ressaltado, nas conversas que tivemos, sua dificuldade de lidar com tal essa imagem de “turco”. Como tratar dessa relação jocosa, para além da conclusão de que ela parece indicar a conquista de um certo grau de intimidade entre dois sujeitos? Qual é a relação disso com toda a discussão anunciada anteriormente sobre os estereótipos?

## 5. SOBRE A ESTRUTURA DO TEXTO

Este trabalho tem como objetivo expandir, adensar, ou mesmo, acrescentar novas camadas de sentido às questões levantadas nesta introdução e desenvolver os pontos que foram expostos aqui de forma preliminar. No primeiro capítulo, tratarei a respeito da praça de mercado onde o evento se iniciou e de suas adjacências, a partir de documentos, mapas, crônicas, reportagens e algumas trajetórias

---

<sup>12</sup> O próprio Geertz produziu posteriormente uma reflexão – no âmbito de um capítulo intitulado “O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos” presente na obra *Nova luz sobre a antropologia – sobre as tensões inerentes à relação entre o antropólogo e seus interlocutores e de outros dilemas concernentes ao trabalho de campo* (2001).

específicas recuperadas por meio de histórias que me foram narradas pelos meus interlocutores. Inicialmente, eu discuto as transformações ocorridas neste comércio ao longo das últimas décadas – algo que apareceu recorrentemente nos discursos desses interlocutores e que, ao mesmo tempo, me permite fazer o deslocamento do presente para o passado. Na sequência, procuro recuperar a configuração do local na época da “Guerra do Pente”, ou seja, no final dos anos 1950. Por fim, abordo a questão dos fluxos de pessoas e coisas a partir desse lugar específico. A ideia por trás desses movimentos é, principalmente, dar concretude ou materialidade ao tema<sup>13</sup>.

O capítulo 2, por sua vez, tem como objetivo justapor uma série de narrativas a respeito do caso da “Guerra do Pente”. Ele é dividido em três momentos. Na primeira parte são apresentadas as interpretações feitas “no calor dos acontecimentos”, ou seja, nas reportagens produzidas nos dias de dezembro de 1959, quando o caso ocorreu. Na segunda, meu intuito é descrever as formas como o evento foi concebido ao longo do tempo e de quais maneiras ele foi incorporado como um episódio marcante e peculiar da história da cidade. Veremos como não é possível sempre dizer as mesmas coisas sobre os acontecimentos. Finalmente, isso nos levará a repensar a própria noção teórica de “contexto”.

Algumas trajetórias com as quais entrei em contato durante o trabalho de campo me permitiram refletir a respeito da aprendizagem pela qual precisavam passar esses imigrantes árabes assim que chegavam ao Brasil, tanto no que se refere às maneiras de lidar com os estereótipos, quanto às relações no comércio. As narrativas que me foram relatadas apontavam para a seguinte questão: como um certo grupo de imigrantes é produzido? Eu inicio o capítulo 3 apresentando uma discussão sobre os estereótipos e seus usos, a partir do caso específico de dezembro de 1959 e de uma expressão que aparece nas leituras dos acontecimentos. Refiro-me à noção do “turco” – um termo muito utilizado no Brasil para designar os imigrantes árabes e seus descendentes. Posteriormente, eu trato de um tema que apareceu nos discursos de alguns desses interlocutores e que diz respeito à questão da possível deflagração de conflito nas interações cotidianas e das maneiras de conviver com isso. Toda essa discussão nos levará, no fim das

---

<sup>13</sup> A indicação do historiador E.P. Thompson (1998, p. 204), de que para entender as ações de uma multidão específica é preciso observar praças de mercado e práticas específicas de comércio, corrobora com a relevância desse processo de recomposição que será realizado no capítulo 1.

contas, de volta ao ponto de partida – a “Guerra do Pente”, e o espaço comercial onde ela se iniciou – a partir de uma outra perspectiva.

Ao longo da dissertação, num exercício necessário de relativização ou mesmo de (auto)análise constante do meu próprio itinerário de pesquisa, farei reflexões acerca dos lugares por mim “visitados” durante o trabalho de campo e que me permitiram falar, de um modo específico, a respeito desta controvérsia da “Guerra do Pente”. No mínimo, espero que essa tomada de posição ou atitude possa servir como uma espécie de lembrete do caráter inevitavelmente parcial<sup>14</sup> de um trabalho como este.

---

<sup>14</sup> Esse caráter parcial e incompleto do fazer etnográfico representa não um sinal de fragilidade, conforme destacou Candea, mas justamente sua maior vantagem. Isto se deve ao fato de essa incapacidade de ver ou abarcar o todo ou “the big picture” – nos termos utilizados por ele, “the ethnographer’s incapacity to see everything in one all-encompassing vista” –, ser uma decorrência inevitável da prática da nossa disciplina, isto é, desse ato de entrar em um contato muito próximo com pessoas, coisas e ideias a partir de locais e casos específicos. Como o autor sublinhou, esse tipo de postura ou posicionamento é vantajoso, principalmente, na medida em que ele possibilita o acompanhamento de processos de formação ou produção dos mais diversos tipos de entidades “on the ground” (CANDEA, 2010, p. 36).

## CAPÍTULO 1 – O CENÁRIO

Durante o mês de abril de 2013, andei de loja em loja na região da Praça Tiradentes à procura de comerciantes antigos, possivelmente algum remanescente daquele ambiente comercial do final dos anos 50. O ato de percorrer a praça a pé poderia me colocar em contato com outras versões sobre o caso de 1959. Conforme passava por estabelecimentos que vendiam roupas, sapatos, lingerie, bijuterias, cosméticos, etc., eu me apresentava como um pesquisador que estava realizando um trabalho sobre a história do comércio da região ao longo dos últimos 50 anos. Na maioria dos casos, todavia, as pessoas com as quais eu conversava não sabiam muito sobre o passado daquele lugar.

Certa vez, a proprietária de uma loja de roupas infantis que, como vim a saber, havia sido fundada pelo seu falecido sogro – um senhor de origem árabe – no final da década de 1960, disse que eu poderia encontrar algo a respeito do assunto nos fundos de uma farmácia localizada naquela mesma quadra. Segundo ela, lá existiam fotos antigas e coisas do gênero. “Talvez possa lhe ajudar” – ela completou, sem saber muito mais o que me dizer sobre o assunto. Fui até o local e ao adentrar os fundos do estabelecimento, que atualmente pertence a uma grande rede de farmácias, avistei um grande quadro com uma foto da então chamada Farmácia Stellfeld – a casa comercial que se localizava naquele mesmo prédio nos anos 1950<sup>15</sup>. Nenhum dos atendentes, entretanto, sabia algo a respeito. Para mim, naquele momento, a tal imagem pendurada na parede e a fachada do imóvel eram as duas únicas coisas que ligavam a farmácia de hoje àquela de antigamente.

Esse episódio parecia sintomático de algo que eu ia percebendo à medida que conversava com alguns lojistas da região: muitos deles estavam no local há menos de quinze anos e não pareciam ter o tipo de conexão com ele que eu, ingenuamente, pressupunha ou esperava encontrar. Alguns ainda, por algum motivo, se recusavam a falar a respeito do assunto – talvez devido à falta desse conhecimento específico, ou até mesmo a uma compreensível desconfiança em relação a um sujeito que aparecia subitamente fazendo uma série de perguntas – ou

---

<sup>15</sup> Esta farmácia seria citada por Fouad, numa de nossas conversas, como um dos poucos estabelecimentos do local que não pertenciam aos árabes naquela época. Ela foi fundada por um imigrante alemão chamado Augusto Stellfeld em 1857 e localizava-se na Praça Tiradentes desde o ano de 1866 (BERBERI; SUTIL, 1997). Na década de 70, o imóvel seria vendido pela família.

me davam pouquíssimas informações. Por algum tempo, dessa maneira ia se desenvolvendo a minha pesquisa histórica sobre o comércio da Praça Tiradentes.

## 1. O “ÚLTIMO REMANESCENTE” OU SOBRE A QUESTÃO DAS CONEXÕES

Certo dia, entretanto, conversando com um jovem responsável por uma loja de sapatos, descobri que o proprietário do prédio de três andares onde o estabelecimento se localizava ainda vivia no terceiro andar daquele mesmo endereço. Tratava-se de um senhor de origem libanesa que, até onde ele sabia, estava há muito tempo na região e que conhecia bem a história do lugar. Seu nome era Anwar. Perguntei ao rapaz como eu poderia contatá-lo e ele disse que eu deveria entrar pela porta ao lado da loja, subir as escadas e tocar o interfone localizado na parte de dentro de uma porta feita de barras de ferro que dava acesso a outro lance de escadas. Segui suas indicações e acabei encontrando Anwar justamente no momento em que ele deixava a sua residência. Conversamos rapidamente e combinamos de nos reunirmos para uma conversa dois dias depois. Com um forte sotaque que indicava sua condição de imigrante, Anwar me contou que estava naquele prédio há 46 anos. Quando lhe falei que minha pesquisa era sobre a “Guerra do Pente”, ele disse sorrindo que havia “levado uma pedrada” durante os aqueles incidentes de 1959.

No dia marcado para o nosso encontro – 19 de abril de 2003 – fui recebido por Anwar no seu escritório localizado no terceiro andar daquele mesmo edifício da Praça Tiradentes. Tratava-se de uma sala ampla, mas que parecia pertencer a outra época. O carpete que cobria o chão e os móveis que compunham aquele ambiente evocavam essa ideia de um outro tempo no passado. Conversamos, na oportunidade, sobre a “Guerra do Pente”, a vinda dele para o Brasil na década de 1950 e as mudanças observadas no comércio do centro da cidade desde então. Como eu viria a descobrir naquele dia, Anwar era o último dos imigrantes árabes da sua família que ainda continuava a residir na região<sup>16</sup>. Depois da entrevista e antes de nos despedirmos, ele refletiu a respeito desse fato:

**Anwar:** [...] Eu moro aqui em cima, esse prédio é meu. Construí [ele] como

---

<sup>16</sup> Fiquei sabendo também, na oportunidade, que Anwar é primo de Fouad, que eu já conhecia na época e de Nemer e Mazhar, que eu acabaria conhecendo na sequência do trabalho de campo na Praça Tiradentes.

eu quero. Lá embaixo aluguei a loja. Logo eu vou me mudar. Moro aqui há 46 anos. Graças a Deus não me aconteceu nada.

Se, por um lado, aquele edifício simbolizava a trajetória daquele senhor – no sentido de que se tratava, de certo modo, do resultado material e, portanto, muito palpável, de suas experiências e escolhas –, por outro, ele indicava – a partir de uma relação contrastiva com seu entorno – um processo de mudança que parecia necessário recuperar. A última frase dita por Anwar – “Graças a Deus não me aconteceu nada.” –, por exemplo, pode ser tomada como um indício das transformações que têm marcado, ao longo das últimas décadas, o centro da cidade e que será examinado na sequência.

À medida que eu ia entrando em contato e/ou era apresentado a outras pessoas, fui percebendo que a questão das conexões com o lugar estava se modificando para mim. Com o tempo, alguns dos senhores que, por exemplo, se sentavam diariamente para tomar café na lanchonete localizada na Praça Generoso Marques<sup>17</sup>, tornaram-se reconhecíveis. Tanto Anwar, que inicialmente aparecia para mim como o último remanescente de uma época distante, quanto esses outros interlocutores – como ele, imigrantes de origem árabe – me levariam à compreensão de que aquela praça de outrora, de algum modo, ainda estava lá, provavelmente com várias outras. Refletindo retrospectivamente, pude perceber que foi somente através do aumento progressivo da quantidade e qualidade de conexões – fomentado pelos contatos feitos a partir daquele local muito concreto – que isso tudo passou a ser acessível.

O presente capítulo é composto por um exercício de justaposição de falas, mapas, imagens, textos, etc. Todos esses materiais têm como ponto em comum o fato de se referirem, de uma maneira ou de outra, à praça de comércio cuja configuração busca-se aqui recompor. Elas são concebidas como “formas”, de acordo com os termos utilizados por Latour, que nos possibilitam rastrear conexões. Segundo o autor,

Em geral, entendemos forma no sentido abstrato, e não material [...] Mas, tão logo percebemos que cada local precisa estabelecer sua conexão com outro por meio de um deslocamento, a noção de forma assume um sentido bastante concreto e prático: forma é simplesmente aquilo que permite a alguma coisa ser transportada de um lugar a outro. (LATOUR, 2012, p. 320)

---

<sup>17</sup> Uma praça que fica bem ao lado da Praça Tiradentes e que, como veremos mais adiante, forma com ela, uma espécie de praça maior.

Latour cita como exemplos de “formas”: um documento, um relatório, um mapa. Ou seja, qualquer coisa que seja capaz de realizar, nas palavras dele, “o feito incrível de transportar um local para dentro de outro [...]” (LATOOUR, 2012, p. 320). Seguindo a definição do autor, podemos incluir também um texto com a transcrição de uma conversa como outro exemplo (ou resultado) da ação de “colocar algo dentro de uma forma” (LATOOUR, 2012, p. 320).

O interesse principal dessa operação de justaposição de formas ou materiais é tentar responder as seguintes questões: qual era a configuração da Praça Tiradentes – esse espaço que foi definido como o ponto de partida da investigação por causa do evento de violência coletiva ali iniciado – em 1959? Que tipos de estabelecimentos comerciais existiam na região e quem os frequentava? Quais fatores explicam o tal “êxito comercial” dos árabes, citado por Fouad anteriormente, e a constituição de uma espécie de comércio étnico no local, na época da “Guerra do Pente”? Além disso, começaremos a tratar também das lojas atingidas e da extensão desses conflitos.

Evidentemente, que, sobretudo, no caso dos relatos, muitos elementos e conexões não imaginadas previamente pelo pesquisador foram emergindo. Criar uma narrativa que fosse capaz de expor as associações feitas por eles passava a ser fundamental<sup>18</sup>. Iniciaremos por um tema bastante citado pelos atores durante as nossas conversas e que já foi sinalizado pela fala de Anwar reproduzida acima. Refiro-me à questão das transformações ocorridas naquele ponto de comércio desde os anos 1950 (década que foi marcada pela chegada de alguns interlocutores com os quais conversei, assim como pela ocorrência da “Guerra do Pente”).

## 2. OUTRAS CENTRALIDADES, OUTROS PROJETOS

As referências relativas às distinções entre a Praça Tiradentes de hoje e de antigamente foram bastante recorrentes nas descrições das pessoas com as quais entrei em contato. Ao longo da realização do trabalho de campo, aquela praça de 1959, portanto, surgiu primeiramente a partir de uma diferenciação em relação à

---

<sup>18</sup> Conforme sublinhou Latour, não cabe ao pesquisador “decidir no lugar do ator quais grupos estão construindo o mundo e quais mediações os estão fazendo agir. Sua tarefa é construir o experimento artificial – um relato, uma história, uma narrativa – no qual essa diversidade possa ser desdobrada ao máximo” (LATOOUR, 2012, p. 267).

praça de hoje. O trecho abaixo retirado de uma conversa com Anwar é um exemplo disso. Nele, esse interlocutor afirma o seguinte a respeito das especificidades e características das mudanças no comércio da região:

**Anwar:** [...] O povo vinha comprar tudo no centro, hoje não, compra em qualquer supermercado. Qualquer lugar tem loja... Antigamente o povo vinha para a cidade. Era dia de São Nicolau, Dia de Reis... No mês tinha oito feriados. E sábado o povo trabalhava até duas horas [...] Só domingo era fechado, mas o resto de segunda a sábado [...] Para o senhor ter uma ideia sou [ele me mostra o número de sua carteira de identidade que é menor do que 300.000]. Hoje Curitiba conta com mais de três milhões de habitantes. Era bonita. A primeira cidade que se enfeitava para o natal [...] Curitiba era uma cidade pequena. Quando fazia frio era frio mesmo, quando fazia calor era quente mesmo...

As alterações descritas por Anwar, como podemos observar, dependem da forma como ele constrói essa outra cidade a partir da reunião de elementos tão heteróclitos como: um documento, que opera aqui como uma espécie de marca; as épocas festivas, que remetem a uma efervescência nos negócios; ou o próprio clima, que aparece como mais ordenado e previsível que o atual. Se retornarmos ao início da fala, veremos que esse interlocutor faz ainda referência àquilo que poderíamos definir como um processo de descentralização ou expansão do comércio da cidade. Tal processo, todavia, não se restringiu à atividade comercial. Conforme apontou Fátima Freitas,

a referência a uma representação de 'centro' hoje configura-se de outra forma. Ir ao 'centro' atualmente remete a outros espaços. Por exemplo: para resolver problemas com o setor público, o centro cívico [que estava em construção nos anos 1950] é o local onde se deve ir (FREITAS, 1995, p. 5).

A autora trata, nesse caso, portanto, do surgimento na cidade de um outro *locus* que corresponde a uma outra ideia de "centralidade". Isso está vinculado ao crescimento urbano ocorrido em Curitiba desde os anos de 1950<sup>19</sup>. Atualmente a população da cidade, de acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, é de 1.751.907 habitantes<sup>20</sup>. No ano de 1960, por sua vez, ela era substancialmente menor: 361.309 habitantes. Esse número, no entanto, representava um

<sup>19</sup> A existência de diferentes centralidades, aliás, é uma característica dos grandes centros urbanos, como destacou José Guilherme Magnani (2002, p. 15).

<sup>20</sup> Isso se não considerarmos a Região Metropolitana de Curitiba criada em 1973, cuja população atual é de cerca de 3,2 milhões de habitantes. Disponível em: <http://www.guiageo-parana.com/regiao-metropolitana.htm>. Acesso em: 08/10/2013.

impressionante aumento de mais de 100% em relação aos dados de dez anos antes – portanto, referentes a 1950 –, quando a população era de 180.575 habitantes<sup>21</sup>.

Em todo caso, voltando à questão da região central, a implantação de um planejamento urbano durante a primeira administração do prefeito Jaime Lerner (1971-1974), de acordo com Maria Cecília Costa e Rosângela Digiovanni, resultou num “esvaziamento” daquele “centro” das “camadas médias e da elite local da cidade” e, ao mesmo tempo, uma abertura desse espaço “para outras classes e categorias sociais”<sup>22</sup> (COSTA & DIGIOVANNI, 1991, p. 44). Esse movimento permite que entendamos o sentido da frase dita por Anwar anteriormente – “Graças a Deus não me aconteceu nada”. Ele se referia, na oportunidade, àquilo que na sua concepção representava uma certa deterioração da região central, algo que teria acompanhado o processo de descentralização do comércio da cidade. Sem embargo, aquela ideia de decadência que se manifestava em seu discurso, poderia ser vinculada também a essa “abertura” citada por Costa e Digiovanni (1991). Segundo Nemer e seu filho Hanibal, – interlocutores de origem libanesa que ainda estão envolvidos no comércio da região e que serão apresentados na sequência –, o público que atualmente realiza compras nas lojas da Tiradentes é formado, principalmente, por pessoas vindas da periferia, diferentemente de antigamente, quando os clientes eram pessoas de “Curitiba mesmo”.

A chegada dos *shoppings centers* na cidade a partir da década de 1980 foi salientada recorrentemente pelos meus interlocutores como algo que viria a intensificar as transformações nesse ambiente comercial<sup>23</sup>. Entretanto, durante o nosso encontro, Anwar citou ainda mudanças ocasionadas por um processo econômico que antecederia o surgimento desses centros comerciais, mas que também teria tido um impacto na vida dos imigrantes árabes, seus descendentes e

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em: 08/10/2013.

<sup>22</sup> As autoras tratam no seu artigo a respeito de atividades de recreação das “famílias conhecidas” – esta categoria que se refere às camadas médias e da elite da cidade – como o *footing* que até então (o início da década de 1970) era realizado na região central. Posteriormente, esse movimento se transferiria, de acordo com Costa e Digiovanni, para a região do Batel, um bairro que já era tradicionalmente ocupado pelas camadas dominantes da cidade, mas que passa, a partir dos anos 1970, a abrigar também um tipo de “comércio sofisticado, concentração de serviços – consultórios médicos, escritórios, restaurantes – mas, sobretudo, pela especulação imobiliária” (COSTA & DIGIOVANNI, 1991, p. 45).

<sup>23</sup> Segundo Elizabete Berberi e Marcelo Saldanha Sutil, “com a expansão da cidade e a consequente ramificação dos caminhos nas últimas décadas, a Tiradentes deixou de constituir, juntamente com a Rua 15, o núcleo vital do comércio de Curitiba. Novas propostas urbanísticas, o incentivo à criação de pequenas áreas comerciais nos bairros e o aparecimento dos Shoppings Centers contribuíram para que isso ocorresse” (BERBERI; SUTIL, 1997, p. 54).

de outros sujeitos que praticavam a atividade comercial na região:

**Anwar:** [...] Começou a mudar o comércio bastante, dos anos 70 para cá. Os grupos nacionais, então o grande foi engolindo o pequeno. Você tinha uma loja, abriu do lado um supermercado e acabou. Aqui tinha o supermercado “Demeterco”, o primeiro supermercado do Brasil. Hoje é “Mercadorama”, “BIG”. Morreu o senhor Demeterco, vieram os filhos e depois os grupos grandes. Os filhos herdaram uma coisa que não viram, que não trabalharam e ficaram bilionários. Aquele “BIG” é [um] grupo português, mas é americano. Eles pagavam pra gente aluguel por metro quadrado [...] e foi indo [...] Nós estrangeiros sofremos muito. Sofremos porque não se vendia mais, então você vivia da reserva que juntava.

A dificuldade imposta pela entrada de novos atores na região implicou a necessidade de um redirecionamento forçado nos negócios: “sofremos porque não se vendia mais, então você vivia da reserva que juntava”. As mudanças seguiram, na interpretação de Anwar, o seguinte processo: primeiro, os filhos que, no papel de mediadores, acabaram contribuindo para as transformações, pelo simples fato de, segundo Anwar, terem herdado “uma coisa que não viram, que não trabalharam...”; e na sequência, os grupos de abrangência nacional cuja poderosa inserção foi capaz de efetivar alterações na paisagem, atividades e interações naquele espaço.

Como ele mesmo procurou assinalar, entretanto, existia sempre uma outra saída: a possibilidade de se viver da renda do aluguel dos espaços que anteriormente abrigavam as lojas. Essa opção pode ser observada no caso da experiência específica de Anwar que até hoje aluga parte de seu patrimônio para outros comerciantes que vieram para a Praça Tiradentes posteriormente, mas que não fazem parte, a princípio, desses grupos economicamente mais fortes. Existe atualmente, por exemplo, uma quantidade considerável de imigrantes asiáticos na região, além de alguns imigrantes árabes (em ruas adjacentes como a José Bonifácio, por exemplo) que chegaram ao país a partir de 1975. Esses últimos teriam deixado o Líbano por causa da Guerra Civil Libanesa<sup>24</sup>.

Diferentes perspectivas em relação a essa ideia de “trabalho”, subjacente ao discurso de Anwar, surgiram nos discursos dos interlocutores, assinalando contrastes entre os projetos<sup>25</sup> de sujeitos pertencentes a diferentes gerações dessas

<sup>24</sup> Este conflito se estendeu por 15 anos, só se encerrando em 1989 (NASSER, 2006, p. 49 e 50).

<sup>25</sup> A noção de “projeto” aqui mencionada solicita formulação. Segundo Gilberto Velho, “quando há ação com algum *objetivo predeterminado* ter-se-á o *projeto* [...] Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas” (VELHO, 2013, p. 100). Portanto, conforme ressalta o autor, eles surgem dentro de certos “campos de possibilidades”.

famílias de ascendência árabe. Para Hanibal, um rapaz um pouco tímido de 28 anos, que é descendente de libaneses e que, no início da pesquisa, trabalhava na loja de sapatos da família na Praça Tiradentes, a forma como seus avós – os donos do estabelecimento – colocavam a loja e o trabalho sempre em primeiro lugar entrava em choque com a visão dele de que havia outras coisas na vida além do comércio. Quando lhe perguntei a respeito de como eles passavam momentos de lazer, ele respondeu que, na visão de seus avós, a vida deveria ser passada “atrás do balcão”, pois, segundo ele, foi dessa maneira que eles viveram por tanto tempo. É possível observar, nesse caso, portanto, uma clara discrepância entre duas visões de mundo distintas<sup>26</sup>. A maneira como a avó de Hanibal – uma senhora bastante enérgica –, aliás, personificava essa ética do trabalho foi algo que me chamou a atenção durante o trabalho de campo.

No início do mês de agosto de 2013, algumas semanas depois da realização da entrevista com o jovem Hanibal, retornei à loja de sapatos com a intenção de encontrá-lo novamente. Entretanto, ele não tinha ido trabalhar naquele dia. Seu pai, que tem uma loja de lingerie no porta ao lado, me recebeu em seu pequeno escritório localizado nos fundos desse estabelecimento. Entre coisas como fotos de ruínas milenares e de um rio que, conforme ele me explicou, havia sido navegado pelos fenícios, na sua região de origem no Líbano<sup>27</sup>, um mapa do Oriente Médio, e um quadro pintado com a imagem de São Jorge<sup>28</sup>, aquele senhor que normalmente estava sorrindo e de bom humor, me confidenciou, com um olhar de inquietação, a respeito de sua preocupação com seu filho.

Segundo ele, Hanibal precisava “tomar um caminho na vida”. Por algum motivo, o rapaz não queria trabalhar mais com os avós, andava deprimido e só pensava em música. Em seguida, Nemer mencionou também sua filha que havia se separado, e do ex-marido dela, uma pessoa que ele gostava, mas que não demonstrava interesse em se envolver em atividades profissionais estáveis. De

---

<sup>26</sup> Ainda que certa continuidade possa também ser constatada, dado que o rapaz estava envolvido nos negócios da família.

<sup>27</sup> Trata-se da cidade de Hermel, que se localiza no norte do país.

<sup>28</sup> Essa imagem de São Jorge foi algo que me chamou bastante a atenção, porque a família de Hanibal é muçulmana, apesar de eles mesmos não se considerarem praticantes. Eu nunca os vi na mesquita, por exemplo. Observei que havia também uma imagem de São Jorge na sala do avô de Hanibal localizada nos fundos da loja de sapatos. Descobri posteriormente que a presença da imagem se deve ao fato de que metade da família da esposa de Nemer é cristã. Em todo caso, é interessante observar o quanto esses objetos são reveladores ou mesmo dão um sentido às trajetórias das pessoas que estão associadas a eles.

acordo com ele, esse rapaz estava, naquele momento, se dedicando a uma revista que tratava de festas e de música, algo que, em sua opinião, não tinha futuro.

Conforme o tema emergiu no discurso de Nemer, essa outra maneira de enxergar o trabalho – mas também, os relacionamentos – era, portanto, algo que parecia afetar não apenas um só indivíduo (seu filho), mas também outros descendentes de imigrantes árabes confrontados com novas oportunidades, relações, etc. A dificuldade exposta pela angústia do meu interlocutor está, evidentemente, ligada a uma dificuldade de comunicação e compreensão entre pessoas pertencentes a duas gerações diferentes.

Como podemos perceber a partir desse pequeno episódio, as mudanças nesse espaço de comércio resultam do surgimento e desenvolvimento de projetos distintos ao longo do tempo, a partir de determinados campos de possibilidades. Foram recorrentes, por exemplo, as menções por parte dos meus interlocutores a respeito das ocupações profissionais de seus filhos em atividades como medicina, advocacia, engenharia, etc., assim como a questão da formação universitária à qual essas pessoas – os primeiros das famílias a nascerem no Brasil – haviam tido acesso<sup>29</sup>. No fim das contas, Hanibal, que tem essa formação universitária<sup>30</sup>, parecia um tanto fora de lugar naquela loja de sapatos. Era como se a continuidade que ele simbolizava no comércio da região fosse uma contradição<sup>31</sup>. Enfim, não só os espaços se modificam, mas também os sujeitos e seus horizontes.

### 3. A PRAÇA E O CENTRO DA CIDADE EM 1959

Depois de tratar a respeito dessas transformações, nos importa saber mais detalhes sobre a configuração dessa praça de comércio e adjacências na época dos acontecimentos. Numa reportagem de seis páginas publicada na revista *Panorama*<sup>32</sup> em janeiro de 1959 – e produzida pelo jornalista Samuel Guimarães da Costa e os fotógrafos Marcos Shaffer e Hermes Astor – encontramos uma descrição bastante peculiar daquele espaço da Tiradentes. O texto intitulado “Curitiba desemboca na

<sup>29</sup> É interessante considerar também o fato de que muitos dos filhos desses imigrantes tiveram a oportunidade de estudar em escolas particulares, o que provavelmente os aproximou dos filhos das “famílias conhecidas” que aparecem no texto de Costa e Digiovanni (1991) citado anteriormente.

<sup>30</sup> Hanibal é formado em administração.

<sup>31</sup> Na última vez que me encontrei com Nemer, no final de abril de 2014, ele me disse que Hanibal tinha se afastado da loja dos avós e estava esperando o resultado de um concurso público.

<sup>32</sup> Trata-se da revista semanal de maior circulação no estado naquela época.

Praça Tiradentes” se inicia com a premissa de que a característica principal daquele espaço onde palpitava “o coração urbano da cidade”, segundo Costa, era a “promiscuidade”<sup>33</sup> (*Panorama*, jan. de 1959, p. 21). Ele começa seu relato definindo a praça como um ambiente essencialmente “do povo”:

a praça é do povo – cantava Castro Alves. Em Curitiba nenhuma o é mais que Praça Tiradentes. Do povo miúdo, especialmente. Habita-a uma quase sub-humanidade, que ali se atrai e acotovela. Oriunda dos mais diferentes quadrantes e, no geral, representativa de humildes categorias sociais (*Ibid.*, p. 21).

FIGURA 2 – PRIMEIRA PARTE DA REPORTAGEM DA REVISTA PANORAMA



FONTE: REVISTA PANORAMA, JAN. 1959. (ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ).

O texto sobre a praça é acompanhado por fotos que trazem um “cantador” tocando uma sanfona, sendo assistido por um pequeno grupo de pessoas e um casal bem vestido – o homem trajando um terno e a mulher vestindo um longo vestido e sapatos de salto-alto – caminhando pela praça em direção a um prédio com um grande letreiro da “Goodyear Pneus”.

O autor trata então do passado do lugar como o *marco zero* da cidade e como seu ponto historicamente mais rico: “A antiga praça da Matriz, de linhas coloniais, a cujo dobrar dos sinos os ‘homens bons’ se ajuntavam em vereança, vê hoje erguer-

<sup>33</sup> No sentido derivado do latim *promiscuus* que significa associação indiscriminada, indistinção e mistura entre plebeus e nobres.

se a Catedral, como templo máximo da cristandade do estado” (*Ibid.*, p. 21). Conforme ele salienta, na sequência, foi a partir da Praça Tiradentes que as ruas da Curitiba e as rodovias que cruzam o estado se expandiram.

Em todo caso, na época da reportagem, tratava-se, de acordo com Costa, de um espaço caracterizado, sobretudo, pela presença de comerciantes árabes, de “punguistas” (batedores de carteira) e também por ser um “paraíso” para os camelôs<sup>34</sup>. Nas suas palavras:

esse comércio minúsculo atrai um tipo de freguesia, cuja credulidade, por sinal, é o grande campo explorado pelos camelôs, lançadores de produtos que constituem sempre a última e revolucionária idéia japonesa em descascador de batatas ou a palavra final da indústria química alemã em tirar-manchas (*Ibid.*, p.).

FIGURA 3 – SEGUNDA PARTE DA REPORTAGEM DA REVISTA PANORAMA



FONTE: REVISTA PANORAMA, JAN. 1959. (ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ)

A foto maior que acompanha a narrativa mostra um grupo de “curiosos” observando a apresentação de um produto por um camelô. No canto direito alto, a foto menor retrata uma fila de pessoas esperando o ônibus. Abaixo dela, uma imagem de um conhecido vendedor ambulante do local

<sup>34</sup> Além disso, a praça que outrora fora um cemitério, havia se tornado também, nos termos do autor, um “purgatório das almas perdidas”, pois funcionava como “um dos pontos escolhidos pelo Exército da Salvação – uma instituição de caridade ligada à igreja protestante – para levar aos transviados a palavra do senhor”.

chamado “Sacarrolha” com a catedral ao fundo.

A presença árabe é enfatizada por Costa no texto, a partir da ideia da ideia da praça como uma espécie de “mercado persa” [termo utilizado pelo autor]. Segundo ele:

à semelhança de um bairro árabe, a Praça Tiradentes tem sido o local onde muito levantino [outra categoria utilizada para se referir aos árabes], hoje milionário, iniciou sua vida, vendendo gravatas como ‘braço-fixo’ [uma atividade de venda ambulante na qual o vendedor exhibe os produtos pendurados ao longo dos braços], fazendo das calçadas loja de armarinhos ou banca para venda de frutas (*Ibid.*, p. 22).

FIGURA 4 – TERCEIRA PARTE DA REPORTAGEM DA REVISTA PANORAMA



FONTE: REVISTA PANORAMA, JAN. 1959. (ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ)

A foto menor traz, segundo a legenda, um comerciante árabe que teria iniciado sua vida no local como “braço-fixo”. Na imagem ao lado, um público assiste a um discurso de um representante do Exército da Salvação.

Da forma como é apresentada, a reportagem busca retratar as várias facetas de um ambiente com o passar tanto dos anos – como no caso das referências ao passado e à história da praça –, quanto das horas de um dia. O autor descreve aquilo que ele chama de um “sub-mundo de incontáveis aspectos pitorescos”, como

se ele tivesse passado horas ali como um observador *in loco*: “quando um novo dia chega ao toque das matinas, com o gorjear dos pássaros nos arvoredos, a praça readquire aquele ar de mercado persa...”<sup>35</sup> (*Ibid.*, p. 24).

Um interessante paradoxo a respeito do local é então mencionado na matéria sobre a praça. Aquele que era, segundo o repórter, o ambiente mais movimentado e dinâmico da cidade<sup>36</sup>, ao mesmo tempo, era o que mais resistia ao progresso. Costa se referia, nesse caso, principalmente, à ideia de um espaço repleto de “reliquias arquitetônicas” do passado que, diferentemente de outras partes da cidade, contava com poucos prédios modernos. Porém, parece que havia algo mais em jogo nesta constatação. Regressarei a esse ponto na sequência.

De todo modo, ele concluiria o texto enfatizando a pluralidade que marcava aquele ambiente e tratando da região como um produto das variações resultantes do

constante vai-e-vem da onda humana [...] O cenário é sempre o mesmo [...]; o que muda são os figurantes, num revezamento de coloridos e matizes, de cenas e de flagrantes que vão desde o piedoso cortejo de uma procissão de Corpus Christi aos inflamados discursos de um comício político-partidário, quando não da foliônica algazarra momesca nos dias do carnaval, às periódicas batidas que, sem aviso prévio a Polícia empreende para limpar a praça do povo de elementos indesejáveis e desqualificados (*Ibid.*, p. 25).

O espaço narrado nessa reportagem pode ser contraposto ao ambiente da Rua XV de Novembro que, como veremos a seguir, ficava muito próxima à Praça Tiradentes e que era retratada numa crônica da época – mas também na fala de vários interlocutores com os quais eu conversei – como um espaço menos “popular”. Num texto de 1951 escrito pelo cronista Evaristo Biscaia, essa Rua era chamada, por exemplo, pelo apelido de a “Broadway curitibana”. Nas palavras do autor,

quem contemplar a praça Osório e a rua XV de Novembro ficará maravilhado com o lusco-fusco das luzes, lembrando aquele bairro americano. É inegavelmente um aspecto novo da Cidade Sorriso que impressiona aos curitibanos e a todos os que nos visitam. (BISCAIA, 1996, p. 21).

Nesse trecho, portanto, a via aparece como um espaço especialmente propício para a realização da atividade do *footing* analisada por Costa e Digiovanni

<sup>35</sup> São citados também os “vândalos” que, durante a noite, eram responsáveis por algazarras no local – por exemplo, ataques à estatua de Tiradentes, que compunha o ambiente juntamente com as imagens de Marechal Floriano e de Getúlio Vargas.

<sup>36</sup> Lembro que uma das fotos da reportagem traz uma grande fila de pessoas esperando o ônibus.

(1991) no texto que mencionei anteriormente (ver nota 22). De qualquer maneira, a contraposição que apresentei há pouco está fundamentada, *grosso modo*, na ideia de que a Rua XV representava um espaço de modernidade<sup>37</sup>, com cinemas e estabelecimentos comerciais que vendiam produtos de maior qualidade<sup>38</sup>, enquanto que a Praça Tiradentes, como vimos, era descrita como um espaço onde se realizava um tipo de comércio de caráter mais “popular” e mais informal (devido à presença, por exemplo, dos camelôs).

Outros aspectos ou camadas de sentido concernentes a essa diferenciação podem ainda ser levados em consideração. Num texto escrito na década de 1990 sobre a história da Rua XV, por exemplo, o historiador Ruy Wachowicz (1994) se referia à tentativa de “invasão” do local por comerciantes de origem árabe e suas lojas nos anos 1930. Isso teria causado, segundo ele, uma reação negativa da parte da “elite curitibana”. No trecho abaixo retirado dessa narrativa, observamos uma caracterização que associa os “sírios” [expressão usada para se referir aos árabes em geral] a uma prática de comércio baseada na venda produtos de baixa qualidade e na exposição desses artigos de uma forma muito particular. Isto representava, segundo o autor, uma ameaça à ideia daquela rua como o “cartão postal” da cidade:

[...] apareceu uma ameaça à estética da rua que era o “cartão postal” curitibano: o início da invasão dos negociantes sírios. Eles já dominavam o comércio de roupas e quinquilárias nas praças Generoso Marques e Tiradentes [...] Tentaram então estabelecer-se na aristocrática rua XV de Novembro. Um desses varejistas conseguiu instalar-se ao lado do Louvre, em frente ao Mignon [ele se referia nesse caso a dois notórios estabelecimentos do local]. Pendurou na porta alguns acolchoados, meias ordinárias, camisetas brancas, sacolas e outras bugigangas. A elite curitibana reagiu e conseguiu que a prefeitura fechasse a “tenda ridícula” no coração da cidade (WACHOWICZ, 1994, p. 10 e 11).

Novamente, a distinção entre as duas ruas é evidenciada. Sobretudo, se levarmos em conta o domínio, por parte dos árabes, do comércio das Praças Tiradentes e Generoso Marques, salientado pelo autor, já naqueles anos 1930 e a menção feita à “aristocrática” Rua XV de Novembro. Podemos supor que o estilo

<sup>37</sup> Uma crônica escrita por Júlio Gimbert e publicada na revista Panorama em 1957 descreve a rua da seguinte maneira: “o xodó dos curitibanos [...] é um perfeito arco-íris noturno, construído pelos inúmeros anúncios luminosos, que identificam as moderníssimas lojas da cidade” (*Panorama*, dezembro de 1957, p. 64).

<sup>38</sup> O memorialista Lauro Grein Filho afirmou o seguinte sobre o comércio da Rua XV de Novembro no seu livro de crônicas “Hora de Lembrar”: “em suas quadras tudo se localizava: a maioria dos cinemas, os melhores hotéis, bancos, confeitarias, bilhares, jornais, farmácias e lojas, concentrando numa estrutura maciça o melhor comércio da cidade” (GREIN, 1983, p. 29).

daquele comércio – definido do ponto de vista estético como uma “tenda ridícula” – estava mais disseminado no espaço onde se encontravam as duas praças.

Vejamos abaixo (FIGURA 5) um mapa desse espaço central de Curitiba nos anos de 1950:

FIGURA 5 – A REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA A PARTIR DE UM MAPA DE 1950

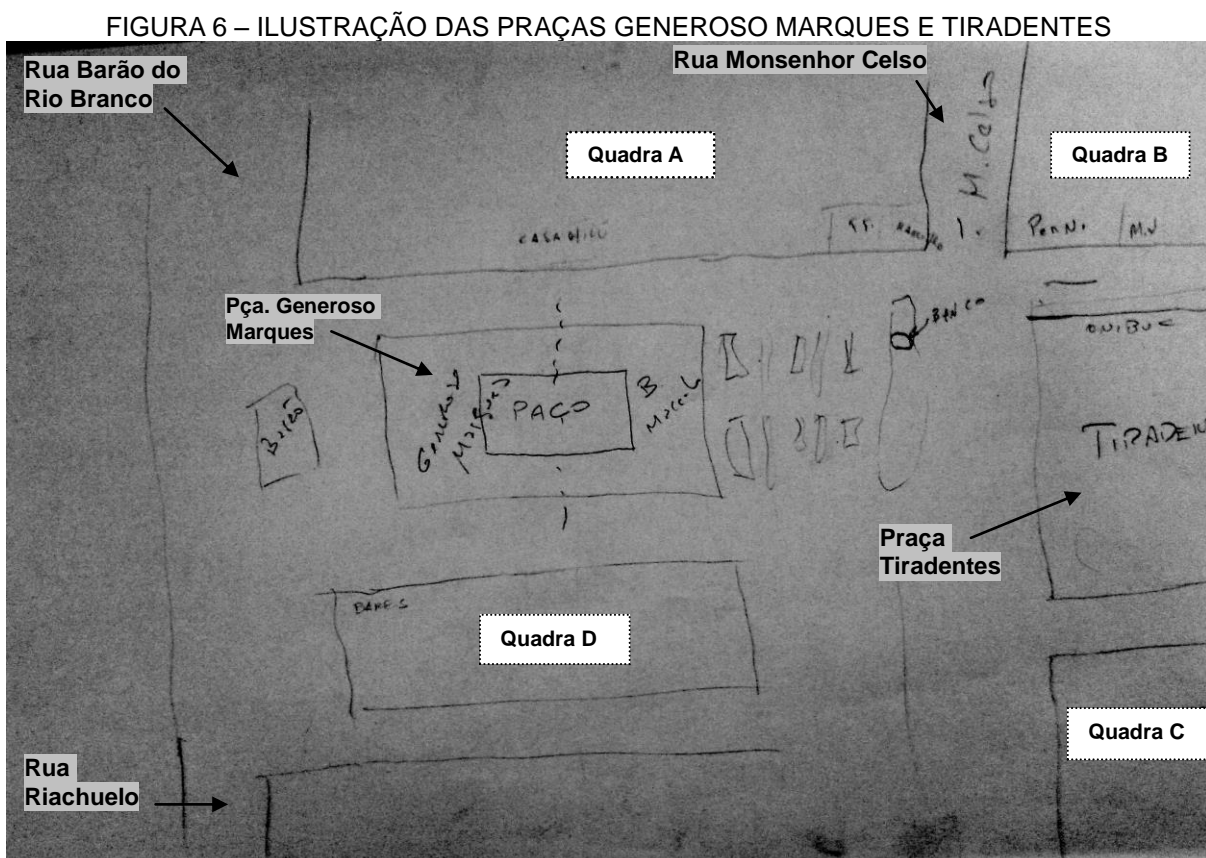


FONTE: (PEREIRA, 1950). ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ.

A Praça Tiradentes (1) se encontra um pouco acima do centro do mapa. Na parte inferior da imagem podemos observar a Estação Ferroviária da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC) (2). Esses dois pontos tinham como ligação principal a Rua Barão do Rio Branco (3). Como a Praça Tiradentes representava também a área comercial mais importante naquela conjuntura – num conjunto formado com a Praça Generoso Marques (4), que fica ao seu lado, e onde se localizava a Prefeitura, e a Rua Riachuelo (5), que é a sua continuação –, a Rua

Barão do Rio Branco era concebida como uma das vias de circulação mais importantes da cidade<sup>39</sup>. Na década de 1970, entretanto, com o fechamento da Rua XV de Novembro (6) para veículos e a implantação no local de um calçadão, ela perderia essa posição de destaque<sup>40</sup>.

O desenho abaixo (FIGURA 6) feito por Jorge – um dos meus interlocutores que está envolvido no comércio da região e que será apresentado mais adiante – retrata o fim da Rua Barão do Rio Branco e o começo da Rua Riachuelo (no lado esquerdo), a Praça Generoso Marques (no centro), a Rua Monsenhor Celso e a Praça Tiradentes (no lado direito) na sua configuração no fim dos anos 1950 – evidentemente, de acordo com as suas recordações<sup>41</sup>.



A loja do seu pai – a “Casa Bandeirantes” – se localizava na esquina da Rua

<sup>39</sup> Ela termina justamente na Praça Generoso Marques, quando muda de nome, tornando-se Rua Riachuelo.

<sup>40</sup> De qualquer maneira, passando pela Rua Barão do Rio Branco nos dias de hoje, ainda podemos observar os antigos casarões que nos remetem ao passado.

<sup>41</sup> Essa ilustração foi feita por Jorge, durante a nossa conversa, com o intuito de me explicar como era antigamente o espaço das duas praças.

Monsenhor Celso com a Praça Generoso Marques<sup>42</sup> ao lado do estabelecimento comercial de outro “patrício” – a “Casa Gomei” (Quadra A)<sup>43</sup>. O prédio ocupado atualmente pelo espaço cultural “Paço da Liberdade” (no desenho, assinalado pela palavra “Paço”) abrigava, em 1959, a prefeitura da cidade (Pça. Generoso Marques). Como podemos ver na ilustração, na quadra acima da prefeitura ficava a “Casa Hilú” (Quadra A), uma famosa loja de tecidos de propriedade de um imigrante sírio, que mais tarde se mudaria para a Rua Riachuelo.

Uma loja grande das “Casas Pernambucanas” ocupava o edifício na esquina da Rua Monsenhor Celso com a Praça Tiradentes (Quadra B). Em seguida, havia uma “Farmácia Minerva” (que também aparece no desenho de Jorge). Nessa mesma quadra, algumas lojas mais adiante, encontravam-se a já citada “Farmácia Stellfeld”, o “Bar Rei”, além do “Bazar Centenário” (FIGURA 7) onde a “Guerra do Pente” se iniciou no final da tarde do dia 08 de dezembro de 1959, a partir de uma briga entre o proprietário do estabelecimento e um cliente.

FIGURA 7 – A FRENTE DO “BAZAR CENTENÁRIO” (FOTO: ANITA STROEBEL)



FONTE: ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA.

A forma de exposição dos produtos retratada nesta imagem da frente do “Bazar Centenário” remete à descrição de Wachowicz (1994) citada anteriormente.

<sup>42</sup> Esse lado da praça posteriormente ganharia o nome de Praça José Borges de Macedo, apesar de continuar sendo conhecida até hoje como fazendo parte da Praça Generoso Marques.

<sup>43</sup> Atualmente, a “Casa Bandeirantes” fica do lado oposto do “Paço da Liberdade” (Quadra D).

Ao lado dele, ficavam outras lojas de árabes como a “Casa Selma”, a “Casa Feres” e a “Casa Califórnia” que também se tornariam, como o próprio “Bazar Centenário”, alvo de ataques durante os incidentes ocorridos no dia 08 de dezembro de 1959, assim como o “Bazar Tiradentes”, que era de propriedade de um judeu e que também foi atingido<sup>44</sup>. No espaço da Tiradentes, em frente a essas lojas, Jorge destacou que havia um ponto de ônibus, algo que foi retratado na matéria da revista *Panorama* (FIGURA 3) e que será retomado mais adiante em relação a esse conjunto de conflitos.

No lado oposto da Praça Tiradentes (Quadra C), encontrava-se o “Armazém Demeterco” – um comércio que foi mencionado anteriormente por Anwar e que não era de árabes – e alguns estabelecimentos de “patrícios”, dentre os quais, a loja de roupas do tio de Fouad<sup>45</sup> e o comércio de calçados dos avós de Hanibal que, aliás, até hoje fica nessa mesma quadra<sup>46</sup>. Tanto o estabelecimento de Fouad – que em 1959 ainda era de propriedade do seu tio, pois Fouad havia chegado há poucos anos no Brasil –, quanto a loja dos avós de Hanibal foram fechados rapidamente no primeiro dia do conflito, o que frustrou eventuais ataques. Segundo Jorge, a ação de baixar a porta de ferro dos estabelecimentos também impediu que a loja de seu falecido pai, assim como outras, mencionadas nas reportagens de jornal da época, fossem destruídas, atacadas ou saqueadas.

Os casos de violência iniciados no dia 08 de dezembro de 1959, todavia, não ficaram restritos à Praça Tiradentes. Numa matéria do jornal “Correio do Paraná” do dia 09 de dezembro, encontramos um itinerário das movimentações dos envolvidos no primeiro dia dos ataques:

[os participantes] desceram posteriormente à Rua Muricy, Praça Zacarias e Westphalen, sempre fechando as casas de sírios e apedrejando os que se recusavam [...] subindo pela [Rua] Pedro Ivo, entraram na Voluntários da Pátria, quando chegou uma guarnição do corpo de bombeiros e começou a atirar água para dispersar a multidão. Retornaram pela Pedro Ivo, atingindo a Praça Rui Barbosa, continuando o apedrejamento e fechando estabelecimentos. Não dispensou-se, porém a massa humana, que dirigiu-se à Praça Osório<sup>47</sup>, onde havia uma concentração [...] Voltaram depois para a praça Tiradentes e ao Bazar Centenário (que foi depredado

<sup>44</sup> As listas telefônicas da época, encontradas na Biblioteca Pública do Paraná, me ajudaram a reconstruir a posição desses estabelecimentos comerciais.

<sup>45</sup> Este comércio se localizava mais especificamente na Rua do Rosário – uma via perpendicular que desemboca na Praça Tiradentes.

<sup>46</sup> A loja de lingerie de Nemer, que ainda não existia na época, atualmente se localiza ao lado dessa loja de sapatos do seu sogro.

<sup>47</sup> A Praça Osório fica numa das extremidades da Rua XV de Novembro.

[novamente] [...] Subiu [então] pela Rua José Bonifácio, promovendo novas depredações. Novos grupos foram se formando e o quebra-quebra passou para vários pontos da cidade como a Rua Marechal Deodoro, XV, Muricy, etc. [...] na Barão do Rio Branco [...] [tentaram] destruir lojas e luminosos [...] (*Correio do Paraná*, 09 de dezembro de 1959).

No dia seguinte – 09 de dezembro –, o “Bazar Centenário” seria, outra vez, alvo de ataques, de acordo com as reportagens de jornal. Lojas da Rua XV de Novembro (que fica a uma quadra da Praça Tiradentes) como, por exemplo, a “Casa dos Três Irmãos” de Salim Mattar e a “Casa Idem” de um senhor chamado Riquel Maulk<sup>48</sup>, também sofreriam investidas nesse segundo dia, assim como as “Lojas Americanas”. Seriam atingidos ainda naquela mesma data, os Cines Curitiba e América, ambos localizados na Rua Voluntários da Pátria.

De acordo com essas narrativas jornalísticas – que serão recuperadas, de forma mais detalhada, no próximo capítulo, juntamente com as falas dos interlocutores contatados durante a pesquisa de campo –, os ataques e o desenrolar dessas movimentações chegaram também a outros pontos que aparecem no mapa apresentado anteriormente como a Praça Carlos Gomes<sup>49</sup> e aos arredores da Estação Ferroviária<sup>50</sup>, onde uma casa de frutas de parentes de Anwar, Fouad, Nemer e Mazhar – a “Casa Omayri” –, por exemplo, foi atingida. Segundo um documento produzido pela Delegacia de Plantão, este último estabelecimento foi, junto com o “Bazar Centenário” e uma banca de frutas da Praça Carlos Gomes, um dos mais danificados. Ricardo Taborda, o delegado de serviço na noite do dia 08 para o dia 09 escreveu o seguinte no seu relatório<sup>51</sup>:

Vários estabelecimentos comerciais foram depredados e saqueados, tendo o Bazar Centenário, na rua, digo na praça Tiradentes e a Casa Omayri [ele utiliza uma grafia diferente daquela encontrada nos jornais da época], em frente à estação Ferroviária, sido os mais prejudicados, houve também uma banca de frutas, na praça Carlos Gomes, incendiada e saqueada pelos vândalos.

<sup>48</sup> Na opinião de Fouad, o sobrenome Maulk não parece ser de origem síria ou libanesa. Ele aventou a possibilidade de que o comerciante fosse judeu, apesar de não se recordar nem dele, nem de seu estabelecimento. Fouad afirmou que não conhecia pessoalmente também o outro homem citado, Salim Mattar.

<sup>49</sup> Esta praça é ligada à Praça Tiradentes pela Avenida Marechal Deodoro.

<sup>50</sup> Portanto, os ataques chegaram também à outra ponta da Rua Barão do Rio Branco.

<sup>51</sup> Este é um dos dois documentos produzidos pela instituição policial naqueles dias que se encontram no acervo do Arquivo Público do Paraná. O outro se refere a pessoas que foram detidas ou interrogadas pela polícia a respeito do caso. Relatórios da DOPS 09 e 10 de dezembro de 1959. Número 0480. Topografia 54. Arquivo Público do Paraná.

Como veremos mais adiante, a tomada das ruas pelo exército e a subsequente imposição de uma espécie de estado de sítio colocariam um ponto final nos conflitos. No terceiro dia, a cidade voltaria ao seu ritmo normal. Minha intenção na parte final deste tópico era apenas dar uma ideia da extensão desses conflitos em relação ao cenário onde eles se desenvolveram: a região central de Curitiba.

De qualquer modo, pudemos perceber que cada narrativa descrita acima sobre a praça (e seus arredores) produz um cenário diferente, embora associando elementos parcialmente comuns. Isso começou a sinalizar também a diversidade das narrativas sobre o conflito que circularam na época e continuaram a ser produzidas posteriormente. Voltaremos a questões relacionadas a esses movimentos descritos acima nos capítulos seguintes.

#### 4. A CONSTITUIÇÃO DE UM COMÉRCIO ÉTNICO

Pudemos observar que a região comercial da Praça Tiradentes, onde os conflitos se iniciaram, era predominantemente constituída por lojas de pessoas de origem árabe. Como esses atores explicam ou se referem à existência de um comércio étnico nesse local? Em outras palavras, como se constituiu um ambiente comercial conhecido, conforme destacou Freitas (1995), como “Turquia” naquele espaço?

Eu gostaria de iniciar essa discussão reproduzindo um pequeno excerto do meu caderno de campo redigido no dia da entrevista que realizei com Jorge. Este senhor, que foi citado por mim anteriormente, tem aproximadamente 60 anos é o atual proprietário de uma loja de armarinhos localizada na Praça Generoso Marques. Entrei em contato com ele por causa do letreiro do estabelecimento comercial de sua propriedade, que menciona seu ano de fundação: 1943. Podemos observar no seguinte trecho anotado no meu caderno de campo o processo de inserção de uma pessoa e posteriormente de seus familiares (irmãos e depois, descendentes) na atividade do comércio na região central de Curitiba.

*Jorge me atendeu no mezanino de sua loja que comercializa lãs, fios e produtos para costura em geral. Ele falou sobre a experiência de imigração de sua família que havia chegado ao Brasil nas primeiras décadas do século XX, fazendo parte de uma leva de imigrantes árabes cristãos que*

*vieram para o país no período entre as duas grandes guerras<sup>52</sup>. De acordo com o comerciante, seu avô, que havia sido preso político na França na época da Primeira Guerra, viria deportado para o Brasil em 1924, entrando no país por Paranaguá. Poucos anos depois, ele viria a morrer, segundo Jorge, de “desgosto”.*

*Meu interlocutor ressaltou também bastante a importância da figura do seu tio que havia estudado contabilidade no Líbano e que se tornaria contador das lojas da região da Praça Tiradentes e Generoso Marques. A capacidade desse sujeito de falar várias línguas o teria ajudado a realizar tal trabalho, pois ele conseguia se comunicar com imigrantes de diferentes origens: judeus, italianos, árabes, etc.*

*De acordo com Jorge, a entrada da família no comércio se deu justamente com esse tio poliglota que, num determinado momento, resolveu começar o seu próprio negócio, abrindo sua primeira loja: o “Metro de Ouro” (que ficava, segundo Jorge, numa esquina entre a Praça Tiradentes e a Praça Generoso Marques). Duas outras lojas seguiriam algum tempo depois: o “Palácio das Sedas” e a “Casa Bandeirantes”.*

*O pai de Jorge – o único dos irmãos a nascer no Brasil – ficaria, ainda muito jovem, aos dezoito anos, responsável pela “Casa Bandeirantes”. Segundo Jorge, ele alcançaria bastante sucesso com o estabelecimento e com a atividade comercial, chegando a ter oito imóveis em determinado momento. Hoje Jorge – que trabalhou por anos como engenheiro civil e retornou ao comércio na década de 1990 – e sua única irmã vivem, essencialmente, de rendas. (Caderno de campo, 03 de maio de 2013).*

De acordo com o comerciante, seus avós eram cristãos ortodoxos no Líbano, mas que acabaram se tornando católicos no Brasil. Essa mudança se devia, segundo ele, à falta de Igrejas ortodoxas na cidade naquela época. Diferentemente dos familiares do atual dono da “Casa Bandeirantes”, Anwar e seus parentes, que também estiveram envolvidos no comércio da região, eram muçulmanos. Conversando com Jorge, pude perceber que ele não parecia conhecer muito bem esses comerciantes mais antigos da região (como, por exemplo, o próprio senhor Anwar). Não foi possível precisar se isso estava relacionado a uma diferença de geração – Anwar deve ter aproximadamente a idade do seu falecido pai – ou ao fato de Jorge ter seguido carreira por muitos anos como engenheiro e somente retornado para o comércio nos anos 1990, conforme ele mesmo salientou.

Outra possibilidade que talvez mereça ser levada em conta é a já mencionada variável “religião”. Este último aspecto é importante na medida em que ele impacta as uniões matrimoniais e, conseqüentemente, as associações entre famílias. Omar Nasser Filho (2006), na sua dissertação sobre a história da comunidade muçulmana

<sup>52</sup> Há uma convergência na literatura acadêmica sobre a imigração árabe concernente ao fato de que as diferentes levas de árabes que chegaram ao país até o início da Segunda Guerra Mundial eram compostas majoritariamente por cristãos (HAJJAR, 1985) (LESSER, 2001) (TRUZZI, 2001) (NASSER, 2006).

de Curitiba<sup>53</sup>, tratou a respeito da busca dos muçulmanos por esposas que seguissem a mesma religião. Fouad (que é muçulmano) se referiu em uma de nossas conversas a essa preferência. Segundo ele, o casamento com uma mulher muçulmana permitiria que os filhos fossem educados conforme os preceitos islâmicos<sup>54</sup>. Observei uma diferença em relação às associações efetivadas pelas uniões matrimoniais envolvendo imigrantes e/ou descendentes de imigrantes árabes cristãos. O pai de Jorge, por exemplo, casou-se com uma descendente de espanhóis.

De todo modo, havia, segundo Anwar, um motivo muito claro para a predominância de árabes na região da Praça Tiradentes:

**Borges:** Na época, existia mais comércio de árabes aqui?

**Anwar:** É porque o comércio de árabe aqui [ele se referia à praça]. Então, meu tio dessa cidade, todo o pessoal que vinha dessa cidade, vinha para Curitiba: “Ah, o senhor Omaidry está em Curitiba.” Quem tinha parente em São Paulo [ia para lá]: [Tal sujeito] “vai me ajudar”.

**Borges:** E foi crescendo...

**Anwar:** É, aqui [na região da Praça] tem mais patricio porque Curitiba [...] tinha três ou quatro patricios bem de vida [...]

**Anwar:** Meu falecido tio Hussein Omaidry veio pra cá em 1927.

A historiografia sobre a imigração árabe faz uma distinção entre diferentes ondas migratórias compostas por uma quantidade maior de cristãos ou muçulmanos<sup>55</sup>. Diferentemente do tio de Anwar, grande parte do contingente de

<sup>53</sup> O recorte temporal estabelecido pelo autor tem como ponto de partida o aumento do fluxo de imigrantes muçulmanos para o Brasil no pós-guerra (1945) e como ponto final, a construção do cemitério muçulmano na cidade em meados da década de 1980.

<sup>54</sup> Este fenômeno é analisado mais profundamente por Nasser (2006). Nesse trabalho, um dos entrevistados aparece como um exemplo de um muçulmano “aculturado” (termo utilizado pelo autor) que teria escolhido se casar com uma mulher cristã. A leitura de Nasser acaba por ligar diretamente o fracasso econômico desse sujeito a esta escolha matrimonial exógena. O caso do avô de Hanibal – Zaki – que se casou com uma libanesa cristã ainda no Líbano, contudo, demonstra que essa conclusão pode ser, em certa medida, relativizada.

<sup>55</sup> Há discrepâncias na literatura em relação à porcentagem da maioria cristã que chegou ao país no período entre as duas últimas décadas do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Segundo Jeffrey Lesser, “embora as estatísticas sobre a religião desses migrantes sejam incompletas, os libaneses e sírios que entraram no Brasil pelo porto de Santos, entre 1908 e 1941, eram geralmente católicos (65%) ou ortodoxos gregos (20%), os 15% restante sendo muçulmanos” (LESSER, 2001, p. 97). Segundo os dados citados por Nasser, “estima-se que em torno de 95% dos sírios e libaneses que entraram no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial eram cristãos” (NUNES apud NASSER, 2006, p. 29). De qualquer forma, os motivos da vinda de cristãos eram variados, conforme salientou Lesser, mas estavam relacionados, sobretudo, a pressões populacionais geradas por migrações internas e a perseguições políticas ou religiosas (LESSER,

muçulmanos teria chegado ao Brasil depois de 1945<sup>56</sup>. Algumas das pessoas com as quais conversei, como o próprio Anwar ou Fouad, vieram para o Brasil justamente nesse período logo após a Segunda Guerra – na década de 1950, para ser mais preciso. Contudo, temos ainda casos de árabes muçulmanos que chegaram à América do Sul ainda no início do século, como registra este interlocutor:

**Borges:** Ela era o primeiro da família que veio para o Brasil?

**Anwar:** Não, teve gente que veio antes. O pessoal que veio antes da cidade nossa lá do Líbano – Hermel, – [chegou] em 1908, 1907. Vinham para Buenos Aires. Não sabiam que existia o Brasil. Era Buenos Aires [e eles a] chamavam de a capital do Brasil. E eles vinham pelo porto que mais recebia clandestinos estrangeiros [que] era Paranaguá. O de Santos não recebia. Recebia carga, os italianos, mas o que era de outra origem era Paranaguá.

Conforme salientou Jamil Iskandar – um outro interlocutor com o qual estabeleci contato<sup>57</sup> –, as ligações que se realizavam aqui entre essas pessoas se deviam a relações de conhecimento previamente estabelecidas no Líbano:

**Jamil:** Todos vieram em função de um conhecer o outro. A situação estava difícil, [com o] protetorado francês. Os muçulmanos sofriam muito naquela época no Líbano, porque era uma maioria cristã. E o pessoal [os muçulmanos] não tinha perspectiva. E eles vieram, e estavam vindo para a América, não para o Brasil [...] Tendo o ponto de referência aqui era mais fácil. E começou o fluxo migratório. E assim o mesmo aconteceu com as pessoas que moravam em Beirute, que moravam no sul do Líbano, nas montanhas e foi... Nós temos aqui gente de todo o Líbano, de todas as regiões.

Assim como a família de Anwar – da qual fazem parte, entre outros, Fouad, Nemer e Mazhar – os parentes de Jamil também eram oriundos de Hermel (uma cidade localizada no norte do Líbano). Observamos, nesse caso, aquilo que Neuza Nabhan (apud NASSER, 2006) definiu como uma “cadeia de chamadas” de irmãos,

---

2001, p. 96).

<sup>56</sup> De acordo com Claude Fahd Hajjar, “após a Segunda Guerra Mundial e com o revivamento dos conflitos nacionais que desencadeiam problemas sectários na região árabe, um novo tipo de imigrante árabe vem em massa para o Brasil: é o muçulmano sunita, xiita e outros” (HAJJAR, 1985, p. 77).

<sup>57</sup> Jamil é professor de Filosofia aposentado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mas atualmente ainda leciona na Universidade Federal de São Paulo. Ele foi o presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana e atualmente é diretor da Escola Brasileira-Árabe de Curitiba. Conversamos no seu escritório que se localiza no prédio desta mesma instituição no dia 24 de abril de 2014. Entre outras coisas, Jamil me contou que chegou à cidade de Curitiba com seus pais no ano de 1960. Na época, ele tinha nove anos de idade. Seus pais, conforme ele me relatou, sempre estiveram envolvidos no comércio. Eles tinham um armazém que vendia frutas, secos e molhados, etc.

primos e conhecidos por aqueles que já haviam se estabelecido no Brasil anteriormente. O “ponto de referência” citado por Jamil se refere justamente a essas pessoas (que ele denominou de os “pioneiros”).

No trecho abaixo, Anwar descreve como funcionava essa “cadeia de chamadas”:

**Borges:** E como era esse processo?

**Anwar:** Vinha um, vinha outro...

**Borges:** Sozinhos?

**Anwar:** Sozinho, através de parente. Vinha e o parente ajudava a abrir uma casa pra eles, uma casa para trabalhar [ele se refere aqui a um estabelecimento comercial]. Afiançava ele e a pessoa ia pra frente. E a pessoa que ajudou sempre recebeu [outros]... Nunca alguém perdeu um centavo... Pessoal muito amigo e foi indo. Eu vim pra cá em 1954 [...] de avião. Naquele tempo era Pan Air do Brasil. [Fazer esse trajeto de avião era menos comum no caso dos imigrantes árabes, conforme destacou Anwar, e como podemos concluir a partir dos relatos dos outros imigrantes. Normalmente eles vinham para o país em navios] E [então] vim pra cá pra [Curitiba] e comecei a trabalhar com o meu tio, [o que durou] alguns meses...

Na sequência da nossa conversa, contudo, ele procurou enfatizar o seu progressivo distanciamento em relação aos negócios do seu tio<sup>58</sup>. Essa posição pode ser compreendida, ao menos em parte, como uma busca pelo desenvolvimento de um projeto distinto, norteados pela necessidade de auxiliar os parentes mais próximos que haviam permanecido no Líbano:

**Anwar:** Depois eu não me acertava com o trabalho que eles trabalhavam e saí. Trabalhando sozinho, de mascate, de ambulante, vendia fruta na cesta, roupas nas malas, até formar uma primeira compra e [depois com o tempo] comprava uma casa [ele se refere aqui a uma casa comercial] [...]

**Borges:** E o senhor morava aqui no centro mesmo?

**Anwar:** Eu morava na Praça Tiradentes, na loja eu fiz um quatinho atrás das prateleiras e dormia ali. Depois eu aluguei um quarto na Tobias de Macedo [outra rua ligada à Praça Tiradentes] [...] Então a gente foi indo.

**Borges:** E a família do senhor lá [no Líbano]?

**Anwar:** Meus pais eram gente pobre. Não tinham... Eram de uma cidade do interior do Líbano. O que eu ganhava durante a semana, eu tirava o meu capital e o resto eu mandava pra eles. E graças a Deus consegui construir casa para o meu pai e minha mãe. Consegui dar pra eles o que eles sonhavam na vida. E brincadeira, estou aqui há... Dia 26 de Novembro... Ano que vem eu faço 60 anos que eu estou no Brasil [...] Na época meu pai

<sup>58</sup> O tio de Anwar tinha um armazém que vendia frutas e verduras.

me arrumou dinheiro pra comprar a passagem de avião. Disse: “Vai filho, nós não estamos indo bem, vai se aventurar. Quem sabe você dá uma pessoa que pode nos ajudar algum dia.” E graças a Deus...

**Borges:** E o senhor tinha irmãos lá?

**Anwar:** Tenho bastante, oito. Eu a cada dois anos vou pra lá.

**Borges:** Para a cidade?

**Anwar:** [Para a] cidade no Líbano que se chama Hermel. Ela fica no norte, [perto] da Síria [...] onde está a briga hoje [ele se referia, nesse caso, aos conflitos que ocorriam na região na época da realização da entrevista]... Naquela região.

Apesar das ligações familiares que permitiam a vinda para Curitiba, a cidade não representava evidentemente a única opção ou mesmo o destino final para esses imigrantes. Anwar mencionou ainda, naquela mesma oportunidade, uma experiência que ele havia tido na região hoje conhecida como a Tríplice Fronteira. Essa oportunidade havia sido, segundo ele, possibilitada pelo apoio recebido de alguns patrícios que já estavam estabelecidos na região e incentivada pelas oportunidades abertas para comerciantes com o desenvolvimento daquela parte oeste do estado do Paraná<sup>59</sup>:

**Anwar:** Aí surgiu Foz de Iguaçu e o povo começou a ir pra Foz do Iguaçu. Abriu o porto livre e começou. Mas o pessoal começou a fazer contrabando de café. Se você conseguisse passar café pela “Ponte da Amizade”, você ficava rico. Porque o gringo [ele se refere aqui aos paraguaios] ele só sabe tererê, chimarrão e aipim. Tirou essas três deles e eles morrem. A comida deles direto: milho e pamonha.

**Borges:** Lá tem uma comunidade árabe grande.

**Anwar:** É veio um pessoal do sul bastante, pessoal se ajuda bastante. Vou te dar quatro grandes que eu conheço lá [ele falou dos donos de shopping que precisavam de empregados em Foz]. Eu fui trabalhar lá em 1968.

Como poderemos observar no trecho seguinte, entretanto, Anwar não conseguiria se adaptar a esse novo ambiente. Ele acabaria desenvolvendo uma

<sup>59</sup> Segundo Fernando Rabossi, “no final dos anos 50 e considerando as possibilidades que a construção da ponte [o autor se refere aqui à Ponte da Amizade] abriria, alguns comerciantes que haviam levado a produção industrial brasileira ao oeste do Paraná se localizaram em Foz do Iguaçu com a intenção de aproveitar um mercado virgem de produtos brasileiros: o Paraguai. Em sua maioria, eram imigrantes libaneses [...] A peculiaridade desta fronteira [...] foi que as características da cidade vizinha permitiram que alguns deles também se instalassem do outro lado do limite, vendendo produtos importados para o comprador brasileiro. Junto às facilidades para estabelecer-se e a presença de conhecidos, esse duplo atrativo comercial foi o que transformou essa fronteira no polo de atração de imigrantes do Líbano e de outros países do Oriente Médio...” (RABOSSI, 2004, p. 46).

visão bastante negativa do lugar que está intrinsecamente relacionada aos estereótipos – que falam de uma certa tendência à indolência – atribuídos àqueles que ele define como os “gringos”, ou seja, os paraguaios:

**Anwar:** Eu achava que era mato... não aguentei três meses, vim embora. Muito calor, o povo... Um povo muito atrasado... O gringo é fogo... Não é que nem o brasileiro que faz amizade na hora, troca diálogo. Aquele lá... o espanhol deles não dá pra entender... Eles falam guarani... Cada um com tererê... O que vai ter um povo desses? Não gostei [...]

**Borges:** Naquela época já tinha bastante árabes [lá]?

**Anwar:** Tinha, tinha [...] árabe te recebia bem. [Perguntava:] “De onde você é?” “É filho de quem?” Lá no Líbano, toda a família conhece quem é a família. Eu, por exemplo, minha família é Omaidry. Eu sou filho de Fehmi Omaidry. Quem é Fehmi Omaidry? Um homem, um comerciante bom, conhecido, honesto, tem postos de gasolina. Lá, o nome faz a pessoa. [O nome] merece respeito... [o pai de Anwar] sempre procurou ajudar [os outros]. E lá em Foz eles faziam isso [...] ajudavam o pessoal que vinha.

Este último trecho indica a existência de alguns mecanismos que permitiam a agregação de diferentes atores de origem árabe na região de fronteira. Mecanismos análogos operavam não apenas naquele ambiente, mas também no centro de Curitiba, como as falas reproduzidas anteriormente permitiram observar. Em síntese, essas associações eram reguladas por uma lógica que remontava à terra natal e que aproximava não só indivíduos, mas famílias<sup>60</sup>. Em outras palavras, elas eram efeitos de processos produzidos em outros locais.

## 5. OS FLUXOS NAS RELAÇÕES DE COMPRA E VENDA

A praça de comércio que procurei recompor nesse capítulo era uma consequência ou conjunção de vários movimentos distintos. Nesta última parte do capítulo, minha intenção é recuperar os deslocamentos de pessoas e coisas a partir, mais especificamente, do processo de compra e venda. Isso será possível contanto que a mesma postura etnográfica utilizada até aqui – baseada no pressuposto de

<sup>60</sup> Seria possível conceber Anwar como uma espécie de “pessoa contextualizada” (GEERTZ, 1997), embora essa expressão tenha sido utilizada por Geertz para se referir à concepção de pessoa marroquina. Nas palavras do autor, “os ‘eus’ que se atropelam e se acotovelam nas ruelas de Sefrou [uma cidade marroquina] adquirem sua definição através das relações associativas com a sociedade que os circunda, relações essas que lhes são atribuídas [...] os homens não flutuam como entidades psíquicas fechadas, que se destacam de seu contexto e recebem nomes individuais [...] sua identidade é um atributo que tomam emprestado do cenário que os rodeia” (GEERTZ, 1997, p. 102).

que é preciso seguir as narrativas produzidas pelos diversos atores envolvidos no comércio da região –, continue a ser empregada.

Durante a minha entrevista com Anwar, ele falou a respeito do tipo de circulação peculiar implicada na atividade do mascate que ele havia exercido no início de sua trajetória no Brasil. Minha pergunta sobre os produtos vendidos por ele, nos seus tempos de ambulante, foi respondida do seguinte modo:

**Anwar:** [Eu vendia] roupa, vidro, tudo. Curitiba era mais pessoal que comprava roupa, soutien, lingerie. Curitiba era uma cidade gastadora. [...] Eu comecei com duas cestas, catei o dinheiro e comprei duas malas [na década de 1950 até 1962] [Depois], ninguém te atendia mais em casa, mascate não tinha vez. Antes, a pessoa recebia você em casa, fazia café, fazia bolo. Aí ela pensava em comprar, era tudo fiado. Anotava tudo no caderno. Passava dali a trinta dias, pagava o velho e comprava o novo. Era assim nossa vida<sup>61</sup>.

A fala de Anwar, portanto, faz uma alusão a relações no mercado bastante peculiares. Por um lado, elas dependiam de um fluxo muito particular de pessoas e objetos, ou melhor dizendo, de pessoas (comerciantes) com objetos. Por outro, elas implicavam uma dependência maior do freguês em relação ao comerciante, algo que é efetivado pelo uso do caderno citado pelo meu interlocutor e pela prática de “comprar fiado”<sup>62</sup>. Em todo caso, é preciso levar em conta o fato de que Anwar, na sua fala, se referia a uma conjuntura na qual esse tipo de relação de compra e venda em domicílio já estava se tornando mais rara ou mesmo se extinguindo. Nemer e seu irmão Mazhar, por exemplo, que vieram para o Brasil em meados dos anos 1960, não chegaram a se envolver com esse tipo de atividade.

Outra questão foi chamando a minha atenção à medida que eu fui conversando com os meus interlocutores a respeito de suas trajetórias. Conforme eles iam relatando suas histórias de vida, eu ia percebendo redirecionamentos e mudanças relacionadas aos tipos de comércio com os quais eles haviam se envolvido ao longo do tempo. A trajetória de Fouad, por exemplo, foi marcada pela

<sup>61</sup> Fouad também me relatou suas experiências como ambulante logo na sua chegada em meados da década de 1950. Ele contou que antes de iniciar uma sociedade com o seu tio – que havia facilitado sua vinda para o Brasil – ele carregava cestas com frutas e verduras e tentava vendê-las nos bairros da cidade.

<sup>62</sup> Trata-se, nesse caso, de uma relação de confiança que é restritiva para o primeiro, pois, conforme aponta Ciméa Bevilaqua (2008), ela acaba por limitar o número de parceiros com que ele pode fazer negócios. Segundo a autora, “se a dívida permanentemente renovada assegurava e expressava a continuidade da relação, também implicava a perda de autonomia do cliente – mas não do comerciante – para se relacionar com outros parceiros” (BEVILAQUA, 2008, p. 159).

comercialização, em diferentes momentos, de uma série de produtos: frutas, malhas, produtos alimentícios, etc.<sup>63</sup>. Nas palavras dele:

**Fouad:** Comecei minha área como ambulante, depois feirante. Feirante e ambulante ao mesmo tempo. Depois passei pra um pequeno negócio tipo empório. Depois do empório, em 1965, passei o ramo para loja de roupas feitas, malhas de Santa Catarina, agasalhos, camisetas. Umas marcas famosas da época. Fiquei até 1999. Aí os filhos já estavam formados, em boas mãos...

**Borges:** Encaminhados...

**Fouad:** Aí abrimos uma fábrica de produtos alimentícios [pré-prontos] na Rua Padre Agostinho. Foi muito bem sucedida. Nós tínhamos bastante entregas...

Segundo Fouad, a atividade como ambulante permitiu que ele juntasse dinheiro para entrar numa sociedade com seu tio num empório que comercializava vários tipos de gêneros alimentícios. Depois, questões relacionadas ao tabelamento de preços realizado por agências do governo em meados da década de 1960 e a competição com comerciantes mais capitalizados, fizeram com que ele tivesse que mudar de ramo. Com o passar dos anos, as roupas fabricadas em Santa Catarina, então, se mostraram uma opção viável no comércio, sobretudo, pois elas permitiram, conforme Fouad destacou, que ele investisse na educação dos filhos e vivesse uma vida que ele definiu como “confortável”:

**Fouad:** Eu não fiquei milionário, mas todo mundo busca uma condição melhor de vida. Mas eu fiquei muito bem, criei excelentes filhos, todos são formados.

Nemer, por sua vez, teve por anos, com seu irmão Mazhar, uma loja de calçados localizada na Praça Tiradentes. Segundo eles, esse comércio era especializado e também reconhecido na cidade por vender “calçados finos”. Posteriormente, todavia, com a chegada dos *shoppings centers*, a loja seria fechada tanto porque Mazhar – que àquela altura já não era mais sócio do seu irmão –, não queria trabalhar com produtos de baixa qualidade<sup>64</sup>, quanto pelo fato de que as pessoas não se dirigiam mais tanto ao centro para comprar artigos desse tipo<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Atualmente, ele e sua esposa ajudam um dos filhos que tem um restaurante de comida árabe numa região nobre da cidade.

<sup>64</sup> Segundo ele, isso não combinaria com o prestígio alcançado pelo estabelecimento com o passar dos anos.

<sup>65</sup> Nesse ínterim, os irmãos chegaram a ter duas filiais em outras ruas no centro da cidade.

Diferentemente de Mazhar que hoje está aposentado – apesar de poder ser encontrado diariamente tomando café com seu irmão na região da Praça Tiradentes –, Nemer, continua envolvido no comércio da região. Depois de casar-se, entretanto, ele acabou passando para o comércio de lingerie, sobretudo, para que não tivesse com quem competir com o seu sogro Zaki, que também tinha na época (e ainda tem) uma loja de calçados na Praça Tiradentes.

Como podemos notar a partir dessas trajetórias, os eventuais redirecionamentos nos negócios podiam estar relacionados a uma série de fatores. Em todo caso, os relatos acima expõem um aspecto fundamental referente às atividades comerciais que se realizavam neste espaço dos arredores da Praça Tiradentes: a existência, num eixo diacrônico, de uma variedade de tipos de artigos comercializados nas lojas desses imigrantes ou descendentes de imigrantes oriundos do Oriente Médio. Essa diversidade, no entanto, também podia ser observada sincronicamente naquele espaço na época da “Guerra do Pente”:

**Jamil:** Ali [na praça Tiradentes] você encontrava de tudo, tinha o outro que vendia louça, que vendia bugiganga de alumínio [...] o cara vendia pente, junto com perfume, tiara, sapato. O sujeito entrava lá e já saía vestido por completo [...] A loja do meu tio [que] se chamava “Coração da cidade”, [era] uma casa de frutas, que foi a primeira aqui grande que importava frutas da Argentina... Ele importava fruta da Argentina e vendia aqui, [no] varejo e [no] atacado, vendia para Santa Catarina e até para São Paulo... Mais atacado do que varejo.

**Borges:** E ela ficava ali [eu me referia aqui à Praça Tiradentes]

**Jamil:** Ao lado de onde estava a “Casa Feres” [portanto, quase ao lado do “Bazar Centenário”].

Vinculada a essa oferta variada de produtos, havia também uma forma específica de fazer comércio que era baseada, segundo Jamil, na “lógica da liquidação” e no alto giro de capital:

**Jamil:** Os árabes introduziram aqui o conceito do giro de quantidade alta de mercadoria, a figura da rotatividade e a figura do comércio livre, da feira livre [...] O árabe é um grande comerciante, ele tem [isto] no sangue. O comércio para o árabe é uma arte. Hoje as grandes cadeias de lojas e de supermercados, elas trabalham no mesmo sistema. Fazendo liquidação, fazendo oferta: quarta de não sei o que, quinta, sexta. Só hoje! Mas isso já tinha naquela época.

**Borges:** Mas como funcionava essa coisa da liquidação?

**Jamil:** O sujeito chegava lá, pura e simplesmente, ele estava precisando

fazer caixa ou fazer giro, [então] ele escrevia uma placa do jeito dele, assim: Liquidação, 10 reais. Na realidade, ele não estava fazendo bem uma liquidação, pode ser que ele tivesse intenção de baixar um pouco o preço, mas era pra fazer giro de capital...

**Borges:** Na quantidade...

**Jamil:** Na quantidade. E essa figura é importante do ponto de vista comercial porque as pessoas aqui não conheciam<sup>66</sup>. Porque você veja, antes dos árabes os comerciantes eram espanhóis e portugueses, mas eles não acentuaram, não solidificaram a questão da alta rotatividade de mercadoria, e posteriormente da própria fabricação de um produto como o tecido. Os árabes fizeram disso uma instituição [...]

Conforme ressaltou esse interlocutor, numa época em que a prática de fazer roupas em casa ou mandar fazê-las com costureiras e alfaiates era muito mais comum, o envolvimento com a comercialização (e a fabricação) de tecidos tinha o potencial de ser bastante lucrativo:

**Jamil:** Na época tinha a palavra “roupas feitas”. A grande maioria das pessoas fazia as roupas, compravam o tecido. A profissão de fazer roupa domesticamente era muito grande. E eles precisavam do tecido. Deixaram de importar. Os árabes passaram a fabricar e vender... Na época você tinha que suprir o alfaiate, a costureira. Era um costume fazer roupa.

Essas narrativas sobre as inovações comerciais dos árabes e os produtos comercializados em seus estabelecimentos conduzem a perguntar quem eram afinal os clientes que os frequentavam na época da série de acontecimentos que ficaria conhecida como a “Guerra do Pente”. Para tentar respondê-la, eu preciso inicialmente retomar, de forma sintética, o percurso descrito ao longo deste capítulo e uma variedade de respostas que apontam para diferentes direções.

Conforme enfatizou Nemer, atualmente, o espaço é frequentado especialmente por pessoas oriundas da “periferia”. Isso, a princípio, parecia representar uma diferença em relação a um passado no qual o público que o frequentava era formado, segundo ele, por pessoas “de Curitiba mesmo”. Tanto a loja de “calçados finos” que ele tocou com seu irmão Mazhar, quanto o texto de

<sup>66</sup> No momento em que eu estava transcrevendo essa fala de Jamil, acerca das inovações comerciais que esses imigrantes haviam introduzido no Brasil, me vieram à cabeça duas fotos que eu havia visto na sala dos fundos da loja de lingerie de Nemer. As imagens mostravam ruínas fenícias próximas à cidade de origem do meu interlocutor e um rio da região que, segundo ele, havia sido navegado por componentes daquela antiga civilização conhecida pelo seu desenvolvimento comercial. Era como se aquelas pequenas fotos fossem capazes de um feito incrível: associar as trajetórias daqueles imigrantes oriundos do Oriente Médio aos empreendimentos daqueles navegantes que, na antiguidade, levavam o comércio para terras longínquas.

Costa e Digiovanni (1991) sobre um centro que era frequentado pelas camadas médias e pela elite local apontavam para essa mesma direção.

A partir das conversas que tive com outras pessoas que viviam na cidade na época, contudo, parece que aquele espaço mais “elitizado”, dizia respeito mais à Rua XV de Novembro do que à Praça Tiradentes. As matérias e crônicas que observamos no início do capítulo, evidentemente, reforçavam essa distinção.

Quando, posteriormente, coloquei a questão para Jamil, ele, por sua vez, destacou ainda a presença na Praça Tiradentes de pessoas não só dos bairros da cidade, mas também de gente oriunda do interior do estado que se dirigia até o local para fazer suas compras:

**Borges:** Quem eram os clientes desses estabelecimentos?

**Jamil:** A clientela da Praça Tiradentes não era a clientela só do centro. Era, sobretudo, [de] pessoas que vinham de bairros distantes, do interior... O que aconteceu na Praça Tiradentes é uma coisa muito simples, começou a haver diversidade de oferta. Diversidade, então tinha sapato, tinha calça, bom preço, você pode brigar no preço, tinha o cara que pode te vender fiado, tinha o cara que falava muito bem para te vender, tinha o bom vendedor... Então a clientela percebia isso e principalmente pessoas que vinham de longe... não só dos bairros de Curitiba... Também pessoas que vinham do interior do Paraná...

Esse aspecto, que não havia sido citado pelos outros interlocutores com os quais eu havia conversado, de certo modo, permitia relativizar um pouco, por exemplo, os relatos citados acima que, ao tratar da questão, se referiam, principalmente, a clientes de Curitiba.

Resolvi recorrer então a Fouad – este interlocutor que, durante toda a pesquisa, esteve muito próximo de mim. Depois de comentar que aquela não era uma pergunta fácil e de pensar por alguns longos segundos, ele me disse que havia uma variedade de pessoas de diferentes “classes” que compravam produtos no seu estabelecimento e em outros do local e que seria, portanto, muito difícil afirmar que havia um tipo específico de pessoas que buscava produtos ali. Segundo Fouad, a clientela dependia, principalmente, do estilo de cada loja e dos produtos que nela eram comercializados. Ele mencionou, por exemplo, o “Bazar Centenário” (o local onde o conflito de 1959 se iniciou) como um estabelecimento que tinha uma clientela mais “popular”, devido aos produtos que lá podiam ser encontrados.

Após refletir sobre a questão, eu cheguei à conclusão que o problema estava mais relacionado à pergunta – e à forma como ela havia sido formulada – do que às

respostas aparentemente “contraditórias” que me haviam sido apresentadas. Em síntese, o que ficou evidente, sobretudo, a partir do momento em que essas várias narrativas foram colocadas lado a lado e relacionadas, é o quanto as categorias e distinções por elas mobilizadas – que se referem, por exemplo, a um espaço mais “popular”, ou a outro mais “elitizado” – são flexíveis, contextuais, instáveis, mas também o quanto elas dependem uma das outras e de situações, ou melhor, de formas específicas para existirem.

De todo modo, eu que inicialmente esperava encontrar um espaço mais ou menos homogêneo (essa impressão de homogeneidade, que é decorrente do contato com determinadas narrativas, será discutida ao longo do capítulo 3 desta dissertação), cada vez mais, fui me deparando com e tendo que dar conta de uma praça de comércio que surgia como extremamente variada, múltipla, complexa, etc. Tanto a resposta de Fouad, mencionada há pouco, quanto a fala de Jamil, reproduzida acima, me fizeram retornar àquela descrição da praça publicada nas páginas da revista *Panorama* em 1959 e a ideia da “promiscuidade”, utilizada pelo seu autor, me veio imediatamente à cabeça, juntamente com aquelas fotos do casal bem vestido e do homem tocando sua sanfona, cercado por pessoas.

Havia, no entanto, um certo sentido pejorativo naquela forma de definir o espaço que não me parecia muito adequado (já que ela estava vinculada a ideias como sub-mundo, sub-humanidade, purgatório, etc.). Em todo caso, a noção de “diversidade” a ela associada me parece apropriada para se referir tanto às pessoas que passavam para fazer compras – algo que aquela descrição da matéria publicada na revista *Panorama* procura, de algum modo, retratar –, quanto às trajetórias de pessoas que viveram parte de suas vidas engajadas em atividades profissionais na região – algo que eu procurei abordar de forma mais aprofundada nestas páginas.

O reconhecimento dessa variedade não deve levar à conclusão, todavia, de que não existiam determinados padrões e recorrências referentes, por exemplo, aos tipos de artigos comercializados nesses estabelecimentos. Um exemplo disso é o envolvimento de alguns dos atores com os quais conversei, e que apareceram ao longo desta parte da dissertação, com o comércio de frutas ou a venda de tecidos. No terceiro capítulo, especialmente, eu voltarei a esta questão, a partir de algumas narrativas que juntas compõem um outro ponto de vista a respeito desse ambiente comercial. Como veremos, ela é central para a discussão sobre o caso de 1959.

\* \* \*

Enfim, após o trabalho de campo – que resultou, entre outras coisas, nas reflexões descritas acima –, aquilo que havia sido definido como o ponto de partida da investigação transformou-se, portanto, num ponto de chegada de uma série de processos, movimentos e efeitos produzidos alhures. Citando as palavras de Tim Ingold, “to be a place, every somewhere must lie on several paths of movement to and from places elsewhere. Life is lived (...) along paths, not just in places” (INGOLD, 2007, p. 2). O presente capítulo teve como objetivo expor alguns desses fluxos e dinâmicas que envolviam determinadas pessoas (comerciantes, clientes) e coisas e que tiveram um local particular – a Praça Tiradentes e seus arredores no centro de Curitiba – como ponto de confluência.

No capítulo seguinte, eu começarei a tratar mais especificamente do caso de violência coletiva ocorrido nesse espaço no final dos anos 1950, a partir das várias formas pelas quais ele foi definido ao longo do tempo. Como veremos, esse processo – que eu concebo a partir da noção de “controvérsia” – envolve uma série de atores como comerciantes, policiais, clientes, jornalistas, analistas, pesquisadores.

## CAPÍTULO 2 – A CONTROVÉRSIA EM TORNO DOS INCIDENTES

Meu objetivo no presente capítulo é desdobrar<sup>67</sup> uma controvérsia composta por uma proliferação de narrativas que buscam estabilizar, de diferentes maneiras, um determinado agregado de acontecimentos que envolvem coletivos formados por multidões, imigrantes, policiais, objetos, etc. Acompanharemos como esta série de acontecimentos, que posteriormente seria agrupada sob o epíteto de “Guerra do Pente”, foi definida ao longo do tempo e como essas estabilizações<sup>68</sup> variadas apresentam padrões, relações, regularidades e discrepâncias. Como o tema é concebido como uma espécie de desenrolar, o capítulo tem como finalidade, basicamente, a descrição de movimentos.

É necessário ressaltar que a atenção ao conteúdo dessas composições é apenas uma parte do exercício aqui proposto. O exame das “formas” como elas estão dispostas em relação a outras dentro de um determinado veículo – um livro, uma matéria de jornal – representa outro passo essencial da reflexão. Por exemplo, nos materiais nos quais o caso é apresentado como um dentre vários “fatos marcantes” da história de cidade é necessário pensar a respeito das relações entre as diferentes situações rememoradas. O mesmo vale para a especificação do lugar ocupado pelo tema nos jornais de dezembro de 1959 e sua conexão com outros acontecimentos noticiados ou da relação dele com a história de vida dos sujeitos que foram entrevistados.

Depois de tratar das formas, realizaremos um exercício de justaposição das diferentes composições sobre o tema: primeiro, colocando em relação, as diversas estabilizações produzidas na época dos acontecimentos; em seguida, tratando a respeito de narrativas referentes ao caso que foram produzidas posteriormente; e finalmente, refletindo sobre o caso como uma controvérsia estendida ao longo do tempo. O intuito por trás deste último experimento etnográfico é, portanto, aproximar

---

<sup>67</sup> Utilizo essa noção no sentido proposto por Latour. Segundo ele, desdobrar “significa simplesmente que, no relato conclusivo da pesquisa, o número de atores precisa ser aumentado; o leque de agências que levam os atores a agir, expandido; a quantidade de objetos empenhados em estabilizar grupos e agências, multiplicada; e as controvérsias em torno de questões de interesse, mapeadas” (LATOURE, 2012, p. 201).

<sup>68</sup> Para tratar destas diferentes narrativas, adotarei ao longo do texto expressões como “estabilização”, “composição”, “versão”, “formação”, “narrativa”, “elaboração”, “variação”. É importante salientar que elas não são usadas no sentido naturalista que pressupõe a ideia de uma realidade única e “fixa” que pode, meramente, ser “representada” de várias maneiras.

os dados da coleção<sup>69</sup> formada pelas reportagens e artigos de jornal ou revista<sup>70</sup> produzidos “no calor dos acontecimentos” a outros provenientes do conjunto estruturado a partir do material obtido com a realização de entrevistas, ou daquele formado por narrativas sobre o caso presente nos livros voltados para a memória e a história da cidade.

Por um lado, essa noção da “coleção” se refere a uma escolha do pesquisador no plano metodológico, que permite o acesso a relações que de algum modo já existiam virtualmente, e que se tornam atuais pelo processo de construir narrativas mobilizando elementos diversos. Conforme apontam Barbara Yngvesson e Susan Coutin, a etnografia é sustentada pelo ato do pesquisador de colecionar eventos particulares, afirmações, objetos, etc. – na forma de notas de campo e/ou transcrições – com o objetivo de, através de uma cadeia de tradução, que envolve uma série de substituições e transformações, produzir realidades etnográficas (YNGVESSON; COUTIN, 2008, p. 67). Por outro lado, numa tentativa de estabelecer simetria, podemos pensar que esse conceito também é capaz de se referir aos processos pelos quais passam nossos interlocutores, que também constroem narrativas mobilizando e/ou agregando cenas, contextos, falas, pessoas, etc.

De todo modo, durante a pesquisa, o processo de reunião dos dados levou à formação de conjuntos provisórios que logo seriam desmanchados para dar lugar a novos agregados. Esses processos de justaposição diversos nos permitiram chegar a alguns núcleos de significados, regularidades, padrões, distinções. De acordo com José Guilherme Magnani,

a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa (MAGNANI, 2002, p. 17).

Seguindo as considerações dos autores mencionados acima, é possível afirmar que a trajetória desta pesquisa foi marcada pela criação de arranjos – sempre parciais e abertos, portanto, nunca absolutos – que permitiram, no âmbito de

<sup>69</sup> Devido à grande variedade de reflexões produzidas ao longo das décadas sobre o tema – matérias de jornal, entrevistas, livros, etc. - trabalhei com “coleções” de dados definidas em função dos diferentes tipos de material nas quais estão inscritas.

<sup>70</sup> Esses materiais fazem parte do acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

relatos produzidos ao longo do tempo, dar conta de uma multiplicidade de composições<sup>71</sup>.

Como veremos na sequência, encontramos nos materiais produzidos tanto na época dos incidentes, quanto posteriormente, discussões a respeito dos seguintes pontos: a definição da situação a partir da qual tudo teria se iniciado; a legitimidade ou não das atitudes das partes envolvidas; e, finalmente, o formato daquilo que se define como o “contexto” econômico, político, social, etc. (e seu peso nos acontecimentos). O contato com essas diferentes formações nos levará a refletir, sobretudo, a respeito da própria noção de “contexto”, mas, também da ideia de “evento”.

## 1. “NO CALOR DOS ACONTECIMENTOS”

1. *No topo da página, duas fotos sem legenda: na primeira delas, um homem é carregado por policiais, na segunda, outro está deitado no que parece ser uma cama de um hospital.*
2. *Ao lado delas, no canto alto esquerdo, uma tira bem fina com notícias curtas sobre: a punição “severa” que seria definida para os participantes da Revolta dos Aragarças [uma rebelião que ocorrera dentro das forças armadas no início de dezembro de 1959]; o depoimento prestado por um tenente sobre o caso; e a informação de que uns paraquedistas envolvidos na rebelião não haviam matado civis, como certos rumores pareciam indicar.*
3. *Abaixo das duas fotos, uma manchete escrita em letras grandes trata a respeito da impotência da polícia para conter as manifestações e do fato de que a cidade de Curitiba havia entrado em pânico no dia anterior devido à “fúria predatória de vândalos”.*
4. *Ao lado dessa manchete maior, a informação de que a polícia teria usado bombas de gás para “dispersar desordeiros”; abaixo, a foto de uma mulher deitada em uma cama com um homem vestido de branco ao fundo. A imagem é acompanhada por um pequeno texto intitulado: “Ferida à bala”. Ele trata a respeito de uma das vítimas dos ataques iniciados no dia anterior em Curitiba.*
5. *Do lado esquerdo da mulher baleada, uma notícia fala sobre cidadãos norte-americanos que haviam sido condenados à prisão por tribunais revolucionários cubanos; abaixo, outra discorre sobre a confirmação por Dwight Eisenhower de uma ajuda militar e econômica que seria dada pelos Estados Unidos ao Paquistão.*

---

<sup>71</sup> Poderíamos dizer que o processo da pesquisa, nesse caso, funciona de forma análoga à chamada ciência do concreto operada pelo pensamento selvagem. Trata-se de uma espécie de *bricolage* de materiais que são reutilizados e que ao serem reunidos formam novos conjuntos ou arranjos (LÉVI-STRAUSS, 1997).

- 6. No canto esquerdo inferior da página, num dos lados da notícia sobre a ajuda americana ao Paquistão, uma reportagem menciona a primeira ordenação de um jesuíta na cidade de Curitiba (o nome do rapaz ordenado era Emir Calluf); no outro, o tema é a fuga para o Paraguai de alguns dos rebeldes envolvidos na previamente citada Revolta das Aragarças;
- 7. No canto inferior direito, um pequeno texto trata a respeito do fato de que um determinado político não apoiaria a candidatura de Jânio Quadros à presidência; outro, abaixo dele, cita o lançamento de um novo carro da montadora norte-americana Ford. (Caderno de campo, 13 de agosto de 2013).

Temos acima um exemplo dos mundos heterogêneos e complexos que podem ser reunidos numa composição de tamanho comparativamente tão minúsculo como a capa de um jornal, a partir de, nas palavras de Benedict Anderson, uma “simples coincidência cronológica” (ANDERSON, 2008, p. 65). Esta descrição se refere à primeira página da edição do *Diário do Paraná* de 09 de dezembro de 1959, cuja imagem reproduzo na sequência (FIGURA 8):

FIGURA 8 – CAPA DO DIÁRIO DO PARANÁ DE 09/12/1959



FONTE: ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

As primeiras páginas dos periódicos de Curitiba dos dias 09, 10 e 11 de dezembro daquele ano – assim como outras folhas internas – foram tomadas por um assunto em particular: um caso de violência que tomara as ruas da cidade no dia 08. Tudo teria se iniciado a partir de um desentendimento entre um cliente e um comerciante, durante a compra de um pente numa loja de armarinhos na região da Praça Tiradentes – uma área central de cidade, marcada naquela época, como vimos no primeiro capítulo, por uma grande presença de estabelecimentos de propriedade de sírio-libaneses. O motivo da discórdia: a recusa do comerciante em emitir uma nota fiscal para o cliente que era um militar.

De acordo com uma matéria do *Correio do Paraná* de 09 de dezembro de 1959 seguiu-se:

[...] uma discussão e, instantes após, **Najar** [o nome do comerciante árabe] **e mais dois sócios passaram a agredi-lo** [o cliente] **violentamente**, ocasionando-lhe sérios ferimentos. Com o fato foi chamada a polícia que, comparecendo no local, efetuou a prisão de Najjar e providenciou a remoção da vítima para o hospital da P.M. Parecia que tudo ia terminar aí [...] (*Correio do Paraná*, 09 de dezembro de 1959, p. 8, grifo nosso).

Uma reportagem da mesma data publicada pelo jornal *O Estado do Paraná* narra os acontecimentos que teriam iniciado toda a controvérsia do dia 08 de dezembro de 1959:

A **grosseria do comerciante e a sua violência**, que determinaram posteriormente, quando da luta travada entre os dois contendores, a fratura da perna direita do policial, levaram à revolta dos assistentes do evento, que principiaram a desencadeá-la contra o estabelecimento comercial, estendendo-se depois a toda a cidade (*O Estado do Paraná*, dia 9 de dezembro de 1959, p. 4, grifo nosso).

A forma como a situação é narrada nestes dois trechos, baseia-se na definição dos acontecimentos a partir de um primeiro ato violento e injustificado por parte do dono do estabelecimento. Na sequência o texto de *O Estado do Paraná* explica o processo de ampliação e desenvolvimento progressivo do processo que se tornava uma reação nacionalista contra comerciantes de mesma origem estrangeira de Najjar nos arredores de uma praça no centro da cidade:

o povo foi se aglomerando e os comentários tornavam-se cada vez mais acalorados, colocando-se a massa contra os agressores. Em dado momento, como a aglomeração aumentava-se, alguns dos proprietários do

Bazar Centenário [o nome da loja de Najjar] passaram a dirigir ofensas contra o povo, e os ânimos se exaltaram [...] Mal haviam se retirado, porém, os bombeiros e o povo voltou, novamente, a se reunir frente aquele estabelecimento. A essa altura já havia passado várias horas e eram 19 horas quando os ânimos se incendiaram e sob os **gritos de ‘viva o Brasil’** exigiam que a casa fosse fechada [...] o povo então começou a exigir que todas as casas comerciais de propriedade de sírio-libaneses fossem fechadas, e ia sendo atendido. Os que não atendiam aos brados da multidão tinham seus estabelecimentos apedrejados violentamente (*Ibid.*, p. 8, grifo nosso).

A narrativa do *Correio do Paraná* também atesta esta busca da multidão por determinados alvos:

Grande massa popular enfurecida promoveu, na noite de ontem, violento quebra-quebra no centro da cidade, depredando grande número de estabelecimentos, **notadamente da propriedade de sírios** [...] Casas comerciais foram, inúmeras delas, praticamente destruídas e o estoque atirado às ruas (*Ibid.*, p. 1, grifo nosso).

O processo não terminaria, todavia, com a entrada em cena da polícia neste dia 08 de dezembro. No dia seguinte, focos de tensão apareceriam novamente, conforme assinala a matéria da *Gazeta do Povo*. O jornal relata um ataque a outro comerciante de origem árabe:

na manhã de ontem, quando tudo fazia crer que a cidade voltaria à normalidade, irromperam vários focos de agitação, tentando, novamente, depredar o “Bazar Centenário”, onde ocorreu o episódio que deu causa a toda a agitação em Curitiba. Na “Casa dos Três Irmãos” [localizada na esquina da Rua XV de Novembro com a Rua Dr. Muricy, portanto, a cerca de uma quadra e meia de distância da Praça Tiradentes]<sup>72</sup>, **populares exaltados tentaram linchar o Sr. Salim Mattar**, que detonou cinco tiros de revólver para o ar. Graças à intervenção da polícia, aquele cidadão foi retirado do local e internado numa casa de saúde apresentando várias escoriações (*Gazeta do povo*, 10 de dezembro de 1959, seção 2, p. 1, grifo nosso).

Segundo uma matéria do Diário do Paraná também do dia 10, durante o reinício das manifestações, “o comerciante Riquel Maulk foi arrancado de dentro de seu estabelecimento, à Rua Quinze de Novembro (Casa Idem)<sup>73</sup> no momento em que tentava fechar as portas e espancado.” (*Diário do Paraná*, 10 de dezembro de 1959, 2º caderno, p. 1) O texto menciona, em seguida, que o lojista foi carregado

<sup>72</sup> A esse respeito, ver o mapa da página 40 (FIGURA 5).

<sup>73</sup> Não foi possível determinar a exata localização deste estabelecimento na Rua XV de Novembro.

pelas ruas como um “escudo humano” pela multidão – segundo os termos empregados pelo repórter.

As agitações terminariam com a tomada das ruas por tanques do Exército neste mesmo dia (*Gazeta do Povo*, 10 de dezembro de 1959, seção 2, p. 1), entretanto, a controvérsia permaneceria em movimento. Outra concepção dos fatos que teriam dado início às manifestações do primeiro dia apareceria, por exemplo, em *O Estado do Paraná* do dia 10 de dezembro. O jornal reproduz a versão do proprietário do Bazar Centenário, o Sr. Ahmed Najjar<sup>74</sup>. Ele afirma que:

ao ser solicitado pelo subtenente Haroldo Tavares [o cliente] a emitir a nota da despesa referente ao pente, colocou na nota exigida unicamente a importância da venda, CR\$ 15,00, ao que reclamou o freguês, pedindo que a mercadoria fôsse especificada, tendo ele então respondido que não sabia escrever bem o português, chamando uma empregada de nome Leide para fazê-lo. Então declara: **o subtenente o chamou de 'turco burro', o que ele julgou fosse uma brincadeira, mas com o freguês continuando a insultá-lo**, entraram em luta corporal e foram engalinhados até a porta do estabelecimento. Durante a luta, empurrou seu contendor, causando-lhe os ferimentos já divulgados pela nossa reportagem [a fratura de uma das pernas do freguês] (*O Estado do Paraná*, 10 de dezembro de 1959, p. 9, grifo nosso).

Aqui temos uma definição da situação inicial completamente distinta e que se desenvolve a partir das atitudes inadequadas do cliente. O lojista aparece nesse caso como alguém que tenta inicialmente não se deixar afetar, mas que continua a ser insultado de forma injustificada. Na mesma matéria, surgem ainda outros elementos que apontam para diferentes pontos ou aspectos da controvérsia:

Abdo Fayard, detido durante as manifestações no Bazar Centenário, prestou declarações na Chefatura de Polícia, que dão novos rumos à história do fato originário dos graves acontecimentos que eclodiram em Curitiba. Diz ele que **o Policial [...] que compareceu no local a fim de averiguar as ocorrências havidas após terem se retirado os contendores, começou a incitar as pessoas** que aí se aglomeravam, dizendo que o comerciante havia matado o subtenente e fazendo comentários sediciosos acerca do acontecimento, que ocasionaram por fim a revolta popular contra o estabelecimento de Harmede<sup>75</sup> Najjar (*Ibid*, grifo nosso).

O crescimento da desordem com a entrada de outras pessoas no conflito é explicado neste trecho a partir das atitudes “sediciosas” por parte de um sujeito que

<sup>74</sup> A linguagem utilizada nos permite supor que o trecho tenha sido produzido a partir do depoimento dado pelo comerciante à polícia.

<sup>75</sup> Trata-se de outra grafia para o nome de Ahmed.

deveria ser responsável pela segurança pública, mas que na verdade agia de uma forma inapropriada.

Os jornalistas que produziam escritos no “calor dos acontecimentos” de fins de 1959 buscavam estabilizar os episódios, dando-lhes uma forma fixa – portanto, transformada – que tentava dar conta da multiplicidade de fatos. Essas dificuldades e as dela decorrentes atingem, entretanto, não apenas os repórteres e os participantes dos acontecimentos, mas também analistas e pesquisadores. Veremos de que maneira há um movimento entre os discursos que são distintos – ao menos em grau – mas que se aproximam a partir de elementos comuns: as analogias e as metáforas.

Um passo inicial que nos permitirá acompanhar mais adequadamente essas estabilizações é a análise desse material jornalístico a partir de uma apresentação das instituições que as produziram e suas ligações ou interesses políticos, conforme adverte Fraya Frehse (2005). Como mencionei numa pesquisa anterior que produzi sobre o tema, associava-se a situação (o caso de 1959) de maneiras políticas distintas, contra ou pró-governo (BORGES, 2010). Enquanto a *Gazeta do Povo* e *O Dia* estavam ligados ao então governador Moysés Lupion, *O Estado do Paraná* e a *Tribuna do Paraná* eram atrelados, assim como o *Correio do Paraná*<sup>76</sup>, ao seu principal opositor, Bento Munhoz da Rocha<sup>77</sup>, conforme apontou Pegoraro (2007, p. 104 e 108). Já o *Diário do Paraná* – jornal cuja página eu descrevi no início deste tópico – era um veículo dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand no Estado (CORTES, 2000)<sup>78</sup>. Numa entrevista concedida a José Wille, o jornalista Luiz Geraldo Mazza – um personagem que voltará a aparecer mais à frente e que, na época, estava iniciando-se na profissão –, afirmou que este último periódico também estaria mais próximo à oposição do que ao governo do estado (WILLE, 2010).

Na fala de um deputado reproduzida no *Correio do Paraná* temos um exemplo da primeira posição:

[...] não podemos ficar contra o povo, precisamente em época como a nossa de **amargura social** [...] as formas de desespero não são poucas. **Fome,**

<sup>76</sup> Este último havia sido fundado em 1931, como um órgão do Partido Liberal Paranaense – de oposição a Manoel Ribas, antecessor político de Lupion. (PILOTTO, 1976)

<sup>77</sup> Munhoz da Rocha tinha sido governador do estado no mandato anterior ao de Lupion.

<sup>78</sup> No âmbito nacional, a empresa de Chateaubriand era também responsável pela publicação semanal de sucesso *O Cruzeiro*, que, aliás, produziria uma matéria ainda em dezembro daquele ano sobre os incidentes ocorridos em Curitiba.

**miséria, crise administrativa, corrupção** (FRANCO, *Correio do Paraná*, 11 de dezembro de 1959, p. 2, grifo nosso).

Notamos aqui a presença de referências a um contexto político e econômico conturbado. A campanha de oposição ao governador da época, Moysés Lupion (1955-1960), faz dele, segundo Marion Brehol de Magalhães, “uma figura nacionalmente conhecida como um político inescrupuloso. Acusam-no também de estar cercado de homens públicos cuja honestidade é colocada em suspeita” (MAGALHÃES, 2001, p. 56). Apesar da propaganda de desenvolvimento difundida naquele momento no estado – que, aliás, no âmbito nacional coincide com os “50 anos em 5” do governo de Juscelino Kubitschek – Lupion, de acordo com a historiadora, “não dera prosseguimento à expansão de serviços públicos, havendo carência de estradas, energia elétrica e equipamentos urbanos em cidades cada vez mais populosas” (MAGALHÃES, 2001, p. 69). As menções à fome e à miséria remetem a uma situação nacional marcada por uma crescente inflação, “em parte devido aos gastos públicos com a construção de Brasília” (MARANHÃO, 1986, p. 281).

Enquanto isso, num jornal pró-governo do estado na época, a *Gazeta do Povo*, encontramos um exemplo da segunda posição:

[...] embora os sociólogos de ocasião digam que foram determinadas pela angústia coletiva, em face da inflação, o mais correto, o mais lógico que se tem a dizer deles é que foram provocados por **saqueadores inveterados, desclassificados contumazes** [...] (*Gazeta do Povo*, 10 de dezembro de 1959, p. 5, grifo nosso).

Em alguns textos, portanto, emergiam pessoas movidas em função da carestia ou da corrupção, em outros, retratos de vândalos e desocupados. É interessante observar que a participação de mulheres, por exemplo, nos ataques foi mencionada somente por um jornal que faz parte do primeiro conjunto de estabilizações. Segundo uma reportagem da *Tribuna do Paraná* do dia 09 intitulada “Mulheres envolvidas nos distúrbios”: “grande foi o número de mulheres que participaram das agitações” (*Tribuna do Paraná*, 09 de dezembro de 1959). Na mesma edição, o veículo citava ainda a participação de menores nas depredações. Outro jornal, o *Diário do Paraná*, também do dia 09 de dezembro, trazia, por sua vez, um apelo do Arcebispo da cidade, Dom Manoel da Silveira D’Elboux, para que a

juventude, ou seja, os estudantes, não se envolvessem nos ataques (*Diário do Paraná*, 09 de dezembro de 1959).

De qualquer maneira, era importante trazer também a palavra de “especialistas”. Quanto mais os acontecimentos se afastavam no tempo, mais ponderações e análises apareciam sobre o que havia ocorrido. Cada vez mais, portanto, o tema passava da primeira página (onde era o foco de reportagens mais “descritivas”) para os editoriais desses periódicos (onde era contextualizado ou explicado). O *Estado do Paraná* de 11 de dezembro de 1959, por exemplo, reproduziria as reflexões do professor da Universidade Federal do Paraná, Napoleão Teixeira – autor do livro *Psicologia forense e psiquiatria médico-legal* – num artigo intitulado “Psico-dinamismo dos quebra-quebras” (*O Estado do Paraná*, 11 de dezembro de 1959, p.1). Ele constrói seu texto, sobretudo, a partir de referências a autores clássicos da psicologia das multidões como Gabriel Tarde e Scipio Sighele. As ideias de “contágio” e “imitação”, assim como a analogia com o “mundo animal” são peças centrais da sua reflexão:

o fenômeno é comum entre os animais: um galo canta fora de hora, e todos os galos da vizinhança cantam; um carneiro foge do curral – todos acompanham. Assim também entre os homens. Num cinema, um tosse; tosem dez a seguir. Alguém diz ‘fulano é um anjo; ou então beltrano não vale nada – é sim, é um anjo; ou então é... não vale nada. Servilmente sem pensar. Fraqueza de caráter? Também pode ser. O que, porém, de fato, há, é um legítimo ‘contágio mental’. (*Ibid.*, p. 1)

Teixeira trata também a respeito do processo de “introjeção do super-ego coletivo” que levaria ao “apagamento do super-ego individual” (*Ibid.*, p. 1). Ele retoma a seguir duas imagens da multidão concebidas por Tarde e Sighele: enquanto para o primeiro, ela é como “um animal irracional e invertebrado”, que continua a se mover mesmo que sua cabeça seja cortada; para o segundo, ela é caracterizada por uma propensão para o crime e o mal (*Ibid.*, p. 1).

O autor menciona ainda a distinção concebida por Le Bon entre multidões “homogêneas” – cujos participantes têm a mesma origem – e “heterogêneas” – aquelas que operam, por exemplo, em linchamentos, arruaças e “quebra-quebras”. Segundo ele, “impressiona a frequência com que se repetem no país, as grandes agitações populares seguidas de arruaças e agressões, com mortos e feridos...” (*O Estado do Paraná*, 11 de dezembro de 1959, p. 1). O especialista concluiria sua explicação “psicologizante” do fenômeno coletivo com a ideia do país como um

“corpo doente” que estava sustentada por uma referência ao contexto no qual ele se encontrava. Ele advertia: “o Brasil está doente. Gravemente enfermo. Desorganizado no interior; desmoralizado no exterior onde sua moeda [...] se situa entre as mais aviltadas do mundo” (*O Estado do Paraná*, 11 de dezembro de 1959, p. 1). Em síntese, podemos notar que essa narrativa, em vez de inscrever o episódio no contexto das disputas políticas locais, situa-o em relação a outras “agitações populares” e assim, o plano de consideração passa a ser a conjuntura política, econômica – e também, moral – do país.

Vejamos outros elementos que constituem as narrativas e que nos permitirão continuar acompanhando essas divergentes formas de estabilização. A ação da polícia, por exemplo, aparece nos artigos de formas completamente distintas. Na *Gazeta do Povo* ela é descrita da seguinte maneira: “os responsáveis pela segurança pública [...] houveram-se sem violências, mas com energia...” (*Gazeta do Povo*, 10 de dezembro de 1959, p. 1). Já no *Correio do Paraná*, o que observamos são imagens de violência e força bruta por parte da polícia. Neste caso, a forma como os fatos são narrados parece um elemento importante: “a polícia continuava, entretanto, a agredir, tendo o guarda civil desferido violento golpe com um cano, nas costas de um menor, prostrando-o ferido ao solo” (*Correio do Paraná*, 09 de dezembro de 1959, p. 8). O policial é concebido nessa narrativa como um ser brutal que age arbitrariamente e é capaz de atacar uma criatura indefesa: uma criança.

Quando em outras matérias as atitudes são associadas a uma reação à corrupção e à carestia, a justificativa é sustentada pela ideia da existência de perturbações de natureza econômica e política que, de certa forma, acabariam por legitimá-las. Eu gostaria de abrir aqui um parêntese para apontar que eu mesmo, num momento anterior, também assumi uma dessas posições (entre a arruaça irracional e a nobreza da multidão), e acabei optando por uma delas<sup>79</sup>. Influenciado pelo historiador social britânico E.P. Thompson, produzi uma monografia a respeito do que chamei na época de uma “revolta popular”. Basicamente o que fiz foi “testar” seu modelo de “economia moral” através de sua transposição para o meu objeto (BORGES, 2010). Aliás, a pergunta da pesquisa na época era justamente se era possível se referir ao conceito de Thompson para explicar as motivações dos sujeitos.

---

<sup>79</sup> É importante salientar que o pesquisador não está fora do “jogo”, como alguém que apenas avalia ou explica. Ele faz parte do movimento de estabilizações.

Na perspectiva adotada por esta dissertação, ao menos duas críticas podem ser feitas a esta escolha. Em primeiro lugar, o conceito “popular” é bastante problemático, como já vimos no capítulo 1. “O que é este ‘popular’ e quem o compõe?” são perguntas interessantes na medida em que nos permitem pensar nas implicações de nossas escolhas conceituais e no resultado de tais operações. Essa categoria permite, sem dúvida, um processo metafórico, na medida em que o desconhecido é também substituído pelo que se julga ser conhecido – no caso o povo, enquanto arquétipo conceitual não problemático. Entretanto, afirmar que algo é “popular” não é explicá-lo. O que podemos explicar – no sentido ideal de descrever – é como pode ser possível alguém afirmar que algo é “popular” e quais são os resultados disso em situações específicas.

Segundo, concluir que a ideia de “economia moral” é capaz de explicar a natureza violenta, mas “coerente” dos acontecimentos – a partir da noção de que ela serve como motivação e legitimação dos atos dos participantes de uma “revolta” –, é, de certa forma, recorrer a uma daquelas entidades capazes de estabilizar seus comportamentos. Essa noção tem, contudo, como problema principal o fato de ela implicar um consenso implícito entre os envolvidos, além de parecer reabilitar demasiadamente a multidão – a massa amorfa dos psicólogos sociais do final do século XIX e início do XX – movendo o pêndulo para o ponto oposto e transformando-a num *locus* ideal de uma moralidade acima de qualquer suspeita.

Sem precisar “estabilizar” as coisas tão rapidamente, vejamos como esses dois polos estão presentes nos discursos. Duas categorias utilizadas ao longo das narrativas jornalísticas são especialmente importantes, sobretudo, pois nos permitirão tratar da questão do “popular”, citada acima. Quais são as imagens utilizadas para retratar a(s) coletividade(s) envolvida(s) nos episódios de violência daqueles dias de 1959? Na *Gazeta do Povo* do dia 10 (portanto, dois dias depois do início dos conflitos), a categoria “populacho” é mobilizada. Ela aparece, neste caso, relacionada à ideia de vândalos “treinados na arte de se aproveitar das circunstâncias para a pilhagem” (*Gazeta do Povo*, 10 de dezembro de 1959, p. 5). O artigo veicula imagens de “**hordas de bárbaros** [...] depredando e saqueando, sem que houvesse justificativa para os atos praticados.” (*Ibid.*, p. 5, grifo nosso) A narrativa termina ainda com uma referência a supostos estímulos de alguns meios de comunicação que procuravam incitar, suggestionar e criar um “ambiente de psicose rebelde, entre **populares menos esclarecidos**” (*Ibid.*, p. 5, grifo nosso).

Já em *O Estado do Paraná*, o termo usado é “povo”, o que implica uma lógica contrária. Aqui temos, de fato, um processo de legitimação das atitudes violentas:

o **povo** não pode ser responsabilizado. Não tem culpa da inquietação em que vive, das privações que sofre, da descrença em que vive, da amargura que leva à revolta e da revolta à violência e da violência à desordem (*O Estado do Paraná*, 09 de dezembro de 1959, p. 4, grifo nosso).

A retórica de transformação da amargura em revolta, da revolta em violência e, finalmente, da violência em desordem é a base lógica deste processo de legitimação das atitudes dos participantes dos acontecimentos. O autor do texto prossegue na sua argumentação. Segundo ele: “arruaceiros sozinhos não fazem o que se viu em Curitiba. Agitadores não são bem sucedidos se não há motivos para a revolta popular” (*Ibid.*, p. 4). O elemento definitivo que explica a existência da desordem é, neste caso, um contexto marcado por carestia, escassez, descrença, amargura, corrupção política, inflação etc. Aqui a categoria utilizada para definir o fenômeno é “revolta popular” enquanto no caso da *Gazeta do Povo*, a referência que se faz é à noção de um “quebra-quebra injustificado” (*Gazeta do Povo*, 10 de dezembro de 1959, seção 2, p. 1). Portanto, como pudemos constatar, a coletividade pode ser concebida de duas formas completamente opostas: como populacho (designação negativa) e como povo (designação positiva). Enquanto a primeira está relacionada à categoria “quebra-quebra”, a segunda se liga à noção de “revolta popular”<sup>80</sup>.

Retomando resumidamente o percurso que nos propomos a percorrer até aqui, podemos observar nos materiais produzidos naquele momento, formas de estabilizações que mencionamos anteriormente e que estão centradas em: diferentes tentativas de definir a situação inicial (entre o lojista e o cliente); discussões acerca da legitimidade ou não das atitudes dos participantes (as coletividades que se formavam); e referências à conjuntura (política, econômica) que são mobilizadas de maneiras distintas nos discursos divergentes e que estão diretamente relacionadas à questão da legitimidade ou da ausência dela.

É de se levar em conta, principalmente, que a referência a ataques dirigidos a lojas de sírios e libaneses, que está presente no primeiro trecho que citei de *O*

<sup>80</sup> Mariza Peirano parece ter percebido o problema da utilização desses termos no sua reflexão sobre a obra de Tambiah a respeito de eventos de violência coletiva no sul da Ásia. Ao longo do texto, ela utiliza o termo em inglês *riots*, o que lhe permite não ter que optar por uma destas categorias problemáticas. (PEIRANO, 2001).

*Estado do Paraná*, parece sumir nos dias subsequentes, justamente para que se possa afirmar que se trata de uma revolta contra as condições de vida, carestia e corrupção. Se esta é a razão dos conflitos, então a hostilidade aos árabes passa a se tornar inexplicável e a desaparecer das narrativas – i.e., quando se situa um caso em determinado contexto, certos elementos não podem mais fazer parte da composição.

Por mais que a instabilidade esteja sempre presente – afinal de contas, essa é uma característica do próprio objeto –, ela é afetada ou filtrada, nos materiais descritos até o momento, por processos de estabilização. A parte da controvérsia que procuramos descrever acima é um exemplo disso. No nosso caso, entretanto – me refiro aos antropólogos – não é preciso operar a transformação da mesma maneira. Podemos, realizando as nossas transformações – aquelas ficções e substituições que tornam a etnografia possível (cf. YNGVESSON; COUTIN, 2008), – repensar esses processos de estabilização, como operam e o que os constitui. De todo modo, conforme mencionei há pouco, essa é apenas parte da controvérsia que estamos acompanhando. É preciso seguir adiante.

Antes, contudo, eu gostaria de concluir este tópico mencionando uma reportagem publicada na *Gazeta do Povo* de 11 de dezembro de 1959 que tratava da colocação em execução já na semana seguinte, pela Comissão de Abastecimento e Preços (COAP)<sup>81</sup>, de um tabelamento dos artigos de natal que tinha como objetivo limitar os lucros dos atacadistas e varejistas. A nota do presidente do órgão que foi reproduzida na sequência terminava com a seguinte afirmação: “essa circunstância se deve ao fato das constantes reclamações de inúmeras pessoas contra estabelecimentos comerciais” (*Gazeta do Povo*, 11 de dezembro de 1959). Essa agência governamental, aliás, havia sido alvo dos ataques que abalaram a cidade dias antes, conforme aponta uma notícia publicada no dia 09: “não escapou a COAP dos distúrbios que agitaram ontem as ruas da cidade. O movimento popular de passagem pela Rua Riachuelo, investiu com pedras e várias espécies de objetos contra a sede da COAP danificando-a” (*Tribuna do Paraná*, 09 de dezembro de 1959, p. 6).

Observamos, nesse caso, um dos efeitos dessas ações violentas, mas também – numa medida que é certamente difícil de determinar –, das matérias e

---

<sup>81</sup> Esse órgão de regulação foi criado no estado no ano de 1946, durante o regime de interventoria de Brasil Pinheiro Machado (SCHINIMANN, 1992, p. 19).

reportagens de jornal, essas formas de mediação que, se fossem tomadas meramente, conforme adverte Latour, como “intermediários”<sup>82</sup>, apenas teriam o papel de “descrever” ou “representar” os fatos, não de fazer coisas no mundo. Numa edição da *Gazeta do Povo* de alguns meses antes – mais especificamente, de julho de 1959 – encontrei algo que me levou a pensar nesse tabelamento de preços, na capacidade dos textos de fazerem coisas, mas também, nos ataques ocorridos contra estabelecimentos comerciais do centro da cidade no início daquele mês de dezembro: uma reportagem tratava a respeito do comércio de tecidos e miudezas, apresentando-o como uma “mina de ouro” que fugia “à alçada das autoridades”, um “assalto à bolsa do povo”, pois quem definia a tabela de preços, neste caso, era o comerciante “a partir da livre concorrência” (*Gazeta do povo*, 04 de julho de 1959, p. 4).

Muitos outros elementos constituíram as formas de estabilização dos periódicos da época. Mesmo um relato que parte da premissa de que é preciso sempre multiplicar a quantidade de mediadores e atores, acaba encontrando seus limites e estabilizando as coisas de determinada maneira. Esse é o preço a ser pago para qualquer um que queira participar do jogo. De qualquer maneira, à medida que continuarmos incorporando outras composições, novas conexões emergirão e, como numa espiral<sup>83</sup> nos encontraremos por vezes retornando a pontos já visitados e elementos com os quais já havíamos entrado em contato, sem que tivéssemos nos dado conta deles.

## 2. O CASO AO LONGO DO TEMPO

*Hoje, enquanto eu passava pela Praça Tiradentes, encontrei Anwar parado em frente a sua casa conversando com um senhor que parecia ter aproximadamente a mesma idade que ele. O homem que ele me apresentaria, logo em seguida, era o seu tio. Anwar lhe disse que eu era um jornalista que o havia entrevistado para uma pesquisa. Buscando tornar as*

<sup>82</sup> Na definição de Latour, um intermediário “é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai”. Já no caso de um mediador, segundo ele: “o que entra [...] nunca define exatamente o que sai [...] Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOURE, 2012, p. 65).

<sup>83</sup> Ao longo do capítulo, eu utilizo algumas analogias a fim de possibilitar que esse objeto complexo possa ser concebido a partir de várias perspectivas. A imagem da espiral serve aqui para destacar a não linearidade desse movimento de versões que sempre implica um retorno a determinados elementos mencionados anteriormente. Mais adiante, eu uso, por exemplo, a imagem de uma estrela para se referir ao caso de 1959 como um centro a partir do qual se conectam uma série de relações e trajetórias.

*coisas mais claras, falei que se tratava de uma pesquisa de mestrado cujo tema era a “Guerra do Pente”. O tal senhor então me olhou por um momento, como que se não tivesse compreendido muito bem o que eu havia dito e em seguida virou-se para Anwar. Depois de trocarem palavras em árabe, Anwar completou em português que se tratava da “revolta”. O outro, um sujeito bastante reservado, apenas aquiesceu. Na sequência, Anwar, talvez numa tentativa de fazer com que o seu tio falasse algo, mencionou que, na época dos acontecimentos, ele trabalhava numa frutaria próxima à Estação Ferroviária que também havia sido atingida pelos ataques. Perguntei então ao tio de Anwar se ele se lembrava de algo que havia acontecido. Por algum motivo, todavia, ele não parecia querer falar sobre o assunto. Logo em seguida, ele voltou a conversar com Anwar em árabe... [é interessante observar que esses imigrantes mais velhos usam seu idioma nativo recorrentemente] (Caderno de campo, 18 de junho de 2013).*

Apesar da recusa desse interlocutor em falar sobre o assunto, a respeito da qual eu poderia aqui somente especular, o fato de ele ter demorado a associar o nome aos incidentes ocorridos em 1959 me serviu como um lembrete de algo que, agora olhando agora retrospectivamente, parece um tanto óbvio: o caso – a “revolta”, nas palavras desses interlocutores –, ganhou esse nome de “Guerra do Pente” ao longo do tempo, sobretudo, na medida em que ele passou a fazer parte dos “fatos marcantes” da história da cidade, ocupando as páginas de livros, reportagens sobre o passado da cidade, etc.

O presente tópico tem com objetivo, em parte, recuperar esse processo. A minha intenção é acompanhar as formas como esses episódios de violência coletiva ocorridos em 1959 foram definidos em narrativas produzidas ao longo das décadas. Dentre os materiais que serão descritos a seguir estão: um livro sobre “lutas sociais” e “revoltas populares” no Paraná, que dedica um capítulo a esta série de acontecimentos; uma matéria produzida a respeito do ocorrido numa edição comemorativa de uma revista de circulação estadual; duas obras compostas por crônicas, que trazem histórias da cidade e que também tratam a respeito do caso; além de um filme produzido em meados dos anos 1980 sobre o tema.

Além da busca por esse material, eu, ao longo da pesquisa, procurei aumentar a quantidade de versões sobre o caso através da realização de entrevistas com pessoas que, como Anwar e seu relutante tio, viveram naquele ambiente ou que tinham ou ainda têm alguma relação com o comércio da região. O trabalho de campo realizado na Praça Tiradentes, aliás, estava relacionado, além da tentativa de recompor, juntamente com os atores, a configuração do ambiente comercial em 1959, também à busca por outras narrativas e histórias que não haviam sido

contempladas pelas interpretações já realizadas<sup>84</sup>. A ideia é que, a partir da experiência concreta de vivências específicas, “possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre determinado assunto” (DEBERT, 1986, p. 142). Esses relatos serão retomados em seguida.

Antes, contudo, eu preciso tratar a respeito de algumas características das narrativas que foram produzidas sobre o caso em diferentes épocas. Algumas considerações a respeito das características tanto do conjunto de narrativas escritas, quanto da coleção de relatos que compõe o filme produzido sobre a “Guerra do Pente” nos anos 1980, se fazem necessárias. Esse exercício de caracterização das diferentes espécies de dados que as compõem certamente facilitará a compreensão dos elementos utilizados em cada uma destas elaborações. Evidentemente que não será possível explorar o material sob todos os seus aspectos. É necessário aceitar esse caráter sempre parcial de uma pesquisa.

## 2.1. Os materiais de cunho memorialista

A crônica de autoria do jornalista Luiz Geraldo Mazza que abre o livro *300 e tantas histórias de Curitiba* tem como tema, justamente, a “Guerra do Pente”. Trata-se de um texto breve que ocupa uma página e é dividido em três colunas, o que, aliás, é um padrão que pode ser observado ao longo da coletânea. Dentre as outras temáticas abordadas pelas crônicas estão: relatos de épocas passadas; lembranças da vida em diferentes bairros; a recordação de personagens peculiares, etc. Na apresentação ao material, o organizador afirma que a ideia era resgatar para os leitores as recordações de aspectos pitorescos da cidade. O objetivo, segundo ele, era reunir “passagens diversas da vida de Curitiba e dos curitibanos, fatos reais ou imaginários, marcantes ou corriqueiros”<sup>85</sup> (MUZZILLO, 2002, p. III).

Outro artigo sobre o caso foi produzido pelo escritor Valêncio Xavier, no ano de 1978, em virtude da comemoração dos 28 anos da revista *Panorama*. Este texto intitulado “A guerra do pente. O dia em que Curitiba explodiu” faz parte de uma série

<sup>84</sup> No âmbito acadêmico, por exemplo, as interpretações existentes até aquele momento traziam as falas de alguns personagens como os filhos e a esposa do comerciante – analisadas num artigo do professor de psicologia Jamil Zigueib a respeito do impacto que os eventos tinham tido para os familiares do dono do “Bazar Centenário” (ZUGUEIB, 2009) – e do filho de outro comerciante e alguns dos seus empregados na época – que foram analisadas pela historiadora Etelvina Maria de Castro Trindade numa comunicação (TRINDADE, 2009).

<sup>85</sup> A série foi originalmente publicada pela *Gazeta do Povo* em 1993 – uma crônica por dia – por ocasião dos 300 anos da cidade.

de reportagens chamada “Os grandes assuntos de Panorama”, que revisitou alguns fatos marcantes que estamparam as páginas deste periódico de circulação estadual<sup>86</sup>. O artigo sobre a “Guerra do Pente” recupera em suas páginas – na forma de imagens em miniatura – algumas capas, charges e fotografia que foram produzidas para a edição original do periódico de 1959. O texto escrito por Xavier é dividido em quatro partes que se referem a diferentes momentos do desenvolvimento do evento – “o dia D”, “o dia seguinte”, “o último dia – e a uma referência às explicações do caso – “Por quê?”. Além disso, existe um box na primeira página intitulado “Panorama visto de hoje” que trata do contexto da época na qual o tumulto ocorreu<sup>87</sup>.

O terceiro material a ser analisado é um livro escrito pelo jornalista e teatrólogo Eddy Franciosi, no final da década de 1980. Trata-se de um conjunto de crônicas que totaliza pouco menos de seiscentas páginas e que, na forma como está ordenado, parece ter a pretensão de compor uma espécie de grande história do desenvolvimento da cidade<sup>88</sup>. A narrativa sobre a “Guerra do Pente” se encontra numa seção que trata a respeito de acontecimentos, sobretudo, das décadas de 1930, 1940 e 1950. Alguns dos outros textos que compõem esta parte da obra tratam a respeito de temas como a mobilização operária e de outros eventos que o autor define como “revoltas” e “levantes populares”. Nos capítulos finais do livro observamos, todavia, textos mais voltados para temas e personagens que, segundo o autor, marcaram Curitiba e o que ele chama da “fisionomia da cidade”<sup>89</sup>. Por um

---

<sup>86</sup> O mesmo autor foi incumbido de tratar a respeito de outros acontecimentos nos meses seguintes. Encontrei na seção paranaense da Biblioteca pública do Paraná, além da revista do mês de junho, as referentes aos meses de julho e setembro. Cada uma delas traz, nesta seção, temas bastante diferentes. A primeira tinha como tema a renúncia do Presidente Jânio Quadros e as operações militares que se realizaram no Paraná durante a campanha da legalidade de 1961. A segunda se referia à descoberta e posterior massacre dos Xetá na região de Serra dos Dourados, no norte do Paraná, durante a década de 1950. Não foi possível encontrar a edição do mês de agosto. As edições dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1978, por sua vez, não traziam mais artigos relacionados a este projeto comemorativo.

<sup>87</sup> Dentre as outras matérias presentes na edição daquele mês encontra-se uma história da sucessão política no estado e no país durante o período de 28 anos da revista. Ela é imediatamente anterior à matéria sobre a “Guerra do Pente”. Depois do texto de Xavier, a revista traz artigos sobre temas bastante distintos como, por exemplo: a seleção brasileira de futebol; e episódios da história do país – como a independência e a proclamação da República (este último tema faz parte de uma série de matérias voltadas para o temática da história do Brasil, assinadas por um outro autor). Esta variedade de temas é característica deste periódico de distribuição mensal.

<sup>88</sup> O autor organizou este longo relato em ordem cronológica começando com os primeiros povoamentos, passando pela imigração, até o crescimento da cidade ao longo do século XX, etc.

<sup>89</sup> O autor, no *post scriptum* da obra, afirma que não pretendia com seu texto nada além de uma crônica. Segundo ele, não se trata de “história e sim de simples observações e conclusões

lado, portanto, o material se aproxima de um trabalho de cariz mais historiográfico, pois conta com uma série de referências de uma literatura acadêmica. Por outro, ele traz uma leitura que recusa tais pretensões e que também é composta por personagens e aspectos pitorescos.

O último objeto sobre o qual nos debruçaremos é um livro publicado em 2010 com o seguinte título: *Sonhos, utopias e armas: as lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná*. A obra é composta por eventos que são definidos como “revoltas populares” e/ou “lutas sociais” e que ocorreram em diferentes momentos da história do estado. O material foi editado pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e faz parte de uma coleção intitulada “Cadernos Paraná da Gente”. Podemos afirmar que se trata, portanto, de uma espécie de obra historiográfica de cunho oficial<sup>90</sup>.

Dentre os temas abordados em suas páginas estão: a Guerra do Contestado (1912-1916); a Greve Geral de 1917; a participação popular na época da Revolução de 1930; a Revolta de Porecatu (fim dos anos 1940 até o início dos anos 1950)<sup>91</sup>; a Revolta dos Posseiros de 1957<sup>92</sup>; e a mobilização em torno das “diretas já” em meados da década de 1980. Cada capítulo, portanto, se refere a um evento específico, dentre os quais aquele que é o foco desta dissertação. Interessantemente, nas páginas que se referem ao caso de 1959, estão reproduzidas algumas fotos de participantes da chamada Revolta dos Posseiros de 1957. Há também, no mesmo capítulo, dois quadros com textos que tratam a respeito de outra “revolta” que aconteceu em Curitiba no ano de 1952. Refletiremos mais adiante a respeito dessa presença.

Como busquei demonstrar nesta breve exposição, cada uma das obras acima guarda características particulares tanto em relação à forma, quanto ao conteúdo. No entanto, um ponto em comum entre elas é certa inflexão memorialista. Quando

---

peçoais” (FRANCIOSI, 2009, p. 577).

<sup>90</sup> O livro não tem como foco, todavia, tratar da história dos grandes líderes políticos, mas sim os agentes dos acontecimentos, conforme aponta o historiador Aimoré Índio do Brasil Arantes, na introdução ao material (ARANTES, 2010, p. 8). Ele aponta a influência da Nova História e de seus pressupostos, que permitiram aos historiadores voltarem seus olhares para uma história mais ao rés-do-chão.

<sup>91</sup> Trata-se de um conflito fundiário que ocorreu no norte do estado entre o fim da década de 1940 e o início dos anos 1950 e que foi marcado por embates entre posseiros e jagunços a mando de grandes fazendeiros. O motivo dos confrontos foi a distribuição pelo governo de documentos das terras onde viviam os posseiros aos grandes fazendeiros (MANFREDINI; ARANTES; SBRAVATI, 2010).

<sup>92</sup> Este conflito ocorrido no sudoeste do estado colocou frente a frente colonos e posseiros, de um lado, e companhias grileiras e jagunços, de outro. Assim como no caso de Porecatu, ele era decorrente de problemas relacionados a questões fundiárias e a colonização da região (MANFREDINI; ARANTES; SBRAVATI, 2010).

colocadas lado a lado, elas acabam por formar uma espécie de *continuum* que permite um movimento de um polo mais voltado à crônica – com uma ênfase maior nos aspectos pitorescos da história da cidade –, até outro que é composto por análises de caráter mais “histórico”.

## 2.2. O Filme

Uma peça importantíssima desse movimento de versões sobre o caso de 1959 é um filme lançado em meados da década de 1980. Durante uma conversa no final do mês de maio de 2014, seu diretor, Nivaldo Lopes, me contou que a ideia de tratar da temática surgiu justamente a partir da leitura do texto de Valêncio Xavier mencionado há pouco. O próprio título do filme – *Guerra do Pente: o dia em que Curitiba Explodiu* – é o mesmo da matéria do escritor publicada na revista *Panorama* em 1978. O cineasta mencionou ainda, na oportunidade, que as pessoas da sua geração – ele tem atualmente 55 anos – ouviam histórias contadas por parentes ou outras pessoas mais velhas e que estavam relacionadas aos episódios ocorridos em 1959.

Procurando fazer uma espécie de reconstituição histórica dos incidentes, Lopes compõe o filme, sobretudo, a partir de uma coleção de depoimentos de pessoas envolvidas no caso – como o já falecido Ahmed, dono do Bazar Centenário, onde o conflito se iniciou – e de analistas – como o próprio Valêncio Xavier e o então prefeito da cidade, Iberê de Mattos<sup>93</sup>. Enquanto os primeiros narram suas versões do ocorrido, o papel destes últimos é fazer contextualizações referentes ao final dos anos de 1950 e oferecer uma explicação para o surgimento e a subsequente expansão daqueles conflitos. Devido à falta de registros filmados dos incidentes, o diretor precisou utilizar também uma série de materiais diferentes para construir a narrativa: fotos publicadas nos jornais da época dos acontecimentos; imagens de manifestações tanto antigas (em preto-e-branco), quanto mais recentes em relação à época da realização do filme (em cores). Essas imagens variadas são

---

<sup>93</sup> É interessante observar como alguns desses atores como Valêncio Xavier emergem em diferentes momentos dessa controvérsia. Outra pessoa que aparece no filme é Fouad. Ele participa da reconstituição de um episódio vivido por ele em 1959 – para ser mais preciso, o momento no qual ele fechou a loja para impedir que sua loja fosse saqueada – e trata ainda da repercussão do caso no Líbano, através da leitura de uma carta recebida por ele alguns dias depois dos incidentes e que trazia um recorte de um jornal libanês que se referia ao conflito ocorrido em Curitiba.

acompanhadas pela narração de um locutor de rádio<sup>94</sup> e entrecortadas por cenas nas quais são feitas reconstituições de incidentes ocorridos durante a “Guerra do Pente” – como, por exemplo, a briga entre o comerciante e o cliente.

Um ponto importante que diferencia este material dos outros citados anteriormente é justamente sua capacidade de reunir uma série maior de pontos de vista ou perspectivas sobre o caso. Nesse sentido, trata-se da forma narrativa, com a qual lidei ao longo da pesquisa, que mais se aproxima à concepção que orienta este texto etnográfico<sup>95</sup>. Sem embargo, a presença do já citado Valêncio Xavier, cujas falas iniciam e encerram o filme, indica a existência de uma forma de conceber os incidentes que acaba inspirando a edição das imagens e funcionando como uma espécie de narrativa principal. Ela ocupa uma posição de destaque na obra, juntamente com o depoimento do comerciante<sup>96</sup> envolvido na briga que marcou o início dos conflitos.

### 2.3. Os depoimentos

Com exceção de uma (sobre a qual eu tratarei na sequência), as conversas cujos trechos aparecerão neste capítulo foram registrados por mim com o auxílio de um gravador e do caderno de campo. Durante os encontros, pedi para que os interlocutores falassem sobre suas trajetórias de vida. Na falta de um *hanging out* mais prolongado, isto me permitiria uma maior familiaridade com aquilo que João de Pina Cabral e Antónia Pedroso de Lima chamam de os “contextos intersubjetivos em que os entrevistados pensam” (PINA CABRAL e LIMA, 2005, p. 358). Eu imaginava inicialmente que o foco desses relatos estaria centrado nas lembranças e formulações sobre o evento. Entretanto, através do contato com esses interlocutores, aprendi rapidamente que coisas como evento e vida se encontravam

<sup>94</sup> Já na segunda cena do filme, um locutor de rádio faz referência à época dos acontecimentos. Ele fala da política dos “50 anos em 5” do então presidente Juscelino Kubistchek, de como o “povo” estava fora daquele processo e do alto custo de vida; das eleições que ocorreriam no ano seguinte; e de coisas populares na época como a música, os carros e outros produtos. O radialista lembra ainda que Curitiba se preparava naquele momento para o natal e menciona a campanha do “Seu talão vale um milhão” que incentivava a população a pedir notas fiscais referentes à compra de produtos no comércio. É possível observar que esta narrativa se baseou numa parte do artigo de Xavier chamada “Panorama visto de hoje” que procurava contextualizar a “Guerra do Pente”.

<sup>95</sup> O diretor aparece no filme, por exemplo, buscando o material jornalístico da época dos incidentes na Biblioteca Pública do Paraná, um trajeto que eu também fiz durante a pesquisa.

<sup>96</sup> Trata-se do único relato registrado desse senhor que faleceu na década de 1990.

misturadas nas suas narrativas. De qualquer maneira, em relação ao caso de 1959 – que é o foco deste capítulo – o que temos são relatos que agregam elementos de formas variadas. Durante a escrita deste capítulo o meu papel foi, sobretudo, o de encontrar uma forma de incorporar essa heterogeneidade, ao invés de interrompê-la com explicações. Passou a ser necessário também apresentar alguns elementos a respeito das entrevistas que permitam ao leitor um contato com os campos de possibilidades a partir dos quais elas foram enunciadas.

A primeira pessoa com quem dialoguei sobre a “Guerra do Pente”, durante o trabalho de campo, foi Fouad. Ele chegou a Curitiba – vindo do Líbano – aos 15 anos, três anos antes da “Guerra do Pente”, e trabalhava na loja do seu tio na região da Praça Tiradentes nos dias de dezembro de 1959. Conversamos pela primeira vez em meados do mês de maio de 2012 na mesquita de Curitiba e nos encontramos várias vezes ao longo da realização da pesquisa. A definição do local da entrevista é, aliás, um indicativo do fato de que Fouad é uma espécie de porta-voz da comunidade muçulmana de Curitiba – algo que pode ser comprovado também pela já citada participação dele juntamente comigo naquele episódio do programa de televisão sobre a “Guerra do Pente”.

Farei referência também a um encontro que tive com Zaki – o avô de Hanibal, um interlocutor que apresentei no capítulo 1 – num pequeno escritório localizado nos fundos de sua loja de sapatos na Praça Tiradentes, no dia 22 de agosto de 2013. Este senhor chegou ao Brasil (também vindo do Líbano) com sua esposa no início da década de 1950 e, no ano de 1959, trabalhava no estabelecimento de seu pai que havia chegado ao país anos antes e prosperado na atividade comercial. Zaki é um dos poucos imigrantes árabes com quem conversei que continua envolvido no comércio na região da Praça Tiradentes até os dias de hoje.

A terceira conversa cujos trechos serão incorporados em seguida ocorreu no dia 1º de outubro de 2012. Nessa data, encontrei o jornalista Luiz Geraldo Mazza – autor do artigo que mencionei há pouco sobre os incidentes – na sucursal do jornal onde ele trabalha e conversamos por cerca de uma hora sobre o tema. Ele me relatou que, no final dos anos 1950, estava no início de sua trajetória como jornalista e que havia participado dos acontecimentos de 1959. De acordo com Mazza, seu envolvimento no caso estava relacionado a uma motivação essencialmente política. Retornarei a esse último ponto num momento mais oportuno.

Em todo caso, no fim daquele nosso encontro, ele me indicou um conhecido seu que estava presente na Praça Tiradentes nos momentos iniciais do conflito. Segundo Mazza, o tal senhor, que se chama Rubens, tinha uma memória boa e poderia me contar alguns detalhes sobre o caso. Eu poderia encontrá-lo na sua loja na Praça Osório (também no centro da cidade)<sup>97</sup> onde fica localizado o seu estabelecimento comercial – um chaveiro. Em meados de janeiro de 2013 (mais especificamente no dia 17), eu fui ao local indicado por Mazza e conheci Rubens. Marcamos uma conversa que ocorreria alguns dias depois ali mesmo na sua loja (dia 23). Naquele primeiro contato, ele mencionou que já havia dado várias entrevistas ao longo do tempo sobre a “Guerra do Pente”. Esse aspecto ou referência é importantíssimo, pois indica que esse senhor tem (ou considera ter) legitimidade para tratar do assunto. O mesmo pode ser dito em relação a Mazza – que eu já ouvi falando sobre o tema durante, por exemplo, o seu programa de rádio<sup>98</sup> – ou o interlocutor que apresentarei no parágrafo seguinte.

A entrevista à qual me referi no início deste tópico e que não foi realizada por mim, foi concedida pelo professor Jamil Zogueib<sup>99</sup> a repórteres da *Gazeta do povo*. Ela faz parte de um projeto intitulado de “Série entrevistas”, que traz conversas com personalidades da vida paranaense. Adoto, no caso deste material, as indicações de Alessandro Portelli (2010), que escreveu um artigo sobre os significados da Guerra do Vietnã, dentro da perspectiva da história oral, utilizando-se de fontes de cunho jornalístico compostas por depoimentos de ex-combatentes. Conforme demonstra Portelli, nesse texto, o fato de os realizadores desse tipo de projeto não se preocuparem com os problemas metodológicos e interpretativos enfatizados pela história oral, não impede que o material por eles produzido seja pensado a partir desta perspectiva. Evidentemente, é essencial que as devidas reflexões sobre as condições e os propósitos de sua realização sejam feitas, além de comparadas e contrastadas às especificidades das outras entrevistas.

No caso dessa entrevista com Zogueib, contamos com informações – ainda que na forma de fragmentos – a respeito de sua biografia, já que, como um produto editorial, a “Série entrevistas” tinha como objetivo agrupar “pequenas e grandes

---

<sup>97</sup> Cf. o mapa do centro de Curitiba da página 40 (FIGURA 5).

<sup>98</sup> Refiro-me aqui ao programa matinal CBN Curitiba 1ª edição, do qual ele participa como analista político.

<sup>99</sup> Zogueib é professor do departamento de psicologia da Universidade Federal do Paraná e, conforme citei anteriormente, escreveu um artigo sobre a “Guerra do Pente” (ZUGUEIB, 2009).

histórias” de personalidades do estado do Paraná. A ideia, segundo seu organizador, todavia, era, através de retratos, explorar a “intimidade, o ofício e a vida pública dos convidados” (FERNANDES, 2011)<sup>100</sup>. O evento aparece na entrevista impressa como uma história entre outras que são contadas por Zugueib. Ainda que seja essencial, a principal delas continua sendo a sua história de vida. Ao longo da entrevista ele constrói sua trajetória, por exemplo, a partir de lembranças, entre outras coisas: da infância e dos estereótipos que lhe eram dirigidos por conta de sua origem árabe, na convivência com os ucranianos num bairro de Curitiba; do dia em que aos 11 anos de idade ele ficou sabendo através de um tio que haviam atacado a loja de um “turco” na região da Praça Tiradentes; e de seu interesse pelo tema das “massas” (FELIX; FERNANDES, 2011, p. 35). Farei menção também a um vídeo que foi produzido como uma espécie de complemento<sup>101</sup> à entrevista escrita, no qual o entrevistado “mostra” a um repórter os locais por onde os incidentes da “Guerra do Pente” se desenrolaram. O foco principal, nesse caso, é claramente o evento<sup>102</sup>.

Além das diferenças de forma, também o conteúdo das conversas é bastante variado. Durante o processo de produção desta dissertação pensei muito sobre como aproximar estas narrativas permeadas por trajetórias e histórias de vida diferentes, a fim de que elas representassem algo mais do que meros relatos autocentrados e, portanto, segregados uns dos outros, como advertem Pina Cabral e Lima (2005, p. 359). É claro que, na perspectiva adotada pela pesquisa, o evento representa uma espécie de matriz ou centro a partir do qual essas trajetórias entram

<sup>100</sup> Como ressalta o jornalista José Carlos Fernandes no prefácio da obra, as entrevistas sempre foram realizadas no território do entrevistado, acompanhadas de um ensaio fotográfico e contaram com a participação de mais de um jornalista. A utilização de ao menos dois entrevistadores por conversa visava, segundo Fernandes, “aumentar a voltagem as perguntas” (FERNANDES, 2011). As entrevistas aparecem no produto final, todavia, sem que sejam discriminadas as vozes dos diferentes entrevistadores envolvidos.

<sup>101</sup> Apesar de não ser mencionado no prefácio da obra – um livro digital que pode ser baixado no site do periódico –, o recurso do audiovisual faz parte da proposta editorial da “Série entrevistas”. No site do jornal, cada entrevista é acompanhada por um link que dá acesso a um vídeo. No caso de Jamil Zugueib, o material foi filmado na região da Praça Tiradentes, onde a “Guerra do Pente” começou.  
Disponível em:  
<http://www.gazetadopovo.com.br/entrevistas/conteudo.phtml?id=1155306&tit=O-Tratado-de-Zugueib>. Acesso em: 13/12/2012

<sup>102</sup> A câmera precisa seguir as indicações do entrevistado quando ele aponta nas direções dos locais e dos fatos que busca reconstruir. É possível observar que há, portanto, no caso do vídeo, um espaço maior para o entrevistado no que tange ao controle não só do conteúdo, mas também da forma. Poderíamos dizer que Zugueib acaba, de certa forma, sendo o “diretor” do vídeo. Isto evidentemente não ocorre no caso do material impresso, que apesar de partir de suas histórias, precisa seguir em maior medida, um formato já previamente estabelecido e passar, provavelmente, por um processo de edição mais extenso. Lembremos que cada conversa faz parte, neste caso, de um conjunto ou coleção de entrevistas com várias outras personalidades.

em contato. Inspirado por Latour (2012), cheguei à conclusão de que ele poderia ser ilustrado mais adequadamente através do formato de uma estrela. Podemos, a partir dessa imagem dos episódios como um centro que se irradia para vários lados, seguir os atores através das definições, das relações e dos contextos que eles mobilizam nas suas coleções.

Evidentemente, cada uma das partes deste trabalho trata de diferentes aspectos desses movimentos. Este capítulo, mais especificamente (que, aliás, ocupa a parte central da dissertação) tem como foco o núcleo da controvérsia, ou seja, o caso de 1959.

### 3. JUSTAPONDO COMPOSIÇÕES

A seguir, a intenção é colocar essas diversas variações a respeito do tema num diálogo. Alguns elementos e temáticas recorrentes, assim como algumas oposições e discordâncias, nos permitirão passar de uma composição para outra<sup>103</sup>. A análise tem, conforme afirmei previamente, esse caráter relacional. As maneiras como os fatos são descritos e relatados nas diferentes narrativas são distintas, mas é possível afirmar que os seguintes elementos formam o núcleo invariante dessa controvérsia: no dia oito de dezembro de 1959, uma briga iniciada em uma loja na região da Praça Tiradentes, no centro de Curitiba, entre um cliente e um comerciante de origem árabe, se torna um evento de violência coletiva de grandes proporções, que somente seria controlado com a intervenção do exército (e a imposição na cidade de uma espécie de estado de sítio).

A partir daí, todavia, tudo é variação. Como as fronteiras entre descrever, contar e interpretar nunca são muito claras<sup>104</sup>, devemos construir nosso relato *a partir e por meio* das diversas formas pelas quais os acontecimentos são narrados. Ao descrever essas elaborações, entretanto, não estamos meramente reproduzindo-as, mas produzindo transformações nelas, *com* elas, e do ponto de vista lógico,

---

<sup>103</sup> Esta forma de relacionar as versões tem como inspiração o encadeamento dos mitos proposto por Lévi-Strauss na obra *O cru e o cozido* – o primeiro volume das *Mitológicas* (LÉVI-STRAUSS, 2004). Apesar de existirem diferenças consideráveis entre esses dois objetos – as versões de um caso de violência, de um lado, e os mitos do continente americano, de outro –, em ambos os casos, podemos observar, por exemplo, tanto um processo de repetição ou variação de certas temáticas, quanto de reutilização de determinados elementos ou trechos em diferentes narrativas.

<sup>104</sup> Conforme aponta Portelli, contar já é um ato interpretativo (PORTELLI, 1996, p. 60).

concomitantemente, estabilizando-as. Estas transformações são, no fim das contas, as operações que permitem sustentar o trabalho etnográfico.

No título da crônica escrita pelo jornalista Luiz Geraldo Mazza e que foi publicada em 1993 – na época do aniversário de 300 anos da cidade –, temos a proposição de que o evento representa um caso de racismo (MAZZA, 2002, p. 1). Vejamos como o autor constrói seu argumento. O texto se inicia com considerações a respeito do cenário onde o conflito começou. As referências feitas ao espaço de uma praça se explicam pelo fato citado anteriormente de o conflito ter se iniciado numa loja que ficava em frente a um local desta espécie, no centro da cidade. Mazza define a Praça Tiradentes como um espaço popular, capaz de conjugar pessoas dos mais diversos tipos e características, mas que ao mesmo tempo se apresentava como especialmente propício para o surgimento de sublevações como a “Guerra do Pente”. De acordo com o autor:

logisticamente a praça Tiradentes era no final dos anos cinquenta principalmente um estuário de toda a movimentação urbana, terminal de transportes, ajuntamento de todas as classes com instituições de marginais como o “Bar dos bandidos”, estudantes, desocupados, prostitutas e malandros (MAZZA, 2002, p. 1).

Depois de uma discussão que havia se iniciado, segundo Mazza, por conta de uma nota fiscal – que um comerciante árabe teria se recusado a dar para um cliente, pois o produto tinha um valor abaixo do requerido para a emissão de nota –, teria ocorrido uma agressão. Depois disso, de acordo com a analogia do autor, “foi o estouro da boiada, ou como dizia o velho Mao-Tse-Tung ‘a fagulha na pradaria’” (MAZZA, 2002, p. 1). A utilização dessa metáfora, retirada de uma fala do líder comunista chinês, me levou a pensar a respeito da ênfase dada, por este interlocutor durante a nossa conversa, à sua própria trajetória de participação e contestação política (no relato, ele se orgulha de ter participado dos acontecimentos de dezembro de 1959, assim como de várias outras “manifestações populares” ao longo da vida). Mais do que falar dos “fatos”, ela nos informa, portanto, a respeito de um ponto de vista.

Durante a nossa entrevista, Mazza disse o seguinte sobre os diferentes interesses e objetivos dos envolvidos – dentre os quais, os seus – nos incidentes de 1959:

**Mazza:** Uns com ideias de que estavam fazendo uma coisa revolucionária, outros com o espírito de baderna, que é o caso da “Guerra do Pentê” [...] Eu me envolvi, mas meu objetivo era outro. Queria alcance político, ideológico... Eu participava de todo e qualquer agito na rua até 1964 [ano do início do regime ditatorial]... Perdi o emprego, tinha família... Não era interessante...

A versão relatada por Rubens se aproxima bastante dessa leitura que fala de uma espécie de orgulho relativo a um certo envolvimento em manifestações ou “agitos”. Concomitantemente, ela ajuda a dar novos contornos a ela. Depois de iniciar sua fala contando que viu o início dos ataques à loja onde a briga entre o cliente e o comerciante havia ocorrido, ele disse o seguinte:

**Rubens:** [...] descemos ali na Praça Tiradentes naquela época né e vimos ali um ajuntamento de pessoas na loja de um turco que tinha ali. Naquela época era tudo turco, né? Hoje é japonês, chinês. E eu fui lá ver o que era e estava a desandar. Um... turco [tinha dado] um tiro em um guarda<sup>105</sup>. [...] Sei lá se era verdade ou não era. E nós como somos até hoje do mesmo partido, nos interessava fazer um volume ali, né?

**Borges:** O Partido Comunista? [Perguntei isso porque no nosso primeiro encontro ele havia dito que tanto ele quanto Mazza tinham uma orientação política de esquerda].

**Rubens:** É, o Partido Comunista<sup>106</sup>. Aí na época interessava para nós e ali eu comecei: “Vamos bater nesse turco” e tal. Não tenho nada contra turco, japonês, contra ninguém. Não tenho nada contra isso aí, mas era o momento propício pra se fazer alguma coisa. E aí começou uma quebradeira, meu caro, que não foi fácil. Não foi fácil e se alastrou e olha foi pedra pra tudo que era lado porque naquela época era pedra, hoje é tiro [...]. E começou a quebrar tudo e no outro dia a mesma coisa [...] Curitiba inteira ficou é... Num certo modo era até apaixonante...

Retornando à crônica escrita por Mazza sobre o caso, após o conflito inicial, surgiram, segundo o autor, vários pontos de tensão pela cidade e ataques a estabelecimentos comerciais de libaneses e sírios, que configuraram “a manifestação, ainda que de forma inconsciente, de um caráter marcadamente racista” (MAZZA, 2002, p. 1)<sup>107</sup>. Mazza menciona, na sequência, a participação de um repórter de rádio que com seus relatos parecia aumentar o que ele define por

<sup>105</sup> O exagero é uma característica dos rumores. Voltarei a esta questão mais adiante.

<sup>106</sup> Num outro ponto da conversa, ele voltou ao assunto e esclareceu que não era filiado, de fato, ao partido, mas que tinha uma orientação política “de esquerda” como Mazza. Rubens mencionou então que fez parte, por exemplo, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um partido que seria criado depois do Golpe de 1964. Essas confusões temporais foram comuns em alguns desses relatos que tratam de acontecimentos tão afastados no tempo.

<sup>107</sup> Numa entrevista que compõe o filme de Lopes, o prefeito da cidade na época – Iberê de Matos –, utiliza a ideia de uma “explosão nacionalista sem nexo” para se referir a esses conflitos.

meio do termo “rebelião”: “é que os repórteres davam a descrição de acontecimentos de vários pontos, o que parecia ampliar as dimensões da área de beligerância” (MAZZA, 2002, p. 1). O autor cita um exemplo da espécie de “relato” que teria a capacidade de inflamar os ouvintes, apesar de suas feições de rumor<sup>108</sup>: “segundo notícias ainda não confirmadas, uma criança de quatro anos teria sido morta a patadas de cavalo na Praça Osório...” (MAZZA, 2002, p. 1).

A seguir, ele trata a respeito do caso de um ataque à residência de uma tradicional família árabe da cidade. Segundo Mazza, um dos locutores de rádio, tomado pela emoção, teria reportado: “Enquanto o povo é espaldeirado nas ruas, há festa na mansão do milionário Calluf’. Como era de origem árabe pagou pedágio, a multidão foi lá e quebrou...” (MAZZA, 2002, p. 1). O autor se refere aqui à festa na qual era celebrada a entrada do filho daquele senhor – um rapaz chamado Emir Calluf – na Ordem dos Jesuítas. Lembro que o episódio da ordenação desse rapaz é noticiado na primeira página do *Diário do Paraná* que foi descrita no início do capítulo (FIGURA 8).

Antes de concluir a crônica o autor cita uma cena que, na sua visão, é representativa do que ele chama do “humor do curitibano” (MAZZA, 2002, p. 1). De acordo com Mazza, um dos tanques de guerra mobilizados para se dirigir à região central da cidade onde se encontravam os focos de conflito

estacou e um cidadão na esquina [de duas ruas centrais] dirigiu-se ao oficial que comandava e delicadamente perguntou se ele queria que o veículo fosse empurrado, que a turma daria logo a mãozinha necessária... (MAZZA, 2002, p. 1).

Essa espécie de anedota é, aliás, mencionada por outras pessoas que propuseram interpretações para o evento de violência coletiva como uma espécie de comprovação do caráter “amorfo” da multidão e de sua falta de organização. Este é o caso da leitura de Valêncio Xavier produzida em 1978. Segundo ele:

<sup>108</sup> No capítulo “The routinization and ritualization of violence” da obra *Leveling Crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*, Stanley J. Tambiah trata a respeito do papel central desempenhado pelos rumores nas mais variadas formas de violência coletiva. Ele menciona o papel dos veículos de mídia de massa ligados a diferentes grupos políticos na propagação desse tipo de narrativa: “[...] partisan newspapers and radio broadcasts by hasty commentators, or even calculating political leaders, can relay unconfirmed reports of incidents, many of them rumors or distortion of facts, and selective information about events [...] Such inflammatory news reaches thousands instantly and travels on the embellishments by word of mouth among gathering crowds.” (TAMBIAH, 1996, p. 236-237).

conta uma testemunha que, um dos primeiros tanques a sair sofre um defeito mecânico, pára, sem poder acompanhar os restantes. A multidão, que até então os vaiava, corre em auxílio dos soldados, empurrando o pesado tanque até que seu motor pegue de novo – episódio que mostra, de maneira clara, a falta de objetivos dos revoltosos [...] (XAVIER, 1978, p. 14).

O filme dirigido por Nivaldo Lopes se inicia também com uma análise de Xavier. Enquanto o escritor caminha lado a lado do diretor, em frente à antiga prefeitura da cidade localizada então na Praça Generoso Marques, ele explica que Curitiba era uma “cidade mais mágica” na época dos acontecimentos. Xavier se refere então a um passado no qual “o poder” era “uma coisa mais isolada” e o “povo estava mais livre”. Naquela época, segundo ele, não havia partidos que tentavam “vigiar o povo” ou que queriam “salvar o povo”. É preciso levar em conta que, ao tratar desse tal passado mágico, o autor estava fazendo uma referência a um “presente” específico (no caso, o meio da década de 1980), um período marcado pelo fim do Regime Militar e o processo de redemocratização do país.

De todo modo, no trecho final do artigo mencionado acima, Xavier se referiu ainda a um dos fenômenos que acompanhamos na primeira parte deste capítulo: à busca por explicações a respeito do que havia ocorrido tão logo o conflito se encerrou. O autor menciona então algumas diferentes perspectivas e leituras feitas por diferentes atores. De acordo com ele, as autoridades interpretaram os eventos como resultado de subversivos “infiltrados na multidão ordeira”. Há também, segundo Xavier “os que freudianamente achavam que a multidão simplesmente libertara seus instintos reprimidos” (XAVIER, 1978, p. 15). Alguns relacionavam os acontecimentos à corrupção política e à carestia<sup>109</sup>. Outros, a uma reação contra a tomada do comércio da região da Tiradentes pelos sírios e libaneses<sup>110</sup>. O autor conclui sua reflexão com uma referência à edição de *Panorama* de 1959 que o aproxima de uma dessas posições ou interpretações. Segundo ele,

<sup>109</sup> Uma entrevista com o jornalista Walmor Marcelino apresentada no filme de Lopes se refere a um contexto marcado tanto pelo sonho do desenvolvimentismo, como por uma realidade de crise econômica. Segundo o jornalista ainda, o caso de dezembro de 1959 surgiu como uma surpresa para a mídia (da qual ele fazia parte). Marcelino citou também a imagem do jornalista alienado daquela época que não via “o grande mundo, o mundo da maioria dos trabalhadores” e completou: “Talvez por isso para nós fosse uma surpresa”.

<sup>110</sup> É interessante observar que o autor menciona antes destas várias interpretações, a ideia de que naquela época – nos anos 1950 – não havia o que ele chama de “sociologiquês” que busca tudo explicar (XAVIER, 1978, p. 15).

seja quais forem os motivos que fizeram Curitiba explodir na Guerra do Pente, a advertência final contida na reportagem de Panorama, de dezembro de 1959, ainda é bastante válida: “a Guerra do pente acabou até o dia que outro pretexto lance o povo na rua para externar seu descontentamento contra a carestia e a corrupção” (XAVIER, 1978, p. 15).

Voltando ao início do texto, observamos que Xavier mobiliza outros elementos que dizem respeito à briga entre comerciante e consumidor. O autor afirma que, segundo algumas testemunhas,

outros dois sírios ajudam Hermede [ele se refere a Ahmed Najjar, o lojista] na agressão ao subtenente [o consumidor] que sai com uma perna fraturada. Do lado de fora da loja, populares assistiam ao bate-boca e a briga, se revoltam e começam a vaiar e atirar pedras [...] (XAVIER, 1978, p. 12).

Outras pessoas que estavam na região engrossariam, de acordo com o autor, a “massa” e passariam a atacar outras lojas da região. No início, segundo Xavier, os ataques tinham como alvo, o que ele chama das lojas dos sírios<sup>111</sup>. Posteriormente, todavia, os participantes passariam, de acordo com o autor, a atacar outras coisas como “carrinhos de pipoca”, o que levou a uma intervenção policial e, em seguida, uma reação ainda mais exaltada da parte que ele define como a “massa revoltada” (XAVIER, 1978, p. 14).

O filme de Nivaldo Lopes, por sua vez, reconstitui o conflito inicial a partir da versão do comerciante. De acordo com Ahmed Najjar – que aparece no filme contando o episódio –, depois de o cliente ter lhe xingado reiteradamente, ele acabou reagindo. Após uma luta corporal, Ahmed teria empurrado o cliente para o chão (na calçada em frente ao estabelecimento), ocasionando a quebra de sua perna. Entretanto, diferentemente da versão retomada por Xavier, ele não se refere à participação de outros comerciantes nesse conflito inicial. Ahmed afirma ainda que, em sua opinião, havia alguma armação por trás da ação do cliente, pois rapidamente uma multidão (oriunda de um bar<sup>112</sup> ao lado) se formou no local. De acordo com ele ainda, o mesmo cliente havia destrutado um comerciante judeu da região alguns dias antes, sem conseguir que este reagisse.

<sup>111</sup> Na realidade, a maioria dos árabes na região era de origem libanesa.

<sup>112</sup> No filme, ele chama o estabelecimento de “Bar Marabá”, mas na época, o nome havia mudado para “Bar Rei”. Segundo uma nota do *Diário do Paraná* do dia 09/12/1959, esse comércio era também de propriedade de um árabe.

Assim como o texto de Xavier citado acima, a narrativa de Franciosi trata acerca da escolha das lojas dos árabes como alvo por parte dos participantes. Essa crônica, entretanto, apresenta a briga inicial na loja de outra maneira. Ela teria, de acordo com a sua versão, sido o resultado de uma recusa do comerciante de atender o cliente. Ao invés de agir da forma convencional que rege este tipo de transação, o árabe teria agredido o cliente e acendido assim “de novo em Curitiba o estopim da revolta popular” (FRANCIOSI, 2009, p. 350). A expressão “de novo” requer uma explicação. Para compreendê-la, precisamos retornar a outros capítulos do livro. Franciosi menciona numa parte da obra que precede esta, outra demonstração de “revolta popular” que havia ocorrido em 1931 contra a Companhia de Força e Luz que tinha o monopólio dos transportes na época. Dezesete anos depois, em 1947, a população se revoltaria novamente, segundo ele, contra o sistema de transporte e o preço das tarifas, gritando, virando e queimando bondes: “parecia – dizem – um autêntico carnaval romano” (FRANCIOSI, 2009, p. 346)<sup>113</sup>.

Esta relação entre “revoltas” que aparece no texto de Franciosi é a base do livro *Sonhos, utopias e armas*. De acordo com os autores, depois da troca de ofensas entre o consumidor e o cliente, que havia resultado na fratura da perna do segundo, “a cidade” explodiu. Isto teria ocorrido, segundo eles, “menos pelo entrevero na frente do bazar do que por uma potencialidade revoltosa que lhe percorria subterraneamente o espírito” (MANFREDINI; ARANTES; SBRAVATI, 2010, p. 118). Evidentemente que tal leitura só é possível na medida em que os diversos casos de violência coletiva são pensados como conectados. No capítulo sobre a “Guerra do Pente”, por exemplo, os autores tratam a respeito de uma “revolta” contra a carestia e o preço da carne que ocorrera sete anos antes na cidade, em 1952. O estopim teria sido a carne e a atitude hostil de um açougueiro para com uma dona-de-casa. Segundo uma notícia do jornal *A Tarde* de fevereiro daquele ano:

o movimento popular foi iniciado no Cajuru e na zona do Prado [bairros da cidade], onde os açougues foram invadidos e depredados, sendo as carnes neles expostas atiradas à rua. Vários açougues ante a aproximação da massa popular, cerraram suas portas, porém estas foram arrebatadas. Iradas com a atitude da polícia, várias mulheres, apanhando carnes espalhadas pela Praça Zacarias, lançaram-nas sobre as autoridades policiais que procuravam acalmar os ânimos das mais exaltadas (apud MANFREDINI; ARANTES; SBRAVATI, 2010, p. 121).

<sup>113</sup> O trecho evidencia, a partir da palavra “dizem” que se trata de uma história que foi contada ao autor, ao invés de ter sido por ele vivida. Aliás, isso é uma característica dessas crônicas que cobrem séculos da história da cidade.

O fato de as revoltas serem pensadas em relação possibilita a existência da ideia de que havia uma “potencialidade revoltosa” – que agiria subterraneamente no espírito “da cidade” –, assim como a sua utilização para explicar o processo de potencialização dos acontecimentos, a partir de um mal-entendido que se tornou um conflito entre dois indivíduos.

A ideia de “revolta” – que implica uma ideia de legitimidade das atitudes dos revoltosos – e a consequente proposição de que existe uma relação entre as várias reiteraões de um mesmo fenômeno, são motivos que aparecem de forma mais recorrente nos textos produzidos ao longo das décadas que analisamos acima. Contudo, eles não são elementos invariantes ou que aparecem da mesma maneira nas interpretações reunidas em outras coleções.

Nas entrevistas realizadas com pessoas envolvidas de alguma forma nos episódios, por sua vez, observamos uma ênfase menor ou até numa rejeição da noção de “revolta”. Por exemplo, de acordo com a versão de Fouad, os participantes dos ataques aos estabelecimentos comerciais formavam uma espécie de “ralé” da cidade. Vejamos de que maneira estes atores são por ele definidos:

**Fouad:** Bem na hora que eles estavam fechando as lojas veio **essa classe**, eu diria, **mais pauperizada**, né? Os **engraxates**, os **jornaleiros** e os que tinham interesse pelo caso e começaram a quebrar. [Teriam dito algo como:] “você ofendeu um brasileiro, você quebrou um brasileiro e você não tem esse direito” e começaram a jogar pedras e pedras e jogar até esvaziaram a loja do seu Najjar. É, chegou a polícia, chegou mais reforço, não pararam e estendeu. Começaram a quebrar outras lojas. Até nossa loja que era na Rua do Rosário [rua que desemboca da Praça Tiradentes], ela foi atingida. Mas não foi atingida por saque. Nós abaixamos as portas, eles conseguiram empurrar até empenar as portas [...] Aí eles arrancaram uma, um poste, não é um poste, uma coluna de madeira de trânsito da época e começaram a empurrar a porta com ela, até ela abrir. Nesse momento nós subimos na parte superior da loja, abrimos uma janela. Era bastante, bastante gente fazendo estrago. Um grupo bem..., tudo que é assim... **o 'resto' de Curitiba estava lá.** [...] Aí nós, eu não fiz isso. Meu tio era mais velho do que eu. A única maneira de nos afastarmos, para não invadir a loja: colocar álcool e incendiar a garrafa e jogar fora. E foi isso que [ele] fez [...] Afastou o pessoal, mas eles foram pra outros lugares. Foram para a Barão do Rio Branco, pra Rua Quinze, Praça Tiradentes. O que eles puderam fazer, eles fizeram. Aí era, me parece que era uma quarta-feira que chegou notícia a Brasília, não ao Rio de Janeiro na época. É, e telefone era difícil e entraram em contato com o embaixador da Síria. Era a República Árabe Unida: união Egito com a Síria. E eles falaram para ele o que estava acontecendo. Aí ele interferiu com um telefonema para o governador Moysés Lupion até entrar uma tropa do exército. A Praça Tiradentes virou uma praça de guerra (grifo nosso).

Como podemos observar, a parte final da fala de Fouad mobiliza termos relacionados mais a uma guerra – envolvendo relações entre Estados, diplomacia, a utilização de forças armadas, etc. – do que uma revolta. Em todo caso, a ênfase de Fouad, no seu relato, está no fato de que os participantes faziam parte de uma classe mais pobre e desprovida de educação. Com a frase “os que tinham interesse pelo caso”, ele parece querer se referir às pessoas que teriam percebido a ação do “turco” na briga como uma ofensa dirigida não só a um indivíduo, mas a um “brasileiro” – algo que ele menciona na frase seguinte. De qualquer modo, ele caracteriza os participantes como o “resto” de Curitiba.

No vídeo produzido para a “Série entrevistas” da *Gazeta do Povo*, o professor Zogueib destaca a existência de um bar de “malandros” (nas suas palavras) próximo ao estabelecimento comercial, o que teria possibilitado a ocorrência da violência coletiva. Ele se refere aos participantes da multidão como uma espécie de “lumpemproletariado”, impulsionado por motivações proto políticas ou por uma espécie de primitivismo sem ideologia clara. Essa parte da leitura do professor está ancorada numa historiografia de inclinação ou inspiração marxista - principalmente no texto “La turba urbana” presente no livro *Rebeldes Primitivos* do historiador Eric Hobsbawm (1983). Esta obra, aliás, é citada por Zogueib durante a entrevista. A utilização de Hobsbawm do termo “pré-político” para tratar de movimentos cujos participantes não chegavam a elaborar um programa ou organização, recebeu críticas, pois, tende a subjugar a temática do comportamento coletivo ao estudo dos movimentos sociais organizados (PAMPLONA, 1996). Interessante, todavia, é que essa referência aparece no artigo e na fala do professor em conjunção com uma leitura da massa inspirada pelas obras clássicas da psicologia das massas como aquelas escritas por Gustave Le Bon e Gabriel Tarde.

De acordo com Zogueib, no entanto, havia uma clara inclinação xenofóbica nos ataques. Ele afirma o seguinte, em resposta a uma indagação feita por um repórter da *Gazeta do Povo*:

**Repórter:** Foi mesmo uma manifestação de rejeição aos árabes na cidade?

**Zogueib:** Claro... Saibam vocês que saiu no jornal do Líbano algo como “quebra-quebra contra os libaneses em Curitiba.” O Gemayel<sup>114</sup> chegou a se

---

<sup>114</sup> Não fica muito claro, mas Zogueib parecia se referir aqui ao político libanês Pierre Gemayel – um dos fundadores do partido de direita Falange (Kataeb) (COSTA, 2006). No artigo que ele próprio escreveu sobre a “Guerra do Pente”, entretanto, o nome citado é o de Gamal Abdel Nasser: “até

manifestar, dizendo: “Libaneses, protejam meus irmãos que estão em Curitiba.” **Os manifestantes gritavam um refrão: “O Brasil é dos brasileiros, não é de estrangeiros.” Havia o preconceito contra o árabe, tachado de fechado, de dinheirista.** (grifo nosso)

Zaki, por sua vez – durante a entrevista que fizemos –, retratou os participantes dos ataques de forma similar ao modo como havia feito Fouad. Depois de tratar da discussão e do confronto entre o cliente e o lojista – que, de acordo com ele, parece ter sido algo programado pelo primeiro para, de algum modo, prejudicar o segundo<sup>115</sup> –, Zaki destacou:

**Zaki:** Aí começou a juntar aqueles que não têm nada pra fazer e [eles diziam] “Vamos quebrar! Vamos quebrar!” E aí começou a quebra. Reuniram tudo o que tinha na praça, todos os vagabundos aí, sem serviço pra roubar e começou. Onde tinha lojas de patrícios, [eles começaram] a quebrar...

Ele mencionou então que um dos seus empregados havia se envolvido nos episódios de uma forma bastante peculiar. Segundo esse senhor, o tal empregado liderava aqueles envolvidos nos ataques indicando quais lojas eram de propriedade de “turcos”:

**Zaki:** Eu tinha um funcionário que trabalhava comigo... Ele andou junto com essa turma indicando onde [tinha] loja de patrício. [...]

Numa conversa que tive com Fouad, alguns dias depois, contei-lhe a respeito do episódio acima e isso o levou a lembrar de outro caso semelhante que tinha ocorrido na Rua Cândido Leão. Lá também, um empregado havia se envolvido nos ataques contra a loja de seu patrão de origem árabe. No capítulo seguinte, retornarei a situações similares e/ou correlatas a estas. Por ora, é preciso salientar que o contato com episódios como estes narrados por Zaki e Fouad nos permite retornar – como no movimento espiral ao qual eu fiz alusão acima – a elementos que

---

mesmo Gamal Abdel Nasser no Egito, o grande líder do mundo árabe na época teria se referido aos fatos em discursos transmitidos pelo rádio e ouvido por todo o Oriente Médio. Ele teria pedido a defesa de seus compatriotas em terras do Brasil.” (ZUGUEIB, 2009, p. 53). Nasser foi presidente do Egito de 1954 até 1958 e da República Árabe Unida (que unia o Egito à Síria) de 1958 até 1970 e era uma importante liderança política ligada ao “movimento pan-arabista”, que tinha como objetivo unificar os países árabes (COSTA, 2006). A suposta participação dele no caso da “Guerra do Penté” foi também apontada por alguns interlocutores com os quais eu conversei.

<sup>115</sup> Zaki disse não saber exatamente quais poderiam ter sido as motivações do cliente para gerar o conflito. Porém, aventou a possibilidade, por exemplo, de que ele poderia ser parente de um empregado do comerciante.

apareceram previamente (i.e., em outras composições) de uma forma mais “genérica”. A partir desse tipo de relação que os aproxima, eles acabam ganhando novos contornos.

No seu artigo sobre o tema, Zugueib (2009), partindo de um diálogo com a literatura clássica de sua disciplina sobre o tema da psicologia das multidões, “explicou” que a “massa” que participou do conflito de 1959 não tinha forma. Podemos subverter tal conclusão, afirmando que ela pode tomar tantas formas quanto permitirem as metáforas, as analogias e as objetificações – extensões de significado, de acordo com a formulação de Roy Wagner (2010). Algo semelhante pode ser dito sobre os outros episódios e atores presentes nas diferentes versões.

#### 4. A CONTROVÉRSIA COMO UM DESENNOLAR E A NOÇÃO DE CONTEXTO

Como pudemos observar a partir do exercício de justaposição realizado até aqui, cada uma das narrativas situa os acontecimentos em certo “contexto”. No início, tal como é apresentado nos jornais, o conflito diz respeito às tensões entre imigrantes árabes e “brasileiros” – há uma ênfase, portanto, nesse antagonismo. Em seguida, ou simultaneamente, ele remete à questão da política (eleitoral), ou surge como um pretexto para expressar posições políticas dos próprios jornais e suas relações recíprocas (falam um ao outro e com o governo, tanto quanto com os leitores). Aqui entram em cena tanto a conjuntura econômica e a corrupção política (até certo ponto esta explicando aquela, e ambas explicando os acontecimentos), quanto uma polarização que coloca povo/revolta vs. populacho/quebra-quebra. No entanto, para que seja possível situar o episódio nesse contexto, é preciso abrir mão, ou deixar de enfatizar, a primeira polarização ou o outro contexto formado pela oposição entre árabes e “brasileiros”.

Isto, por sua vez, abre espaço para outra modulação, que é também outro contexto: o debate sobre a multidão, que já não privilegia mais a conjuntura, mas sim questões mais abstratas – por exemplo, no artigo de Napoleão Teixeira. Essa multidão tem características que a situam junto a outras multidões (portanto, em relação a um contexto distinto). E se as multidões são indiferenciadas, amorfas, e se comportam de forma similar onde quer que estejam, esse contexto também exige abrir mão, ou deixar de realçar as particularidades da situação que possa ter deflagrado sua formação (seja a tensão étnica, seja a política).

Nas narrativas posteriores, outros contextos vão emergindo, mas de certo modo essas novas composições também se alinham com uma ou outra das vertentes anteriores, porém alterando-as ao incorporar diferentes elementos. Quando a “Guerra do Pente” é associada, por exemplo, a outras “revoltas populares” (portanto, a um novo contexto) por Manfredini, Arantes e Sbravati (2010), essa associação se aproxima de um dos polos da oposição povo/populacho dos jornais de dezembro de 1959. Mas nem por isso o sentido é o mesmo, justamente porque o contexto é outro: em vez de determinar as *características* do coletivo – optar por povo ou populacho e daí tirar consequências –, trata-se agora de alinhar este coletivo – definido de saída como “povo”, ou talvez, mais precisamente, “classe” – a outras manifestações populares contra a opressão política, a exploração econômica, etc. Os marcadores étnicos, não têm importância para a revolta de classe e, assim, perdem força ou relevância.

Quando, ao contrário, se diz que foi racismo (por exemplo, Mazza), é novamente o contexto “étnico” que se torna relevante – mas o sentido sofre uma alteração que o diferencia das primeiras referências a um embate entre “turcos” e “brasileiros”. Ele, por exemplo, na tentativa de explicar os incidentes de 1959, cita os distúrbios ocorridos em Los Angeles no ano anterior da escrita da crônica, em decorrência do caso Rodney King<sup>116</sup>. Esta formulação, por sua vez, também é diferente de outra que aciona elementos similares: a narrativa de Fouad que introduz, nessa polarização, uma diferença que também é, por assim dizer, de classe (mas “classe” aqui não tem o sentido político da versão acima): os ataques, embora dirigidos aos árabes, não representavam um movimento racista ou xenofóbico generalizado, mas foram perpetrados por uma rale oportunista (o “resto” de Curitiba). Portanto, outro contexto.

Enfim, se esse tipo de raciocínio faz sentido, o resultado ou consequência, num primeiro momento, é a dissolução da noção (ou de certa noção) de contexto, seguindo Latour (2012). Pois se trata justamente de fazer notar que o contexto não é algo exterior e relativamente estável que determina ou influencia certos desdobramentos<sup>117</sup>, mas, ao contrário, é *efeito* de certa forma de agregação, ou de

<sup>116</sup> Mazza se refere aqui ao caso dos ataques que se espalharam por aquela cidade norte-americana a partir das agressões perpetradas pela polícia a um rapaz negro em 1992.

<sup>117</sup> Conforme destacou Arjun Appadurai, “contexto continua a ser uma ideia mal definida, um conceito inerte indicador de um ambiente inerte. Quando os antropólogos sociais apelam ao contexto, é geralmente num sentido mal compreendido do quadro social em que é possível entender

certa *relação* priorizada pelos atores. O contexto é parte da própria narrativa e é fabricado por ela, depende daquilo que se relaciona e como – logo, um e outra não podem existir de forma independente. Nesse sentido, a própria distinção entre “contexto” e “evento” também parece se diluir. Afinal de contas, como determinar onde termina um e começa o outro? Isso, todavia, pode conduzir à recuperação da noção de contexto, agora no sentido dado a ela por Wagner (2010). Na definição do autor, “contextos” são ambientes dentro dos quais elementos simbólicos se relacionam entre si, e que são formados pelo ato de associá-los (WAGNER, 2010, p. 78).

Ao longo da pesquisa, conversei com muitas pessoas que vivem em Curitiba e que nunca tinha ouvido falar do caso. É preciso considerar que além do fato de que muito tempo se passou, a cidade cresceu bastante e sua população se modificou. Hoje, ela é composta por pessoas vindas de vários lugares diferentes com outras referências e histórias. Dado que, conforme aponta Wagner, “a comunicação e a expressão só serão possíveis na medida em que as partes envolvidas compartilham e compreendem esses contextos e suas articulações” (WAGNER, 2010, p. 78), a seguinte questão surgiu para mim: qual seria, ou melhor, quais seriam os contextos da “Guerra do Pente” hoje?

Talvez a descrição de um exemplo bastante concreto seja uma boa forma de tentar responder essa pergunta. Durante o ano de 2013, estive em cartaz num espaço cultural que fica a aproximadamente 200 metros da Praça Tiradentes<sup>118</sup>, uma exposição intitulada *Anos 1950: identidades*<sup>119</sup>. Concebida sob a coordenação do professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Magnus Roberto de Mello Pereira, ela era composta, sobretudo, por uma série de fotos de moradores de Curitiba daquela época (negros, asiáticos, japoneses, mulatos, árabes, brancos). Essas imagens foram colocadas ao lado de frases retiradas de obras acadêmicas da época como *Um Brasil diferente*<sup>120</sup> de Wilson Martins, que enfatizavam a especificidade do Paraná como um lugar “diferente” do resto do país (por conta do grande número de imigrantes europeus que haviam

---

plenamente ações ou representações específicas” (APPADURAI, 2004, p. 248, 249).

<sup>118</sup> Refiro-me à Casa Romário Martins localizada na região do Largo da Ordem, conhecida como o *Centro Histórico* de Curitiba. Essa exposição estreou em março de 2013 e permaneceu em cartaz até novembro do mesmo ano.

<sup>119</sup> Seus realizadores criaram um blog que reúne alguns dos materiais e fotos utilizadas e que está disponível em: <http://anos50identidades.blogspot.com.br/>. Acesso em: 06/11/2013.

<sup>120</sup> Livro publicado originalmente em 1955.

vindo para cá). A ideia da exposição era, em certa medida, demonstrar que as pessoas que viviam na capital eram mais parecidas com aquelas que residiam em outras cidades e/ou estados do Brasil do que se imaginava ou, para ser mais exato, do que era propagado por uma intelectualidade local da época.

No fim do percurso da exibição, uma sala pequena – que ocupava o centro do também pequeno museu – procurava reproduzir o balcão do “Bazar Centenário” (a loja onde o caso que estamos acompanhando começou). Além dos elementos do cenário que fazem referência aos produtos que eram vendidos no estabelecimento (penteados, prendedores de roupa), as paredes do espaço foram cobertas por capas de jornal referentes à “Guerra do Pente”. Vídeos, dentre os quais aquele que citei anteriormente, no qual o professor Zogueib discorre sobre o caso e o filme dirigido por Nivaldo Lopes, eram exibidos numa tela de televisão. Tanto os episódios de 1959, quanto os outros que formam a exposição figuravam, portanto, nesse contexto<sup>121</sup>, como um lembrete das contradições por trás da imagem de um suposto “Brasil diferente”.

O exemplo acima nos mostra, portanto, uma forma muito específica pela qual a “Guerra do Pente” continua a fazer parte de determinados contextos. Outras podem ser: artigos de jornal sobre os fatos marcantes da história da cidade, programas de televisão, trabalhos acadêmicos, a organização de debates sobre a temática, etc. No final do mês de abril de 2014, aliás, consegui finalmente entrar em contato com uma pessoa chamada Elísio Marques<sup>122</sup>, que havia organizado um desses debates sobre a “Guerra do Pente” alguns anos antes na Biblioteca Pública do Paraná. Esse senhor, que é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, é mais um agente nesse movimento de versões. Depois de enfatizar bastante a participação dos estudantes nos incidentes<sup>123</sup>, ele destacou o seguinte a respeito do caso durante um encontro que tivemos nessa mesma instituição:

**Elísio:** Eu costumo dizer, inclusive nessa palestra da Biblioteca eu falei [...] Foi a primeira vez que houve em Curitiba, a união de três forças populares:

<sup>121</sup> É interessante como um espaço como esse – um museu – pode ser uma materialização e, ao mesmo tempo, uma representação muito apropriada do conceito ao qual estou me referindo. Eu diria que, como a exposição, um contexto é, portanto, uma coleção.

<sup>122</sup> Elísio Marques é um juiz de direito aposentado de 69 anos de idade. Ele era estudante na época – tinha 14 anos de idade – e estava envolvido com a rádio da União Curitibana dos Estudantes Secundaristas (UCES).

<sup>123</sup> Conforme ressaltou Elísio, a entrada dos estudantes no segundo dia de conflitos estava relacionada à suspensão das aulas nas escolas da cidade, algo que teria sido um pedido do Arcebispo da cidade.

os estudantes, os operários e o que eu chamo de lumpesinato, mas a *grosso modo* é o povo em geral, as classes populares. Tanto assim que quando ela [a “Guerra do Pente”] fez quarenta anos – e vai fazer nesse ano 54 [...] – nós fizemos um evento na Central de Movimentos Populares, porque quer me parecer que foi o primeiro movimento popular que houve em Curitiba...

É interessante observar que, devido a essa especificidade salientada por Elísio – de a “Guerra do Pente” poder figurar como o primeiro movimento popular da cidade –, o caso acaba sendo capaz de ocupar um lugar de relevância neste contexto dos movimentos populares<sup>124</sup>. Estamos, nesse caso, portanto, mais próximos da leitura analisada anteriormente do livro *Sonhos, Utopias e armas*. Evidentemente que esse alinhamento, como todos os outros observados, implica um apagamento ou uma perda de força de certos aspectos envolvidos no tema como a questão do conflito étnico, por exemplo.

Enquanto conversávamos naquele dia – 22 de março de 2014 – numa sala do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, fomos interrompidos por um homem de idade bastante avançada (ele me parecia ter em torno de 80 anos). Segundo Elísio, aquele senhor havia, coincidentemente, patrocinado o filme feito na década de 1980 sobre os incidentes de dezembro de 1959. Conforme destacou o meu interlocutor, em seguida, esse material é central para a continuidade das discussões acerca do tema:

**Elísio:** o filme tem sido o grande chamariz por ocasião dos trinta anos, dos quarenta anos, dos cinquenta anos [ele se refere aqui aos encontros nos quais o caso de 1959 é debatido por ocasião de seu aniversário].

O diretor do filme, aliás, me contou, quando nos encontramos, que desde o lançamento da obra, há quase trinta anos, ele tem sido constantemente procurado para tratar do assunto. Nivaldo ressaltou que ele recentemente havia sido chamado, por exemplo, para participar de cursos de formação para professores da rede estadual de Curitiba com a finalidade de apresentar a temática. A ideia por trás desses convites é que o caso de 1959 seja tratado por esses educadores nas salas de aula como parte integrante da história da cidade (através do uso do filme). Enfim,

<sup>124</sup> Aliás, a convite de Elísio, eu participei de uma reunião do Arquivo Manoel Jacinto Correia (o nome da instituição faz referência a um líder do Partido Comunista Brasileiro que esteve envolvido com a questão de Porecatu), ocorrida no final de abril de 2014. Nessa oportunidade, ele falou a respeito da possibilidade de nós dois participarmos no futuro de uma palestra sobre a “Guerra do Pente” a ser realizada nas dependências desta instituição.

é possível notar que a “Guerra do Pente” segue em movimento a partir dessas associações muito particulares de pessoas (como Elísio) e coisas (como o filme).

Eu gostaria de fazer uma última consideração a respeito das formas narrativas apresentadas neste capítulo: fui percebendo ao longo da pesquisa que esses “novos” contextos da “Guerra do Pente” dependem, de uma maneira ou de outra, das conexões que são capazes de fazer com certas experiências específicas de pessoas que viviam na cidade na época. Lembro que a minha própria participação no programa de televisão, citada na introdução, foi complementada ou substanciada pela presença de um dos meus interlocutores – Fouad. A presença de Ahmed e de outros interlocutores no filme de Lopes seria mais um exemplo desse fenômeno<sup>125</sup>. De todo modo, assim sendo, as memórias e o movimento de narrativas poderão encontrar um fim brevemente, a menos que o tema passe a fazer parte do currículo escolar, como parece estar começando a acontecer. Nesse caso, a conexão direta com pessoas da época deixaria de ser fundamental. Ao mesmo tempo, contudo, o ingresso na escola tenderia a produzir uma versão “oficial” – o que também seria uma forma de “morte” da “Guerra do pente” e de seu potencial de sustentar diferentes versões, imaginações e propósitos.

\* \* \*

No presente capítulo, eu procurei tratar de diferentes conjuntos de composições produzidas a respeito do caso de violência coletiva de 1959. Através de justaposições pudemos observar a presença de algumas regularidades, mas também de grandes variações. Como destaquei anteriormente, esta multiplicidade observada nos diferentes materiais demandou um tratamento que não implicasse em sua redução, mas que ao contrário, possibilitasse um processo de incorporação. Durante a produção deste relato, núcleos de significados e elementos recorrentes foram emergindo e, como pudemos observar, permitindo que determinadas relações e, sobretudo, contextos fossem sendo descritos.

Como mencionei no fim da introdução, devido ao fato de que um trabalho como esse pressupõe um trajeto particular que é percorrido durante a pesquisa, ele

---

<sup>125</sup> O caso de Elísio e o de Mazza, por exemplo, apesar de serem diferentes na medida em que eles próprios vivenciaram o caso, funcionam sob a mesma lógica. Esses atores são capazes, entretanto, eles mesmos, de produzir reflexões sobre o caso que então se tornam públicas, seja através de debates, de formas narrativas que são publicadas, etc.

será sempre marcado por um sentido de incompletude. Esse tipo de processo de conhecimento, que é inevitavelmente permeado por determinadas escolhas, contatos, questões, etc., resulta na abordagem de certas temáticas e não de outras. Em suma, é impossível estar em todos os lugares – que, como vimos nesse capítulo, são muitos – e se relacionar com todos os interlocutores possíveis da mesma maneira ou com o mesmo grau de profundidade.

No capítulo seguinte, meu objetivo é tratar de forma mais aprofundada de um desses contextos que surgiram durante o trabalho de campo, algo que está relacionado aos contatos que fiz com os comerciantes de origem árabe e às versões que surgiram a partir desse ponto específico. Inicialmente, eu descrevo um processo interpretativo que ocorreu simultaneamente, ou em alguns casos, até mesmo antecedeu o que foi descrito até aqui. Refiro-me às interpretações feitas durante os incidentes por aqueles mais diretamente envolvidos nos ataques. Como veremos, elas estão relacionadas a determinados elementos que apareceram de forma recorrente em diversas leituras dos acontecimentos: os estereótipos. A questão da possibilidade de irrupção de conflitos nas relações no comércio – algo que também emergiu durante o trabalho de campo em associação tanto com esses estereótipos, quanto com o caso de 1959 – será então objeto de reflexão. Conforme destaquei na introdução, esses temas remetem à questão mais fundamental da produção de um determinado tipo de imigrante, ao longo do tempo e a partir de determinados espaços.

### CAPÍTULO 3 - ESTEREÓTIPOS, CONFLITOS E INTENÇÕES

Durante o trabalho de campo, entrei em contato com algumas narrativas que remetiam a um processo de aprendizagem pelo qual haviam passado aqueles interlocutores de origem árabe com os quais eu conversava, tanto em relação às maneiras de conviver com estereótipos, quanto às interações no comércio. Neste capítulo, eu trato a respeito do(s) uso(s) de estereótipos, de respostas ou reações a estes usos, assim como da potencial emergência de conflitos decorrentes desses contatos<sup>126</sup>.

O ponto de partida são as representações relativas aos “turcos” presentes nas versões sobre os episódios de dezembro de 1959. Busco inicialmente recuperar a historicidade dessas formas de essencialismo através de referências relacionadas ao processo de vinda de imigrantes de origem árabe para o Brasil, assim como ao espaço concreto de uma praça de comércio que foi apresentada no capítulo 1 e que aqui é concebido a partir de uma aproximação com o conceito de *stereotopoï* adotado pelo antropólogo Didier Machillot. Em seguida, apresento algumas formas, citadas pelos meus interlocutores, de lidar com os atos de estereotipagem e com a possível irrupção de conflitos nas relações cotidianas no comércio.

Eu gostaria, todavia, de iniciar a reflexão retomando uma situação ocorrida durante a pesquisa de campo que me possibilitou entrar em contato com um conjunto de cenas muito peculiares. Essas narrativas são capazes tanto de sintetizar a importância dos estereótipos – e a noção de intencionalidade que os acompanha – para a deflagração e o desenvolvimento do caso de violência coletiva ocorrido no final de 1959, quanto de apontar a existência de um processo interpretativo concomitante, ou mesmo anterior, àquele realizado pelos jornalistas que pudemos acompanhar no capítulo anterior.

---

<sup>126</sup> O foco do capítulo está, portanto, numa dimensão do cotidiano que John Comerford (2003), inspirado por Marcel Mauss e pelos antropólogos “mediterrânicos”, chamou de “agonística”. O autor utilizou esse termo para se referir às tensões e aos antagonismos que se escondiam por trás da fachada do “aqui todo mundo se dá bem” no âmbito das relações entre famílias que participavam de um sindicato rural na região da Zona da Mata Mineira. (COMERFORD, 2003)

## 1. O ALFAIATE, O CARRO DE FRUTAS, O TERNO E A HISTÓRIA DOS SAPATOS

Através dos jornais da época, pude recolher algumas referências de pessoas que teriam participado dos incidentes, dentre os quais um rapaz então com 20 anos de idade, que havia sido interrogado pela polícia e cuja ocupação era de alfaiate. Como se tratava de uma profissão bastante específica, imaginei que fosse mais fácil contatá-lo.

Na lista telefônica, encontrei o endereço de uma alfaiataria de propriedade de uma pessoa com o mesmo nome no centro da cidade e, no dia 13 de setembro de 2012, me dirigi ao edifício onde o estabelecimento se localizava. Lá fui atendido por um senhor de cerca de 80 anos. Contei-lhe a respeito da minha pesquisa sobre a “Guerra do Pente” e mencionei que havia encontrado uma referência com o seu nome nos jornais de 1959. O alfaiate confirmou que se tratava, de fato, do mesmo nome, porém, a idade da pessoa citada no jornal não correspondia com a dele – havia entre os dois, segundo a sua versão, uma diferença de cinco anos. Contudo, ele disse que vivia na cidade na época dos acontecimentos e que trabalhava como alfaiate na Rua Riachuelo (uma rua nas adjacências da Praça Tiradentes onde o conflito se iniciou).

Perguntei então se ele porventura sabia algo a respeito do que havia ocorrido no dia 08 de dezembro de 1959, quando os ataques começaram. De acordo com o alfaiate, os rumores que circularam na época contavam que um “turco” – como ele se referiu ao lojista árabe – havia atingido um cliente com uma barra de ferro utilizada para fechar a porta do estabelecimento. Essa versão era distinta das outras com as quais eu havia entrado em contato através dos jornais, por exemplo, e que se referiam, sobretudo, a uma luta corporal que teria ocorrido entre as partes e resultado na fratura de um das pernas do freguês. Em todo caso, no “contexto” desse boato citado pelo meu interlocutor, a atitude do comerciante se apresentava de uma forma especialmente violenta e ilegítima. Como destacou Tambiah, na sua obra que analisa vários incidentes de violência coletiva ocorridos no sul da Ásia, “at a time of charged emotions, such reports, repeated again and again, are seen as highly credible, although subsequently recognized, after the storm to be improbable” (TAMBIAH, 1996, p. 236).

Mencionei o fato de eu ter encontrado referências nos jornais a gritos de “Viva o Brasil!” pelos participantes durante os ataques e perguntei o que ele pensava sobre

aquilo. Na opinião do alfaiate – que afirmou ter visto a multidão enquanto saía do trabalho –, tal atitude fazia sentido, pois, nas suas palavras, um “brasileiro tinha sido atacado”. Para ele, portanto, era como se a ação injustificadamente violenta do lojista estrangeiro justificasse uma reação da parte de indivíduos pertencentes a uma coletividade que se via, de certa forma, atacada. Enfim, um conflito como aquele, pela maneira como teria transcorrido na versão espalhada por meio dos rumores<sup>127</sup>, não se restringia mais somente a dois indivíduos.

Na sequência, o alfaiate rememorou outros dois episódios ocorridos naqueles dias. O primeiro dizia respeito a um dado momento do conflito no qual a multidão derruba um carrinho de frutas, apenas para colocá-lo de pé novamente, logo em seguida. De acordo com ele, a atitude contraditória dos participantes poderia ser explicada pelo fato de eles terem rapidamente percebido que o carrinho não era de propriedade de um “turco”<sup>128</sup>.

FIGURA 9 – AMBULANTE E CARRINHO DE FRUTAS (FOTO: ARTHUR WISCHRAL, JUNHO DE 1953).



ACERVO: CASA DA MEMÓRIA

<sup>127</sup> Um rumor pode funcionar, segundo Tambiah, como uma profecia auto-realizável: “the panic and fury rumors cause lead to the perpetration of horrendous acts of the very kind attributed to that enemy” (TAMBIAH, 1996, p. 237).

<sup>128</sup> Alguns imigrantes árabes tinham, na época, um envolvimento com o comércio desse tipo de produto, como vimos no primeiro capítulo.

Mostrei a foto acima para Fouad e ele disse que o menino retratado era seu primo. Os dois outros homens, segundo ele, também eram imigrantes de origem árabe.

O segundo, por sua vez, envolvia um conhecido dele que residia num bairro afastado do centro da cidade e que havia decidido ir à região da Praça Tiradentes para assistir o conflito, trajando um terno que acabara de mandar fazer com o alfaiate. Chegando lá, todavia, ele seria atacado por pessoas que o teriam confundido, devido a sua fisionomia, com um “turco”.

Algumas conclusões podem ser esboçadas a partir da comparação dos dois incidentes mencionados por este interlocutor: em primeiro lugar, ambos, evidentemente, envolvem o mesmo personagem – o “turco”; em segundo lugar, ambos se referem, a meu ver, à ideia de uma busca por alvos específicos por parte dos envolvidos. Há um grau de ordenamento no caso desses fenômenos aparentemente desordenados e caóticos, conforme apontou Tambiah e já havia observado Natalie Zemon Davis<sup>129</sup>; por fim, tanto um quanto o outro indica a existência de uma espécie de processo interpretativo que precisava ser empreendido por aqueles que participavam dos ataques. Fundamentalmente, esse exercício instantâneo de “leitura” tinha como objetivo determinar se dada pessoa era ou não um “turco”, ainda que esta conclusão pudesse ser logo em seguida refutada, como o primeiro caso assinala.

Esse processo interpretativo me remeteu, aliás, a algo que eu havia encontrado numa reportagem sobre o caso. Refiro-me a uma fotografia publicada numa matéria a respeito da “Guerra do Pente” presente na edição de *O Cruzeiro*<sup>130</sup> do dia 26 de dezembro de 1959. Ela trazia um senhor carregando nas costas um cartaz que dizia, segundo a legenda que a acompanhava: “Este cara é turco. Pode dar nele!” Na imagem [que me mais parece uma caricatura do que uma fotografia] o “turco” aparece com o rosto virado para o lado esquerdo, o que permite a exposição de metade de sua face. Ele tinha um nariz grande, usava um chapéu e um bigode (FIGURA 10).

<sup>129</sup> A seguinte afirmação da historiadora sobre casos de violência na França do século XVI é capaz de evidenciar esse caráter relativamente ordenado do comportamento coletivo: “we may see violence, however cruel, not as random and limitless, but as aimed at defined targets and selected from a repertory of traditional punishments and forms of destruction” (DAVIS apud TAMBIAH, 1996, p. 231).

<sup>130</sup> Conforme citei no capítulo anterior, *O Cruzeiro* fazia parte do conglomerado de mídia dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Na época, ela era o periódico semanal de maior circulação no país.

FIGURA 10 – FOTO PUBLICADA NA REVISTA O CRUZEIRO DE 26/12/1959



FONTE: ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Ainda no início da nossa conversa, o alfaiate me relatou outro episódio que também trazia o mesmo personagem, mas que, diferentemente das cenas citadas acima, não tinha acontecido durante a “Guerra do Pente”. Essa pequena narrativa se apresentaria para mim como um indício de um processo mais complexo. Anotei-a da seguinte forma:

*um homem comprou um par de sapatos na loja de um “turco” no centro da cidade. Ao chegar em casa e abrir a caixa com o produto, contudo, percebeu que, dentro dela, havia somente um sapato. No dia seguinte, então, ele revolve retornar ao local onde o estabelecimento se encontrava para reclamar. Chegando lá, todavia, depara-se com um problema de difícil solução: as várias lojas dos “turcos” naquela rua eram todas “iguais” e se tornava impossível saber onde exatamente ele havia realizado a compra (Caderno de campo, 13 de setembro de 2012).*

À medida que eu me debruçava sobre o registro daquela estranha historietta no meu caderno de campo, eu me perguntava acerca de seu(s) significado(s) e sua forma.

Ela terminava com uma referência à impossibilidade do cliente de completar uma troca mercantil satisfatória<sup>131</sup> e tampouco de conseguir qualquer tipo de ressarcimento ou reparação por isso. Esse problema, por sua vez, decorria de uma ideia de homogeneidade referente aos “turcos” e ao gênero de comércio no qual estavam envolvidos. Por algum motivo, a moral da história parece ser: é preciso ter cuidado ao comprar algo na loja de um “turco”.

Por um lado, a história dos sapatos se distinguia das outras relatadas pelo alfaiate pela sua aparente atemporalidade. Certamente seria possível iniciá-la com uma expressão como “Era uma vez...” ou algo do gênero. Por outro, ao narrá-la, o meu interlocutor – um senhor, a propósito, um pouco tímido e de poucas palavras – esperava que ela provocasse em mim uma risada, ou, ao menos, um sorriso que indicasse compreensão. Esta expectativa da parte dele, contudo, seria justamente o elemento que me faria relativizar ou mesmo duvidar da pretensa falta de temporalidade daquela narrativa. Voltarei a esse ponto mais oportunamente. Antes, no entanto, uma discussão sobre a especificidade da noção de “estereótipo”, a partir de um diálogo com algumas perspectivas antropológicas, se faz necessária.

## 2. SOBRE A CATEGORIA “ESTEREÓTIPO”

No capítulo “A prática dos estereótipos” da obra *Intimidade Cultural*, Michael Herzfeld (2008) refletiu a respeito da recusa dos antropólogos de levar a sério o uso dos estereótipos por seus interlocutores. Essa postura, segundo ele, está relacionada ao fato de os pesquisadores desse campo de conhecimento perceberem a si mesmos como agentes cuja atividade busca se contrapor a quaisquer formas de preconceito racial ou cultural. Como destaca o autor, todavia, não é necessário aprovar atos de

---

<sup>131</sup> Lógica semelhante apareceu nas falas de outros interlocutores não-árabes durante a pesquisa de campo. Outro exemplo seria o seguinte: uma pessoa que vai numa loja de “turcos” em busca de uma camisa de um tamanho X. Mesmo não tendo a medida específica o comerciante a faz provar um tamanho maior (X + 1) e olhar-se no espelho. O cliente só percebe que a peça de roupa é grande demais quando volta a prová-la em casa. Isso é explicado pelo fato de o “turco” ter segurado o excesso de tecido na parte de trás (sem que o comprador percebesse ou aparecesse no espelho) para dar a impressão de que a tal peça servia perfeitamente.

estereotipagem para investigá-los. Devemos simplesmente partir da admissão de que eles são utilizados estrategicamente no cotidiano<sup>132</sup>.

Recorrentemente durante o trabalho de campo, aliás, eu me via numa posição bastante peculiar relativa aos usos de estereótipos e rótulos ou categorias de identidade. Várias vezes ao apresentar o tema da pesquisa para diferentes interlocutores de origem não-árabe, eu me referia, por exemplo, aos árabes ou sírio-libaneses e eles constantemente me corrigiam. Era como se, de certo modo, eles estivessem me criticando por minha atitude “politicamente correta”. É possível afirmar que no âmbito daquilo que Herzfeld (2008) chamou de a “intimidade cultural” o termo a ser empregado para tratar a respeito daqueles imigrantes era “turco” e não sírio, libanês, árabe, etc.

Num artigo recente, o antropólogo Didier Machillot (2012) propôs uma tentativa de teorização da noção do “estereótipo” – algo que, na sua visão, Herzfeld não havia feito<sup>133</sup>. Conforme apontou Machillot, o estereótipo é ao mesmo tempo um fenômeno: linguístico, cognitivo, social, cultural e simbólico, psicológico, geográfico e histórico<sup>134</sup>. Ele destaca que tais formas de essencialismo: criam fronteiras simbólicas (através da construção de distinções entre um dado “nós” e um ou mais “outros”); podem ser positivas ou negativas, dependendo da situação na qual são empregadas; parecem evidentes e naturais no âmbito do senso comum; e finalmente, são socialmente úteis, pois, segundo Moliner, Rateau e Cohen-Scali (apud MACHILLOT, 2012, p. 82), permitem não só a categorização de certos conjuntos de indivíduos, mas também a justificação e a legitimação de determinadas condutas.

<sup>132</sup> De acordo com Herzfeld, “privar os ‘outros’ da capacidade de estereotipagem, não reconhecer no terreno essas estratégias essencializadoras em que todos os grupos humanos participam, é um retrocesso condescendente à alteridade do bom selvagem” (HERZFELD, 2008, p. 269).

<sup>133</sup> Machillot reconhece Herzfeld como o primeiro antropólogo “à avoir posé les jalons d’une étude *anthropologique* des stéréotypes [...]” (MACHILLOT, 2012, p. 77, grifo do autor), mas destaca a necessidade tanto de uma definição mais precisa do conceito, quanto de uma atenção ao funcionamento do processo de estereotipagem enquanto uma forma de categorização. No seu texto, o autor procura fazer isso a partir de um diálogo com uma literatura mais recente sobre o tema. Ele se apóia, por exemplo, nas reflexões do sociolinguista Henri Boyer e de psicólogos sociais como Pascal Moliner, Patrick Rateau, Valérie Cohen-Scali, Vincent Yberbyt, Craig McGarty e Russell Spears.

<sup>134</sup> Citando a formulação de Moliner, Rateau e Cohen-Scali, ele ressalta que os estereótipos são: “‘structurées’, ‘partagées’, ‘collectivement produites’ et ‘socialement utiles’” (MOLINER; RATEAU; COHEN-SCALI, apud MACHILLOT, 2012, p. 81). Eles, ao mesmo tempo, colocam ordem no mundo, reduzem a atividade cognitiva e se acomodam aos valores de um determinado grupo (YZERBYT, MACGARTY, SPEARS apud MACHILLOT, 2012).

Um ponto de convergência fundamental entre Machillot e Herzfeld diz respeito à necessidade de que esses fenômenos sejam recuperados a partir de desenvolvimentos ou historicidades específicas. Nas palavras do primeiro,

le stéréotype a une filiation, une histoire. Il est non seulement soumis à un contexte mais s'inscrit dans un temps spécifique. Il n'est plus dès lors une forme figée au sens strict du mot, tout au plus relativement stable, metastable, n'évoluant de façon générale et significative que sur le long terme quoique toujours, dans son usage quotidien, soumis à des interprétations, à des variations individuelles qui relevant une *histoire en train de se faire* (MACHILLOT, 2012, p. 93).

Isto posto, eu gostaria de retornar à minha dúvida, mencionada anteriormente, acerca da inexistência da variável temporal no caso da história dos sapatos. É razoável supor que o fato de eu não ter vivido na cidade na época dos acontecimentos, não tenha permitido que eu compreendesse mais adequadamente a anedota contada pelo meu interlocutor. A ideia da homogeneidade das lojas dos “turcos” que aparece naquela narrativa, por exemplo, deve fazer mais sentido para alguém que viveu numa conjuntura na qual aquele tipo de comércio era mais predominante em determinada região. Seguindo a lógica exposta por essa proposição, o exercício de recuperação da historicidade do estereótipo do “turco” se torna especialmente relevante.

Há, entretanto, outra variável importante a ser considerada. No final de seu artigo, Machillot aponta para a necessidade de uma teoria daquilo que ele chama de os *stereotopoi*: os “lugares” – espaços identitários, relacionais e históricos, na definição de Marc Augé, recuperada por ele – dos estereótipos. O autor cita o caso de ambientes reservados para homens no México como as “cantinas”, os estádios ou salas de boxe, como exemplos de *stereotopoi*, porém enfatiza que eles podem compreender mais amplamente, uma região, como é o caso do estado de Jalisco também no México, um lugar que pertence a um imaginário cinematográfico associado a traços característicos como a tequila, a masculinidade e a violência, etc. (MACHILLOT, 2012, p. 93-94).

Em síntese, Machillot se refere a espaços concretos de tamanhos variáveis, mas que são tanto estáveis quanto codificados do ponto de vista identitário, relacional e histórico. Na sequência, a minha intenção é recuperar a historicidade do estereótipo ligado à ideia do “turco”, a partir de uma referência tanto a um processo histórico mais

geral – relacionado à vinda de imigrantes árabes para o Brasil –, quanto ao caso mais específico de um espaço de comércio da cidade de Curitiba.

### 3. A HISTORICIDADE DE UM ESTEREÓTIPO E AS ESPECIFICIDADES DE UM ESPAÇO IDENTITÁRIO

A figura do mascate emergiu no fim do século XIX no país como um protótipo que mais tarde se tornaria a base para a criação de representações a respeito dos árabes. Conforme salienta o historiador André Gattaz, o mascate enraizou-se

no imaginário popular como o estereótipo do imigrante sírio-libanês [...], carregando ao mesmo tempo atributos positivos como perseverança, coragem e honestidade, e negativos, como oportunismo suspeito, o fato de muitos serem ‘maometanos’ e a desonestidade [...] (GATTAZ, 2012, p. 103).

Esse protótipo poderia servir, portanto, como uma base positiva ou negativa. Em meados da década de 1930, no contexto de uma campanha da Ordem dos Advogados do Paraná contra a vinda de imigrantes iraquianos para o estado, por exemplo, a atividade dos mascates e os próprios imigrantes árabes eram atacados num artigo de jornal e definidos como prejudiciais para a economia do país. Observamos um exemplo desse tipo de representação negativa nas palavras de um dos envolvidos no processo, o Dr. Souza Araújo: “bastam-nos os syrios [termo usado aqui indistintamente para tratar tanto de sírios quanto de libaneses] que de extremo a extremo do país assenhoram-se de todo o comércio e sugam toda a nossa fortuna” (*Gazeta do Povo*, 31 de janeiro de 1934, p. 2)<sup>135</sup>.

Num outro texto daquela mesma campanha, eram mencionados, por sua vez, os imigrantes considerados benéficos para o desenvolvimento da nação:

Somos um país de imigração que [...] necessita do braço colonizador estrangeiro. A colaboração italiana na civilização e na assombrosa organização agrícola de S. Paulo e a contribuição alemã no progresso de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, são atestados incontestáveis do valor da colonização desses povos, de raças fortes e dominadoras, cujo auxílio material

---

<sup>135</sup> Quando nos deparamos com um caso como esse, torna-se difícil não considerar o papel desempenhado pelos meios de comunicação como *loci* de produção de estereótipos, conforme sublinhou Herzfeld (2008, p. 267).

para a nossa riqueza, não é menor que a sua contribuição na formação de nossa plasma racial [...] (SANTOS, 1936, p. 60).

No trecho acima, o discurso da eugenia – que era bastante recorrente naquela conjuntura e diz respeito às tais “raças fortes e dominadoras”<sup>136</sup> –, é complementado por uma apologia das levadas de imigrantes europeus voltadas para a atividade agrícola e a fixação no campo, algo que não marcou predominantemente a trajetória de pessoas oriundas do Oriente Médio<sup>137</sup>.

Em uma reportagem do *Diário do Paraná* do dia 09 de dezembro de 1959 – intitulada “Povo revoltado contra os árabes depois que três massacraram subtenente da PMP [Polícia Militar do Paraná]” – mencionava-se o fato de os ataques observados no dia anterior terem sido uma espécie de resposta à “ganância desenfreada existente no comércio, de que estavam sendo vítimas todos os árabes e estrangeiros radicados no comércio” (*Diário do Paraná*, 09 de dezembro de 1959). Por um lado, portanto, temos a ideia da “ganância” como algo que caracterizava os estrangeiros que praticavam a atividade comercial naquela conjuntura. Por outro, embora a menção a essa categoria mais ampla (os “estrangeiros”) tenha sido feita, a ênfase recaía principalmente sobre os árabes, cujo envolvimento “ilegítimo” já havia, aliás, sido destacado na manchete da reportagem.

Mas por que essa ênfase em uma suposta “ganância” dos comerciantes de origem árabe? Em 1951, o cronista Evaristo Biscaia tratava a respeito do problema da falta de mercados onde a população pudesse comprar produtos originários das colônias que rodeavam Curitiba. Ao mencionar uma feira livre localizada na Praça Rui Barbosa (também no centro da cidade), ele afirmava o seguinte:

Essa feira [...] vende tudo acima do preço normal. Não há fiscalização alguma por parte dos poderes competentes e os *sírios*, que dominam as choupanas, ganham rios de dinheiro, sem respeitar o direito do povo (BISCAIA, 1996: 109).

<sup>136</sup> Esses discursos são perpassados por uma preocupação com a possibilidade ou não de assimilação dos diferentes conjuntos de imigrantes.

<sup>137</sup> O que teria impedido o trabalho dos árabes na lavoura e os levado a se dedicar à atividade comercial, segundo Nasser, foi “a falta de capital, aliada à ausência de um programa oficial do governo brasileiro, voltado para o grupo, que facilitasse o acesso à terra” (NASSER, 2005, p. 96).

Esses estrangeiros eram apresentados como “intermediários” ou “tubarões”, nas palavras do autor. Agentes que enriqueciam aproveitando-se de uma prática de especulação e mediação entre os produtores (os colonos agricultores) e a população urbana.

Como pudemos observar no primeiro capítulo, havia uma concentração de comerciantes árabes na região da Praça Tiradentes no final daquela mesma década. Segundo a reportagem da revista *Panorama* (1959) citada anteriormente, tratava-se de um espaço, em essência, “popular” que era caracterizado por um certo “ar de mercado persa” (*Panorama*, jan. de 1959). Lembro que a matéria fazia referência, entre outras coisas, ao fato de que muitos daqueles imigrantes de origem árabe que haviam iniciado sua trajetória no local como ambulantes, teriam ficado milionários com a atividade comercial na região.

Na perspectiva exibida nesta narrativa da revista, mas também no texto do cronista apresentado acima, Curitiba (com seus problemas e características) aparece como assunto ou objeto de interesse. Em ambos os casos, sentidos e significados são atribuídos a diferentes espaços que têm a cidade em seu conjunto como referência. Concebido “de fora”, aquele ambiente específico da praça – marcado pela presença e, de acordo com a matéria, pelo sucesso comercial de imigrantes do Oriente Médio – configurava-se, a meu ver, como um exemplar daquilo que Machillot definiu como os *stereotopoi*.

A ideia de estabilidade do espaço ao longo do tempo, citada por ele, entretanto, precisa ser relativizada pelas mudanças observadas nas últimas décadas que eu procurei recuperar no primeiro capítulo. Recordemos que dentre os processos que afetaram ou impactaram essa que era a principal praça de comércio da cidade estão: a chegada dos *shoppings centers* e a descentralização do comércio a partir do crescimento de outros bairros. Atualmente, alguns comerciantes de origem árabe se encontram por lá, mas sua presença não é mais predominante se comparada ao cenário de pouco mais de 50 anos atrás, quando, segundo Rubens – um interlocutor não-árabe que estava na região nos momentos iniciais dos ataques: “Era tudo 'turco!'”<sup>138</sup> Como busquei salientar anteriormente, aliás, a própria denominação utilizada

---

<sup>138</sup> Isso se deve também ao fato de que muitos dos filhos destes imigrantes puderam partir para outras

na época para se referir à área da praça – conhecida então como “Turquia” (FREITAS, 1995) – remetia à ideia de um comércio de cariz étnico<sup>139</sup>.

De todo modo, algo me chamou a atenção certa vez quando tive a oportunidade de encontrar Fouad – um dos meus interlocutores –, enquanto eu caminhava pela Praça Tiradentes. Impressionou-me como aquele senhor – que chegara à cidade em meados da década de 1950 – era capaz de lembrar o nome de cada um dos estabelecimentos que compunha o cenário da região na época, quem era seu proprietário, se era um “patrício” (como a maioria) ou não. Isso diz respeito à ideia da praça como um espaço identitário para os árabes que vieram para Curitiba e também a uma concepção do lugar que não é elaborada do exterior, mas a partir de relações, experiências e convívios que se desenvolvem no cotidiano<sup>140</sup>.

Evidentemente, é preciso lidar com essas representações “de fora”. Num dos nossos encontros na mesquita da cidade, Fouad, por exemplo, me contaria que o nome daquele ambiente comercial era, na realidade, outro:

**Fouad:** [...] Na época era chamada de “Pequena Ásia”. Pouca gente sabe desse nome.

**Borges:** É, eu nunca tinha ouvido... [logo pensei nas menções à “Turquia”, mas como o nome poderia soar desagradável não falei nada].

**Fouad:** É, os (pausa) clientes, os brasileiros, vamos dizer, que frequentavam. “Vamos lá na 'Pequena Ásia'.” Era desde a Marechal Floriano até a Monsenhor Celso e um pouco da Praça Generoso Marques, eram todos [árabes]. Não tinha lá, não me lembro que tinha uma... loja de alguém... A não ser a Farmácia Stellfeld que era de descendentes de alemão, não sei o que, e a Pernambucanas que tá até hoje lá...

**Borges:** O resto era então sírios, libaneses. Mais libaneses do que sírios?

**Fouad:** Mais libaneses... e a face norte, vamos dizer da Praça Tiradentes, essa parte de cima também tinha alguns.

---

ocupações que não envolviam o comércio, pois tiveram acesso a uma formação universitária, conforme sublinhei no capítulo 1. Lembro ainda que alguns dos imigrantes árabes que hoje estão na região chegaram ao país mais recentemente, principalmente, em decorrência da Guerra Civil Libanesa iniciada em 1975.

<sup>139</sup> É importante ressaltar que o uso da categoria “turco” está ligado a um processo histórico muito específico. Os primeiros imigrantes do Oriente Médio – provenientes em sua grande maioria, do Líbano e da Síria – desembarcaram no Brasil num período no qual seus países estavam sob o domínio do Império Turco-Otomano. Devido a essa situação, eles chegavam ao país, conforme registrou Jeffrey Lesser (2000, p. 98), com passaportes turcos.

<sup>140</sup> As trajetórias recuperadas no primeiro capítulo trazem uma série de elementos relacionados a esse tipo de concepção do lugar “de dentro”.

A menção desse nome alternativo – com o qual, aliás, eu não havia me deparado em momento algum durante a pesquisa – é compreensível. Como pude evidenciar ao longo de nossos encontros, a expressão “Turquia” (assim como “turco”) guardava e ainda guarda para ele uma conotação negativa.

#### 4. LIDANDO COM ESTEREÓTIPOS

De acordo com Herzfeld, na medida em que os antropólogos direcionam cada vez mais o foco de sua atenção para as práticas, os estereótipos passam a ser centrais à tarefa<sup>141</sup>. Reproduzo na sequência um diálogo que tive com Fouad acerca dos estereótipos e das imagens evocadas pelo uso do termo “turco”. Eu havia perguntado sobre a “Guerra do Pente”, ao que ele me respondeu da seguinte maneira:

**Fouad:** Nós nunca fomos discriminados, [como] uma classe cultural, vamos dizer. Sempre éramos respeitados. A não ser por uma minoria não estudada. Uma minoria que não teve estudo... [que] não sabia distinguir entre o sírio-libanês, entre o turco, né?

**Borges:** Eles usavam essa expressão pra todos?

**Fouad:** É, “turco”. A palavra “turco”, muita gente aceita ela considerando que a pessoa é... desconhece o caso... Muita gente ficava estigmatizada.

**Borges:** Sentia...

**Fouad:** Sentia-se ofendido. Ainda mais na época, os árabes tinham rixa com a Turquia. Só que a palavra “turca” era dirigida para uma pessoa [e] ela caía sobre a pessoa como um... raio. Pra machucar a pessoa [...]

A fala do meu interlocutor se refere, portanto, às dificuldades encontradas por ele para lidar, num primeiro momento, com a expressão e com o estigma que a acompanhava. Isso está diretamente relacionado com a forma como ele constrói a imagem do turco em comparação à figura do árabe:

---

<sup>141</sup> Nas palavras do autor: “Piadas étnicas, desvalorizações raciais, o evitar tátil dos ‘outros’ (ou o evitar parecer evitá-los), suposições sobre onde encontrar boa comida ou música, precauções extraordinárias para se proteger o dinheiro ou a castidade – todas estas ações baseiam-se em estereótipos aos quais os seus sujeitos responderão com uma variedade de maneiras tacticamente bem informadas e etnograficamente interessantes” (HERZFELD, 2008, p. 268 e 269).

**Fouad:** [...] Embora a Turquia [seja] um país muçulmano, tem um parentesco pela religião. Mas não quer dizer que por ser muçulmano... [pausa] Eles dominaram o mundo árabe durante quatrocentos anos e deixaram um rastro de ódio nos países árabes. Quando um país domina o outro, deixa uma cultura vasta, porque ele é mais forte, entra para ensinar, [como] um pai... Mas lá aconteceu diferente, assim contam nossas bisavós. Eles entraram pra, mais pra dominar o povo, [por meio de] uma tirania, [de] um despotismo.

O problema todo está fundamentado na distância existente entre a representação do turco que Fouad trazia da sua terra natal (o Líbano) e a categoria “turco” utilizada no Brasil para se referir a ele, assim como a outros sírios e libaneses. A diferença introduzida pelas aspas é, acima de tudo, uma questão da não correspondência entre dois contextos de significado distintos.

Recorrentemente durante os encontros com os meus interlocutores que vieram do Líbano, aliás, emergiram referências a episódios da história política da região, sobretudo, relativos ao período de domínio otomano. Mais de uma vez, eu ouvi, por exemplo, narrativas sobre o desmatamento das montanhas libanesas realizado pelos dominadores. Em alguns casos, como na versão que me foi relatada por Fouad em outra oportunidade, a única coisa que restava era o cedro-do-líbano – símbolo que ocupa o centro da bandeira do país desde a independência de 1943, mas que conta com uma “história muito mais antiga”<sup>142</sup>.

Durante os ataques de 1959, segundo Fouad, os participantes, por sua vez, se utilizavam do estereótipo do “turco oportunista”:

**Fouad:** Eles gritavam um slogan: “Ataca, queima, **turco ladrão.**”

**Borges:** Usavam esse tipo de...

<sup>142</sup> Conforme advertiu Herzfeld, as aspirações de eternidade da condição de nação assentam “na autoridade de uma natureza culturalizada” (HERZFELD, 2008, p. 107). O seguinte texto a respeito da relação entre a árvore, a nação e uma ideia de imortalidade ou eternidade pode ser encontrado no site da Embaixada do Líbano no Brasil. Trata-se de uma narrativa muito similar àquela contada por Fouad: “Os Cedros são os monumentos naturais mais célebres do universo. A religião, a poesia e a história igualmente os consagrou. São seres divinos sob forma de árvores.’ Lamartine, poeta francês, século XIX. ‘Um cedro sempre verde é um povo sempre jovem, apesar de um passado cruel. Embora tenha sido oprimido, jamais conquistado. O cedro é o seu sinal de união. E pela união, pode enfrentar a todos os ataques.’ Texto da proclamação do Grande Líbano como Estado Independente em 1920. O cedro do Líbano é mais que uma árvore, ele é o símbolo do Líbano. O cedro foi escolhido como emblema da bandeira libanesa por simbolizar força e imortalidade.” Disponível em: [http://www.libano.org.br/olibano\\_ocedro.html](http://www.libano.org.br/olibano_ocedro.html). Acesso em: 27/09/2013.

**Fouad:** Usavam umas expressões feias, chatas, assim inaceitáveis. É tinha... Mas como te falei, eram todos assim uma classe, é, uma classe assim, mal informada. Naquele momento, eles manifestaram um chauvinismo dentro deles: “nós somos os superiores”. Talvez herdado de Getúlio Vargas (risos) [ele fazia aqui uma alusão à política nacionalista do presidente que governou o país de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954] [...] Ficamos uma semana sem... Éramos assim marcados.

**Borges:** Tinham que ficar escondidos?

**Fouad:** Escondidos, ficar precavidos com... Também muita gente não concordava com essa situação. Tanto é que veio gente brasileira ofereceu acolher a gente na casa deles. Gente amiga, gente culta, gente... Professores, amigos brasileiros. Eles nos convidaram para as casas deles. Para não [nos] sentirmos discriminados. Me lembro, posso citar o nome de um deles, o senhor Faustino Favaro. Ele nos convidou pra casa dele, pra aliviar. Me lembro de uma senhora, chamava-se Raquel. “Por favor, venha em casa. Come, dorme, bebe, a casa é sua.” Então eles deram uma lição de solidariedade. Porque não merecíamos. Éramos imigrantes e não viemos invadir a área de ninguém. As pessoas, a classe mais esclarecida sabia que **não viemos pra roubar**. Viemos pra trabalhar (grifos nossos)

A distinção entre “gente culta” e uma “classe mal informada”, conforme ela é empregada por ele, está ancorada na capacidade ou não desses sujeitos de compreender o papel desempenhado pelos imigrantes, bem como suas intenções (“[...] não viemos para roubar. Viemos para trabalhar”) no ambiente do qual passavam a fazer parte. Segundo o tio de Fouad, Zouhair – que estava com ele durante os ataques –, a solidariedade foi demonstrada naqueles dias, por exemplo, por uma família de alemães que residia num prédio em frente ao seu e havia sofrido discriminações durante a Segunda Guerra Mundial.

Aprender a interagir no cotidiano era algo imperativo para esses comerciantes/imigrantes que se encontravam em relações fisicamente bastante estreitas com fregueses “brasileiros” nas regiões centrais de várias cidades do país. Esse elevado grau de contato representa, sem dúvida, uma especificidade da vivência de sírios, libaneses, judeus, etc. no Brasil – algo muito distinto, por exemplo, das formas de convivência experimentadas por pessoas de outras nacionalidades que formaram colônias em regiões rurais ou mais periféricas. Certamente o processo cognitivo que acompanha essas experiências de convívio muito próximo e rotineiro apresenta elementos e características que são etnograficamente interessantes.

Nas palavras do antropólogo Charlie Galibert, “when a group cohabits with another group, it is truer to say that it cohabits with the image it has of it” (GALIBERT

apud CANDEA, 2010, p. 111). Concebendo os casos exibidos ao longo deste trabalho como um conjunto, percebemos que eles envolvem, fundamentalmente, imagens. A relevância dessa proposição talvez tenha aparecido para mim inicialmente como uma simples intuição, sobretudo, a partir do contato com a foto do homem com o cartaz colado nas costas<sup>143</sup>. Em todo caso, essas representações do outro com as quais se convive – expressas nas ações, em discursos ou em imagens *stricto sensu* – são justamente aquilo que desencadeia os processos (cognitivos, afetivos, emocionais) de interpretação.

Se retornarmos à fala de Fouad sobre os usos da expressão “turco” por aqueles com os quais ele entrava em contato no cotidiano, encontraremos referências a alguns aspectos desse processo de interação por meio de categorias e representações:

**Fouad:** [...] Você sentia as pessoas que chamavam você de “turco” sem saber, porque ela escutou do outro.

**Borges:** Porque o outro falava...

**Fouad:** Falava, ele repetia. Sentia as pessoas que chamavam você de “turco” pra te queimar, estigmatizar e sentia pessoas cultas que chamavam você de libanês também.

**Borges:** Conseguia diferenciar isso então?

**Fouad:** Você tinha que na época, pra... eu chegava a chorar de raiva quando chamavam de “turco”. Chegava uma época, dependendo da pessoa, se ele [era

---

<sup>143</sup> Uma reflexão da antropóloga Sílvia Caiuby Novaes, presente num texto sobre as ligações entre magia, imaginação e imagem, aumentou a minha convicção em relação à centralidade daquele pressentimento. A autora ressalta o seguinte a respeito da diferença entre o tipo de relação que um sujeito pode ter com um texto e com uma imagem: “Imagens favorecem, mais do que o texto, a introspecção, a memória, a identificação, uma mistura de pensamento e emoção. Imagens, como o próprio termo diz, envolvem, mais do que o texto descritivo, a imaginação de quem os contempla” (NOVAES, 2008, p. 465). Trata-se, portanto, de uma questão de “engajamento”. Posso afirmar que o contato com a fotografia acima me remeteu – mesmo que inicialmente eu não tivesse a capacidade de formular isso racionalmente – à questão da “iconicidade” conforme ela é aplicada por Herzfeld (2008). Nas palavras do autor, “um ícone significa algo em virtude de uma similaridade notada: uma fotografia é um ícone do seu sujeito, certa passagem da flauta de Vivaldi é o da canção de um pássaro. A iconicidade parece natural e é, portanto, uma maneira de criar o evidente. Mas na verdade é constituída culturalmente, no sentido de que a capacidade de reconhecer a semelhança depende em grande parte dos critérios estéticos prévios e da política do momento [...]” (HERZFELD, 2008, p. 48 e 49). É necessário considerar este aspecto crucial que caracteriza as formas de essencialismo: o fato de elas serem, como ressalta Herzfeld, dependentes dessa ilusão ou efeito semiótico da “iconicidade”. A ideia da homogeneidade – que tem aparecido recorrentemente ao longo desta comunicação e que basicamente sustenta os estereótipos – é criada ou constituída justamente a partir disso.

uma] pessoa culta, explicava. O senhor tem que diferenciar entre o sírio-libanês, entre o turco. Turco [é] outra ah... raça... outra etnia...

Além de se referir a um aprendizado de ordem emocional ou uma espécie de domesticação do sentimento (“eu chegava a chorar de raiva”), o trecho trata da existência de diferentes utilizações de um conceito que estão ligadas a uma ideia de intencionalidade – era preciso distinguir, por exemplo, os usos mal-intencionados, daqueles derivados da falta de informação. Ele expressa ainda a necessidade de desenvolvimento de uma competência interpretativa em relação a essas intenções – isto é, de uma capacidade de atribuir intenções aos outros<sup>144</sup>. Retornarei a esse ponto no próximo tópico.

De qualquer forma, é interessante notar que os atos de estereotipagem citados anteriormente – que diziam respeito ao suposto oportunismo dos “turcos” – também estão associados a uma ideia de atribuição de intenções. Com a diferença de que, naqueles casos, trata-se de algo que é conferido a uma coletividade concebida como homogênea – onde todos agem movidos pelo mesmo tipo de intento. Podemos perceber isso tanto na ideia da busca por determinados alvos durante os ataques e/ou na referência à figura do “turco ladrão” que aparece na fala de Fouad, quanto na história do par de sapatos apresentada na primeira parte deste capítulo.

No âmbito de uma reflexão sobre as fontes do nosso entendimento da psicologia dos outros, a filósofa Amélie Oksenberg Rorty discute a importância dos mais diversos tipos de narrativas para o processo de atribuição e também de padronização de intencionalidades:

cultural texts – songs, epics, sacred works, laws, aphorisms, the tradition of children’s games, gossip, fairy tales, the whole range of public expressions – are [...] central to our interpretations of the psychological states and dispositions of others. Because they provide the models – the reigning narratives – for the actions of a society, they also provide the starting points for our understanding. They set the directions of our thoughts and expectations, the frame of our interactions [...] As those works form us all, they also provide our first standard expectations – the “first general take” – about the attitudes and actions of others (RORTY, 1995, p. 216).

<sup>144</sup> Conforme salienta Lawrence Rosen acerca da questão da intencionalidade: “what might at first seem to be a wholly ideational phenomenon is, in fact, deeply entwined with the nature and distribution of power, the portrayal of events, the assessment of personhood, the interplay of trust and deception, and the social assigning of moral and legal responsibility” (ROSEN, 1995, p. 3).

Como vimos ao longo deste texto, o papel (de mediação) desempenhado pelos imigrantes árabes envolvidos na atividade comercial apareceu como problemático em várias narrativas. A ideia do “oportunismo” – utilizada para se referir a eles – pode ser concebida como um corolário de uma prática ambígua de especulação que passa a impregnar o caráter dos que nela estão envolvidos.

## 5. A NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO

Certa vez, durante outro encontro na mesquita, o filho de Fouad me perguntou, na frente de seu pai, o que eu achava que tinha ocorrido “de fato” naqueles conturbados dias de 1959. Ele queria saber a minha explicação (ou seja, o meu veredito enquanto pesquisador) acerca do que poderia elucidar a transformação de um pequeno conflito interpessoal em um caso de violência coletiva. Entretanto, antes que eu pudesse elaborar uma resposta – possivelmente relacionada ao papel dos estereótipos ou à capacidade de mobilização dos rumores<sup>145</sup> –, seu pai tomou a palavra e, legitimado pela autoridade da experiência vivida, afirmou taxativamente: “Foi racismo! Nós, os imigrantes árabes, éramos desprotegidos naquela época”. Em seguida, ele relataria três casos de “racismo” – conforme sua definição – que havia enfrentado como comerciante naquela conjuntura. Essas histórias, que apresentarei a seguir, tratam da potencial irrupção de conflitos no curso das interações cotidianas e de formas de lidar com isso<sup>146</sup>.

O primeiro incidente teria se desenvolvido da seguinte maneira: um cliente chega ao estabelecimento de Fouad, que o atende cordialmente, chamando-o de “compadre”.

---

<sup>145</sup> Pois, segundo a feliz definição de Tambiah, “rumours themselves operate to collect crowds” (TAMBIAH, 1996, p. 290).

<sup>146</sup> Como salientou Ingold, para a maioria das pessoas (sobretudo, os não-cientistas), “things are not classified like facts or tabulated like data, but narrated like stories (INGOLD, 2011, p. 154). Se tivéssemos que comparar a forma de conhecimento representada por mim com aquela representada pelo meu interlocutor, poderíamos – utilizando-se da terminologia proposta pelo físico David Bohn e retomada por Ingold – dizer que enquanto a primeira se baseia em uma ordem “explicativa”, a segunda sustenta-se numa ordem “implicativa” (ver INGOLD, 2011, p. 159-161). Segundo essa lógica, eu deveria me restringir a assinalar “características” gerais observáveis numa ocorrência particular e traduzíveis por meio de conceitos, enquanto ele trataria de “tópicos” (INGOLD, 2011, p. 154), ou seja, de experiências vividas num determinado espaço ou lugar. Felizmente, não é preciso subscrever a uma concepção tão idealizada da ciência, tampouco à divisão que ela implica. Em vez disso, podemos nos aproximar cada vez mais de uma abordagem “implicativa”. Afinal de contas, o que está em jogo é justamente o “vívdo”.

O freguês, todavia, fica contrariado com a atitude do lojista e responde utilizando xingamentos e dizendo que não era parente de um “turco”. Tal reação, de acordo com Fouad, provocaria o choro de um amigo seu – um árabe católico – que presenciara a cena.

Analisando o caso, percebemos novamente uma alusão a um aprendizado prático e emocional necessário para o bom andamento das interações cotidianas. A figura do árabe cristão parece funcionar como uma indicação de que esse processo é experimentado (ou sentido) individualmente, e de que ele demanda o desenvolvimento de uma qualidade ou competência que é fundamental para impedir a irrupção de atritos e que só pode ser adquirida na prática: o autocontrole.

A segunda história, por sua vez, dizia respeito a um rapaz que havia tentado roubar cintas de sua loja. Assim que perceberam o ocorrido, Fouad e um amigo passaram a perseguir o sujeito pela praça. Quando conseguiram, finalmente, alcançá-lo, obrigaram-no a devolver os artigos furtados. O rapaz então, surpreendentemente, começou a agir como se fosse a vítima na situação, o que logo produziu uma aglomeração de espectadores (ou potenciais partícipes). Felizmente, segundo Fouad, um policial – que, na sequência, os levaria à delegacia – lhes advertiu sobre a possível reação das pessoas em casos como aquele e pediu que tomassem cuidado para não passar impressões “erradas”.

Esse episódio permite entrever principalmente que, em determinadas situações, as aparências (impressões) podem ser mais importantes do que as substâncias (i.e., estar certo ou errado) de uma ação. Tudo depende do contexto no qual estão inseridas. Seguindo essa lógica, a imagem de dois estrangeiros acossando um brasileiro poderia ser explosiva, devido à sua capacidade de gerar “motivação”<sup>147</sup>. A figura do policial mencionada pelo meu interlocutor, aliás, serve como uma confirmação ou reconhecimento da existência desse processo.

Antes do término da nossa conversa, Fouad citaria ainda um último incidente que, de acordo com ele, quase teria se convertido em outra “Guerra do Pente”. O

---

<sup>147</sup> Wagner afirma o seguinte sobre o fenômeno da motivação: “embora ligada à ação, [ela] não se origina ‘dentro’ do indivíduo. Ela é parte do mundo da convenção e da ilusão do qual participamos e no qual atuamos, mas não – à parte as ilusões necessárias do próprio autor – uma ‘coisa’ que emana do ator [...] A motivação é modo como o ator percebe a relativização da convenção [...]” (WAGNER, 2010, p. 99).

conflito, dessa vez, teria sido provocado por um “vândalo” que tentou quebrar a vitrine do seu estabelecimento. Ao notar os ataques, o comerciante resolve reagir e com o desenvolvimento de uma briga entre os dois, a cabeça do seu adversário acaba se chocando contra a mesma vitrine, ocasionando ferimentos. Segundo Fouad, não levaria muito para que novamente uma multidão se formasse no local. Sua decisão, no entanto, de pagar uma viagem de táxi para transportar o “desordeiro” até a casa dele teria evitado maiores repercussões. O taxista encarregado de levá-lo, aliás, contaria a Fouad posteriormente que, chegando ao referido destino, teria se deparado com a mãe do rapaz lamentado o fato de seu filho ter “aprontado de novo”.

Conforme sublinhou Rosen, quando as pessoas fazem atribuições de intento, “what they often express is the way they wish to portray themselves through others and to control the way in which others are viewed” (ROSEN, 1995, p. 9). Claramente a reação do comerciante se torna menos reprovável, quando ficamos sabendo que a própria mãe do oponente reconhece sua reiterada desonestidade. É interessante notar ainda que a decisão tomada individualmente por Fouad, nesse último episódio, representa um ponto mais adiantado no processo de aprendizagem mencionado anteriormente, mesmo numa situação em que o conflito em si (causado por alguém movido por más-intenções) não pôde ter sido evitado.

Diferentemente das brigas de galos, interpretadas por Geertz (1989, p. 206), que só eram “verdadeiramente reais” para os galos, os incidentes apresentados acima poderiam ter efeitos reais na vida dos envolvidos – o caso de dezembro de 1959 é, certamente, um exemplo extremo disso. Num certo sentido, entretanto, assim como as rinhas balinesas, as situações de conflito aqui expostas têm uma função interpretativa. Ao tomarem a forma de histórias (que podem, aliás, ser contadas ou partilhadas), elas acabam funcionando como leituras de experiências vividas, reflexões a respeito de como conviver pacificamente como comerciantes de origem estrangeira num novo ambiente. Episódios vividos, portanto, no processo de sua objetificação, acabam se transformando em fragmentos de um guia ou *modelo para* a ação. Enfim, para os envolvidos, interpretar era uma necessidade.

No âmbito de uma reflexão sobre identidade étnica e memória<sup>148</sup>, Pina-Cabral afirmou que o processo de socialização – concebido por ele como uma espécie de engajamento interpretativo – funciona como um exercício repetido de identificação e diferenciação que resulta na aquisição de uma perspectiva, isto é, num posicionamento. Dado que ninguém pode preexistir o processo de interpretação, conforme destaca o autor, tanto os indivíduos, quanto o que ele chama de as “entidades sociais”, são sempre o resultado de “processos de socialização” que se desenvolvem ao longo do tempo (PINA-CABRAL, 2008, p. 288). Segundo sua formulação, em vez de nos concentrarmos em como a etnicidade é dependente de memórias comuns ou compartilhadas, “we might want to see it as a form of learning: the acquisition of dispositions that both form the agent and inform his or her actions” (PINA-CABRAL, 2008, p. 294)<sup>149</sup>.

As experiências narradas por Fouad, que tratam sobre como lidar com situações complicadas nos contatos no comércio, o levaram a dizer, aliás, que Ahmed Najjar – o dono do bazar onde se iniciou o conflito de dezembro de 1959 – ao invés de perder a cabeça, deveria ter agido de outra maneira com o cliente (que era um subtenente da Polícia Militar), mesmo que este tivesse utilizado xingamentos contra ele e se comportado de forma inapropriada. Olhando retrospectivamente, talvez, de fato, a situação pudesse ter sido contornada de outra maneira pelo comerciante naquela oportunidade. Contudo, essa é uma constatação feita *a posteriori* por alguém que esteve envolvido em circunstâncias análogas e que pôde, com o tempo, aprender a lidar com elas<sup>150</sup>.

Como podemos observar a partir dos casos peculiares relatados por Fouad, a excepcionalidade das situações e tudo aquilo que poderia estar contido nelas – coisas

---

<sup>148</sup> Partindo de um *locus* específico – Macau no período de transição da soberania portuguesa para a chinesa –, esse texto busca discutir o modo como memória, identidade e política “penetrate people’s everyday accounts of who they are” (PINA-CABRAL, 2008, p. 289).

<sup>149</sup> De acordo com Pina-Cabral, a ideia de uma “memória coletiva” não é apropriada como ferramenta analítica, porque ela acaba ocultando processos de instrução ou formação que são passíveis de serem descritos.

<sup>150</sup> A propósito, o tempo é uma variável fundamental desse processo. Ouvi de outro interlocutor libanês que, naqueles dias de dezembro de 1959, um senhor com mais experiência – o presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana, que havia sido fundada dois anos antes – pediu para que os imigrantes muçulmanos ficassem em casa durante os ataques, a fim de evitar o contato com os brasileiros e uma ampliação ainda maior do conflito.

tão variadas como estereótipos, más intenções, atitudes agressivas, a súbita, mas aparentemente latente emergência de “multidões”, etc. – certamente as tornavam extremamente complexas e difíceis de administrar. Conforme apontou Anwar (outro comerciante libanês que trabalhava num estabelecimento localizado praticamente ao lado da loja onde os incidentes se iniciaram), Ahmed poderia ter chamado um táxi para levar o cliente para um hospital. Infelizmente, segundo ele:

não veio a ideia [...] e aí começou a juntar gente [...] começou com pedras e coisas [...] Andou pela Rua Quinze, pela Monsenhor Celso [ele se refere aqui a ruas próximas à região da praça onde o conflito começou] e foi descendo. Tudo o que é loja quebrada. Aí veio a polícia e quando viram que a polícia não conseguia [controlar a situação], o secretário de segurança da época [...] pediu o reforço do exército. E daí desceu o exército. Levaram uns quatro ou cinco dias pra acalmar o povo.

\* \* \*

O presente capítulo procurou tratar dos usos, da historicidade e da espacialidade de um estereótipo – a ideia do “comerciante estrangeiro oportunista” – vinculado a uma categoria de identidade específica – a noção do “turco”. A proposta era também refletir a respeito de questões ligadas à possível deflagração de conflitos no âmbito das interações desenvolvidas num ambiente comercial particular marcado por um caráter étnico. Os temas estão conectados na medida em que eles remetem tanto ao caso de 1959 e ao convívio cotidiano com certas categorias e estereótipos, quanto ao processo de produção de um determinado tipo de imigrante.

Antes de encerrar, eu gostaria de voltar a uma frase dita por Fouad antes de seu relato sobre os três episódios discutidos acima. Depois de afirmar que a “Guerra do Pente” representava um caso de “racismo”, como vimos, ele disse que na época dos incidentes os árabes eram “desprotegidos”. Algum tempo depois, durante nossa participação como entrevistados no programa de televisão voltado para a colônia muçulmana de Curitiba que tinha como temática os incidentes de 1959 (citado na introdução), Fouad salientou que, com o passar do tempo os árabes passaram a ocupar lugares importantes na política da cidade e do estado. Na sua visão, essas mudanças acabaram ajudando a conferir respeitabilidade para esses imigrantes e seus descendentes.

Um caso mais recente mencionado por Omar<sup>151</sup> (o apresentador do programa) durante a mesma entrevista – sobre um tal arsenal de armas supostamente visto por um brasileiro nos fundos de um restaurante de um árabe na tríplice fronteira<sup>152</sup> –, no entanto, demonstra que novos estereótipos surgem e se desenvolvem com o tempo. Diferentemente da ideia do “turco oportunista” que podia e ainda pode ser mobilizada contra todo e qualquer árabe, essas novas representações atingem, a princípio, mais os muçulmanos. Refiro-me aqui à ideia do “terrorista islâmico”. Um incidente como esse nos leva a observar que apesar das formas de essencialismo terem uma aparência de fixidez, elas nem sempre estiveram aí, nem são imunes à história, conforme aponta Machillot (2012, p. 82). Como podemos perceber, os lugares que elas ocupam e os conflitos que engendram, tampouco são os mesmos.

---

<sup>151</sup> Um descendente de árabes e alemães católicos que, depois de adulto, decidiu converter-se ao islamismo, conforme eu descobriria depois.

<sup>152</sup> Ele se referia a um episódio descrito por um leitor de um determinado colunista que havia sido publicado na seção de cartas da revista *Veja* – o periódico semanal de maior circulação no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou acompanhar processos de estabilização referentes a um conjunto de incidentes ocorridos na cidade de Curitiba no final da década de 1950. O que permitiu a realização desse percurso foi a adoção de um pressuposto metodológico fundamental: em vez de partir de uma definição prévia a respeito da “Guerra do Pente” – e, por exemplo, de quais elementos, atores, ideias faziam parte dela –, eu procurei criar um relato que fosse capaz de incorporar as diversas maneiras pelas quais aqueles com os quais eu entrei em contato ao longo da pesquisa definiram, estabilizaram ou interpretaram o caso. Nesse sentido, a noção de “controvérsia” me pareceu uma solução adequada para lidar com a multiplicidade de versões que foi aparecendo ao longo do trabalho de campo. No fim das contas, a descrição desses processos que envolviam a constituição não só dos incidentes, mas também dos atores que, de algum modo, estiveram envolvidos neles, passou a ser o meu papel.

Evidentemente, era preciso começar de algum ponto específico, e a praça onde os conflitos se iniciaram serviu como uma porta de entrada concreta a partir da qual uma série de questionamentos pôde ser abordada juntamente *com* os interlocutores que integraram o processo de conhecimento relatado nessas páginas. Assim como o caso de 1959, este espaço foi pensado aqui como uma espécie de ponto de confluência de trajetórias e narrativas produzidas por diversos atores a partir de diferentes posicionamentos.

Algumas questões muito simples permitiram a reunião de ideias que compõem cada um dos capítulos desta dissertação. Em relação ao ambiente comercial (o tema do capítulo 1) perguntas básicas – como, por exemplo, como se constituiu aquela praça de comércio? Quem eram os clientes e as pessoas que circulavam por aquele espaço? – permitiram revelar tanto um “jogo” de categorias, definições e distinções, quanto certas lógicas que resultaram, por exemplo, na constituição no local de uma espécie de comércio étnico. Algo semelhante pode ser dito a respeito de cada uma das diversas versões acerca do caso de 1959 que foi sendo explicitada no capítulo seguinte (2) a partir de interrogações como: Quem a produziu? Que forma ela tomou? Quais elementos foram mobilizados no processo de sua constituição?

Ao longo do texto, eu busquei descrever tanto as dinâmicas dos ataques nas ruas, quanto os movimentos das versões na medida em que elas iam aparecendo nas diferentes formas ou materiais. Por exemplo: da primeira página de um jornal o caso passou para os editoriais, depois para livros de memória da cidade, exposições, etc. Se cada uma das versões nos possibilitou entrar em contato com alguma coisa além dela mesma, esse percurso de segui-las permitiu aprender, portanto, coisas sobre o próprio processo de sua multiplicação e porque estes acontecimentos particulares tiveram o potencial de produzir tantas narrativas durante tanto tempo. Além disso, a proliferação de “contextos” nessas versões me levou a pensar na impossibilidade do pesquisador de definir *um* “contexto” e, principalmente, a recusar uma determinada maneira de conceber o “contexto” como algo que existe “lá fora”, independente das narrativas – ou, conforme destacou Marilyn Strathern (1987), das relações entre o autor, o leitor e o assunto.

O contato com os interlocutores me aproximou também de outras histórias, episódios e assuntos que descrevi no capítulo 3, dentre os quais: certas interpretações ou leituras feitas durante os ataques; narrativas essencialistas (sem temporalidade definida, como é o caso da historietta do par de sapatos); a questão do conflito e da necessidade de aprender a interpretar e lidar com certas situações, episódios e más intenções. Através da utilização do conceito de *stereotopoi*, procurei discutir ainda o processo pelo qual o local heterogêneo apresentado no primeiro capítulo – a partir de um conjunto de trajetórias de imigrantes engajados no comércio da praça –, havia se tornado o ambiente homogêneo representado, por exemplo, pela frase “Naquela época era tudo turco” enunciada por um dos meus interlocutores. De todo modo, todos esses tópicos abordados no capítulo 3 estavam relacionados à questão dos estereótipos (que, aliás, já apareciam nas páginas dos jornais e que falavam de pessoas pertencentes a uma determinada coletividade e movidas pelas mesmas intenções) e da produção de um determinado tipo de imigrante.

Durante o processo de escrita do texto, eu fui percebendo que o sucesso no acompanhamento das respostas variadas dadas às questões acima explicitadas dependeria da capacidade do próprio texto de espelhar os movimentos que procurava descrever. Conforme mencionei na introdução, há uma relação de contiguidade que liga este relato àqueles que ele procurou descrever. O segundo capítulo, por exemplo, é um agregado possível constituído por uma variedade de

coleções particulares. Ademais, o ato de fazer referências às minhas próprias escolhas, impressões, conclusões etc., passou a ser uma das formas que encontrei de me sujeitar aos mesmos processos que afetavam os outros interlocutores. Um exemplo muito simples: as analogias que utilizei deveriam ser discutidas do mesmo modo como foram aquelas mobilizadas pelos atores com os quais me conectei ao longo da pesquisa.

Enfim, descrever o meu trajeto particular dentro desse conjunto de fluxos foi a forma que concebi para buscar algum nível possível de simetria (ao menos de partida) em relação àqueles que participaram do processo comigo. Isso tudo se deve a uma condição mais primordial que afeta todos os participantes da controvérsia que se tornou o meu objeto de estudo: a partir do momento em que um determinado ator acrescenta uma narrativa sobre o caso a esse fluxo de versões, ele/ela passa a se inserir nesse movimento de ideias, o que implica ter que operar dentro de determinadas lógicas.

A admissão dessa simetria desejada como ponto de partida da parte do pesquisador, contudo, não significa que as posições ocupadas por diferentes atores nesse processo se encontrem no mesmo plano de autoridade, por exemplo. Certos atores, devido a trajetórias que eu procurei levar em consideração, são capazes de dizer determinadas coisas a partir de certas posições, algo que outros não podem fazer. Alguns deles aparecem com maior regularidade ao longo do processo de produção de versões e conseguem sedimentar certas ideias, outros aparecem menos e têm menos capacidade ou mesmo acesso a determinadas formas (uso o termo aqui no sentido mais material possível) para difundi-las e assim por diante.

O episódio que descrevi no terceiro capítulo, no qual o filho de Fouad me indagou a respeito do que havia “de fato” ocorrido naqueles dias de dezembro de 1959, pode funcionar, a meu ver, como uma síntese apropriada de alguns aspectos importantes relativos a esta pesquisa e às questões que ela procurou trazer à tona. Nele estão contidos, entre outras coisas: a expectativa pela estabilização – ou seja, pela enunciação de uma espécie de veredito sobre o caso –; a condição assimétrica das posições a partir das quais as versões são produzidas (expressada pela interrupção realizada por Fouad); bem como a relação entre formas distintas de conhecer e relacionar um dado conjunto de elementos<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> Lembrando que este conjunto não é algo fixo e que cada versão tira ou acrescenta elementos a ele.

Portanto, não só as condições de enunciação das versões não são as mesmas. Como podemos notar, as formas de compreensão do caso também variam. O capítulo três, aliás, apresentou uma outra forma de conceber os incidentes que não era essencialmente caracterizada nem pelo reconhecimento de regularidades, tampouco pelo uso de metáforas e analogias. Neste caso, os incidentes ganharam sentido através de associações com outros episódios vividos. Refiro-me aqui à maneira como Fouad se referiu à “Guerra do pente” e relacionou-a a outros incidentes que ele mesmo havia experimentado. Um caso peculiar tornava-se então um caso possível e o aprendizado disso se baseava numa ordem de caráter mais emocional – aquilo que chamei de uma “domesticação dos sentimentos”. Essa forma de conceber a “Guerra do Pente” é, no entanto, apenas um dos modos como de colocar as coisas num determinado contexto. Conforme podemos observar, várias outras formas foram emergindo ao longo do presente relato, dotadas de potenciais, durações e destinos variados.

Antes de apontar uma última semelhança entre o relato produzido por mim e aqueles que foram concebidos pelos meus interlocutores, eu gostaria de salientar um aspecto fundamental que os diferencia e que não poderia ficar de fora desta reflexão. Se os *procedimentos* do etnógrafo são os mesmos que seus interlocutores empregam, ele não faz *a mesma coisa* que eles, justamente porque não pretende apenas descrever ou compilar narrativas, mas também conectar essa descrição a outras narrativas – as reflexões e debates da antropologia. Trata-se, portanto, de uma distinção relativa não ao *modo* de associar, mas aos *elementos* que são associados. No fim de um processo como esse, um outro contexto para o caso acaba sendo criado.

Sem embargo, é preciso lembrar que esta etnografia é, acima de tudo, uma forma – objetificada, nesse caso, num relato escrito. E como todas as outras estabilizações que apresentei ao longo dessas páginas, ela é marcada por uma característica ou um atributo da qual não pode escapar: seus limites. Mesmo uma versão que busca acompanhar um movimento múltiplo como esse que foi descrito acima, em algum momento, acaba, portanto, encontrando suas limitações formais e, no fim das contas, tendo que se sujeitar ao fato ou condição de que, em algum momento, é impossível não estabilizar as coisas de uma determinada maneira. No caso deste trabalho, a estabilização ou o limite tem como símbolo e materialização um pequeno elemento textual – um ponto final – que é capaz de chegar e

interromper todo um fluxo de ideias, metáforas, episódios, atores, elementos, narrativas, tempos e espaços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. “A produção da localidade” In: *Dimensões culturais da globalização. A modernidade sem peias*. Tradução Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2004, pp. 237-263.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERBERI, Elizabete e SUTIL, Marcelo Saldanha. *Tiradentes: a praça verde da igreja*. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, vol. 24 n. 120, junho de 1997.

BEVILAQUA, Ciméa. *Consumidores e seus direitos: um estudo sobre conflitos no mercado de consumo*. São Paulo: Humanitas, NAU, 2008.

BISCAIA, Evaristo. *Coisas da cidade: crônicas*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.

BORGES, João Bosco. *Expectativas, etnicidade e simbologia: o caso da “guerra do pente”*. Monografia de graduação em História. Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: [http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2\\_sem\\_2010/joao\\_bosco\\_borges.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/joao_bosco_borges.pdf)

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína, *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 183-191.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família. Territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

CANDEA, Matei. *Corsican fragments: Difference, knowledge and fieldwork*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

CÔRTEZ, Carlos Danilo Costa. *O Diário do Paraná na imprensa e sociedade paranaenses*. Curitiba, 2000.

COSTA, Maria Cecília Solheid; DIGIOVANNI, Rosângela Digiovanni. “Antropologia, espaço e cidade: um olhar sobre Curitiba.” In: Sá, Cristina (org.) *Olhar urbano, olhar humano*. São Paulo: IBRASA, 1991.

COSTA, Renato José da. *O islamismo e suas implicações no processo democrático libanês*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072007-121530/>

DARNTON, Robert. “Os trabalhadores se revoltam: O grande massacre de gatos na Rua Séverin.” In: *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 103-139.

DEBERT, Guita Grin. "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral." In: CARDOSO, Ruth (org.) *A Aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. 4a. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 141-156.

FÉLIX, Rosana e FERNANDES, José Carlos. "O tratado de Zugueib" In: FERNANDES, José Carlos (org.) *Pequenas e grandes histórias de quem tem o que dizer*. Curitiba: Gazeta do Povo, 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/entrevistas/flip/>. Acesso em: 13/12/2012.

FRANCIOSI, Eddy. *Uma crônica. Curitiba e sua história*. Curitiba: Editora Esplendor, 2009.

FREHSE, Fraya. "Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia das ruas do passado." *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 36, julho-dezembro 2005, pp. 131-156.

FREITAS, Fátima. *A lojinha do patrício: um estudo do comércio praticado por 'sírios e libaneses' no centro de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. 2ª edição. Salvador: Editora Pontocom, 2012.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura." In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pp. 3-21.

\_\_\_\_\_ "Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa." In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pp. 185-213.

\_\_\_\_\_ "O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos". In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 30-46.

\_\_\_\_\_ "Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico." In: *O saber local. Novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 85-107.

GREIN FILHO, Lauro. *Hora de Lembrar: crônicas*. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1983.

GUÉRIOS, Paulo Renato. "O estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais: trabalhando com as diferenças de escala" *Campos* 12(1), 2011, pp. 9-29.

HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Editora Ícone, 1985.

HERZFELD, Michael. *Intimidade Cultural. Poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70, 2008.

HOBBSAWM, Eric. "La turba urbana" In: *Rebeldes primitivos. Estudio sobre las*

*formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX e XX.* Barcelona: Ariel, 1983, pp. 165-190.

INGOLD, Tim. "Part IV: a storied world." In: INGOLD, Tim. *Being alive. Essays on movement, knowledge and description.* New York: Routledge, 2011, pp. 141-175.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social. Uma introdução à teoria do Ator-rede.* Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru, São Paulo: EDUSC, 2012.

LESSER, Jeffrey. "Construindo um espaço étnico" In: *A negociação da identidade cultural. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.* São Paulo: Editora UNESP, 2000, pp. 87-151.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "A ciência do concreto" In: *O pensamento selvagem.* Campinas, SP: Papyrus, 1997, pp. 15-49.

\_\_\_\_\_ *O cru e o cozido. Mitológicas 1.* São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

MACHILLOT, Didier. "Pour une anthropologie des stéréotypes: quelques propositions théoriques." *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, Porto Alegre, jan./jul. 2012, pp. 73-101.

MAGALHAES, Marion Brephol de. *Paraná: política e governo*, Curitiba: SEED, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 19, junho 2002, pp. 11-29.

MANFREDINI, Luiz; ARANTES, Aimoré Índio do Brasil e SBRAVATI, Myriam. *Sonhos, utopias e armas: as lutas que ajudaram a construir o Paraná.* Cadernos Paraná da Gente, n. 8. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

MARANHÃO, Ricardo. "Estado e a política 'populista' no Brasil (1954-1964)". In: FAUSTO, Boris (org.), *História Geral da civilização brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 3ª. Vol. Sociedade e política. (1930-1964)* São Paulo: Difel, 1986.

MUZZILO, Marcelo (org.) *300 e tantas histórias de Curitiba: coletânea.* Curitiba: Artes e Textos, 2002.

NASSER FILHO, Omar. *O crescente e a estrela nas terras dos pinheirais. Os árabes muçulmanos em Curitiba (1945-1984)* Dissertação (Mestrado em História) UFPR, 2006.

PAMPLONA, Marco. "A historiografia do protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas." *Revista de Estudos Históricos*, n. 17, Rio de Janeiro, 1996, pp. 215-138.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense.* Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

PEIRANO, Mariza. "Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica" In: *O dito e o feito. Ensaios de antropologia e rituais*. São Paulo: Relume-Dumará, 2001, pp. 7-14.

\_\_\_\_\_ "A análise antropológica de rituais" In: *O dito e o feito. Ensaios de antropologia e rituais*. São Paulo: Relume-Dumará, 2001, pp. 17-40.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto histórico, geográfico e etnográfico paranaense, 1976.

PINA-CABRAL, João de; LIMA, Antónia Pedroso de. "Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social." *Etnográfica*: Lisboa, vol. IX, n. 2, 2005, pp. 355-389.

PINA-CABRAL, João de. "Interpreting memory as acting on memory: ethnic identity in Macao during the Transition Period (1987-1999)". In: *History and memory. Present reflections on the past to build our future*. Macau: The Macau Ricci Institute, 2008, pp. 283-296.

PORTELLI, Alessandro. "A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais." *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, pp. 59-72.

\_\_\_\_\_ "Como se fosse uma estória: versões do Vietnã." In: *Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, pp. 185-208.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

RORTY, Amélie Oksenberg. "Understanding others." In: Rosen, Lawrence (ed.) *Other intentions: cultural contexts and the attribution of inner states*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 1995, pp. 203-223.

ROSEN, Lawrence. "Introduction. The cultural analysis of others' inner states". In: *Other intentions: cultural contexts and the attribution of inner states*. Santa Fé, New Mexico: School of American Research Press, 1995, pp. 3-11.

SANTOS, Artur. "De pé, meu Paraná!" In: INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO PARANÁ. *Anuário contendo os principais fatos de maior relevância da sua atividade no ano social de 1934, principalmente a "Campanha contra a imigração dos Assírios: discursos"*. Curitiba, 1936, pp. 59-61.

SCHINIMANN, Fernando. *A batalha da carne em Curitiba. 1945-1964*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1992.

STRATHERN, Marilyn. "Out of context: the persuasive fictions of anthropology [and comments and reply]". *Current Anthropology*, vol. 28, n. 3 (jun. 1987), pp. 251-281.

TAMBIAH, Stanley J. *Leveling crowds. Ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*. Berkeley: University of California Press, 1996.

THOMPSON, E. P. "A economia moral revisitada". In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 203-266.

TRINDADE, Maria Etelvina de Castro. "Cidade violenta: vivências de um imigrante nas malhas do conflito urbano (Curitiba, 1959)". *Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

TRUZZI, Oswaldo. "O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo" *Estudos Históricos*, n. 27, Rio de Janeiro, 2001, pp. 110-140.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WILLE, José. "Luiz Geraldo Mazza" (Entrevista gravada em outubro de 1997) In: *Memória paranaense: vol. 3*. Curitiba: Editora Nossa Cultura, 2010.

YNGVESSON, Barbara; COUTIN, Susan. "Schrodinger's cat and the ethnography of law". *PoLar-Political and Legal anthropology Review* 31(1), May 2008, pp. 61-78.

ZUGUEIB NETO, Jamil. "Libaneses na "Guerra do pente" em Curitiba. Sofrimento étnico e integração cultural." *Revista Tiraz*, número 6, São Paulo: USP, 2009, pp. 48-63.

### **Jornais:**

*Correio do Paraná*, 9, 10 e 11 de novembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

*Gazeta do povo*, 9, 10 e 11 de novembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

*O Dia*, 9, 10 e 11 de novembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

*O Diário do Paraná*, 9, 10 e 11 de novembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

*O Estado do Paraná*, 9, 10 e 11 de novembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

*Tribuna do Paraná*, 9, 10 e 11 de novembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

**Revistas:**

COSTA, Samuel Guimarães da. "Curitiba desemboca na praça Tiradentes". *Panorama*, janeiro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

FEIJÓ, Ivar; MATULEVICIUS, Sérgio. "Curitiba perde a cabeça." *O Cruzeiro*, 26 de dezembro de 1959. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

GIMBERT, Júlio. "A eterna Rua XV". *Panorama*, dezembro de 1957, pp. 64. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

XAVIER, Valêncio. "A guerra do pente. O dia em que Curitiba Explodiu." *Panorama*, junho de 1978, pp. 12-15. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

**Filme:**

LOPES, Nivaldo. *A Guerra do Pente: o dia em que Curitiba explodiu*. Acervo da Cinemateca de Curitiba, 1986.

**Mapa:**

PEREIRA, Orley Silveira. *Mapa de Curitiba*. Curitiba: Empresa Publicitária Guia Azul, 1950. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

**Documentos institucionais:**

Relatórios da DOPS 09 e 10 de dezembro de 1959. Número 0480. Topografia 54. Acervo do Arquivo Público do Paraná.